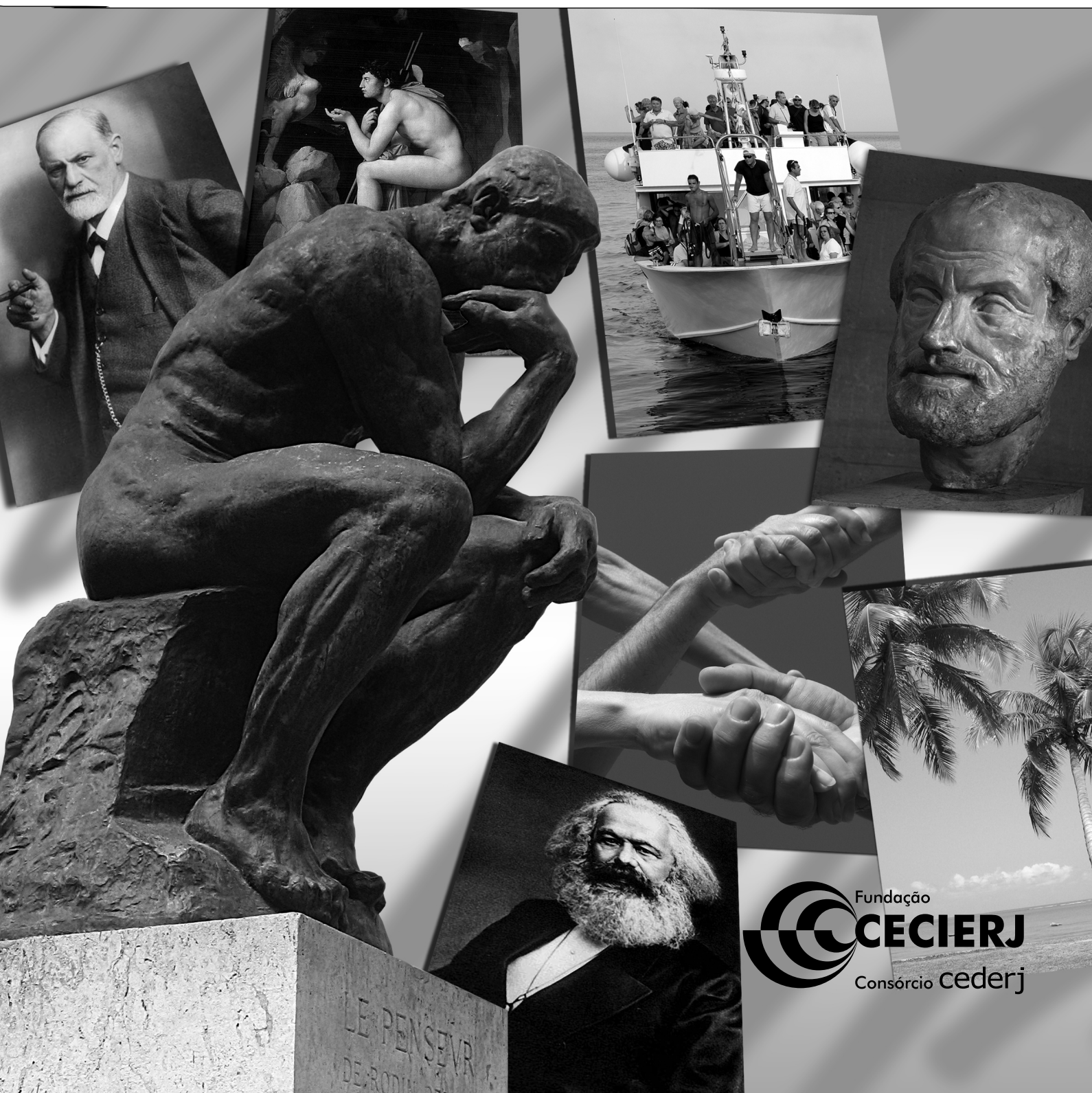


Volume 1

Fábia Trentin
Karla Estelita Godoy

Ética e Turismo





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Volume 1

Ética e Turismo

Fábia Trentin

Karla Estelita Godoy



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**



**Ministério
da Educação**



Apoio:



Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente

Masako Oya Masuda

Vice-presidente

Mirian Crapez

Coordenação do Curso de Turismo

UFRRJ - Teresa Catramby

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Fábia Trentin

Karla Estelita Godoy

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristiane Brasileiro

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Ana Cristina Andrade

Romulo Siqueira Batista

AValiação DO MATERIAL DIDÁTICO

Thaís de Siervi

Departamento de Produção

EDITORA

Tereza Queiroz

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Cristina Freixinho

Daniela de Souza

Elaine Bayma

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Katy Araújo

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Bianca Lima

Márcia Valéria de Almeida

ILUSTRAÇÃO

Clara Gomes

CAPA

Clara Gomes

PRODUÇÃO GRÁFICA

Patricia Seabra

Oséias Ferraz

Copyright © 2009, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

T795

Trentin, Fábia.

Ética e Turismo. v. 1 / Fábia Trentin, Karla Estelita Godoy. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

242 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-630-5

1. Ética. 2. Turismo. 3. Cidadania. I. Título.

CDD: 170

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

**UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

**UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Vieiralves

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

**UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Aloísio Teixeira

**UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Motta Miranda

**UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**
Reitora: Malvina Tania Tuttman

SUMÁRIO

Aula 1 – Por que Ética?	7
<i>Karla Estelita Godoy</i>	
Aula 2 – A moral como construção histórico-cultural	27
<i>Karla Estelita Godoy</i>	
Aula 3 – “Que horror!”. O discurso moralista	51
<i>Karla Estelita Godoy</i>	
Aula 4 – Liberdade e responsabilidade: entre escolhas e deveres	79
<i>Karla Estelita Godoy</i>	
Aula 5 – Espelho, espelho meu! Individualismo e individualidade	101
<i>Karla Estelita Godoy</i>	
Aula 6 – Um pouco mais de Filosofia: diferentes concepções éticas para se compreender o mundo	121
<i>Karla Estelita Godoy</i>	
Aula 7 – Turismo e sustentabilidade na construção de uma nova ética	139
<i>Fábia Trentin</i>	
Aula 8 – Turismo e comunidade local: relações permeadas por uma nova ética	175
<i>Fábia Trentin</i>	
Aula 9 – O turismo e sua contribuição para a construção da cidadania	205
<i>Fábia Trentin</i>	
Referências	233

1

Por que Ética?

Metas da aula

Apresentar a disciplina Ética, a reflexão sobre sua área de abrangência, demonstrar sua pertinência em relação ao Turismo e destacar a conceituação teórica básica do campo ético.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1 identificar a relevância do estudo da Ética em cursos de graduação;
- 2 definir senso moral, consciência moral, juízo de fato e juízo de valor;
- 3 analisar, do ponto de vista da Ética, a relação entre meios e fins.

Viajando pelos caminhos da Ética...

Para começarmos nossa jornada rumo à Ética, precisaremos, em primeiro lugar, compreender que esta é uma disciplina cuja finalidade principal – a (de se refletir sobre a) formação ética – não é exatamente algo que possa ser ensinado! Ao ler esta frase, muito provavelmente você irá estranhá-la, bem como questionar a relevância ou o sentido de se estudar tal assunto como matéria de aulas. Porém, ao reagir assim, já estará mergulhando no campo da Ética sem ao menos perceber. O fato de se intrigar, de se afetar com tal situação, faz com que se criem ideias e se reflita a respeito do que é ou não ético fazer. É justamente assim que se começa a viajar em direção à Filosofia, um modo de pensar que acompanha o ser humano na tarefa de desvendar, compreender e agir sobre o mundo. E, na medida em que a Ética é um segmento da Filosofia, ela também irá se ocupar da reflexão, só que, nesse caso, a respeito das concepções e dos princípios em que se baseia o comportamento moral do homem.

A palavra *ética* se origina do grego *éthos*, que significa *modo de ser*; e a palavra *moral* vem do latim *mores*, que quer dizer *costume*. Assim sendo, etimologicamente, tais termos são praticamente sinônimos e poderão ser adotados em diversas ocasiões. Contudo, há que se estabelecer aqui uma distinção crucial: enquanto moral é um conjunto de normas de conduta tidas como válidas de acordo com determinado tempo e lugar, a Ética será a disciplina filosófica a partir da qual se refletirá sobre a moral.



Não se pode ensinar uma formação ética, mas sim refletir sobre o que esse modo de ser significa, levando em conta variáveis temporais e espaciais, bem como o caráter universal do ser humano do ponto de vista da sociedade que o institui.

Podemos refletir sobre o que venha a ser *Ética* ou um comportamento ético, mas não é possível ensinar a sermos éticos. Ao estudarmos *Ética*, não receberemos uma lista de regras de conduta para nos comportarmos de um modo ou de outro, considerando o *certo* e o *errado* de forma absoluta ou preconceituosa. Levaremos em conta, sim, os valores éticos, aqueles que respeitam a consciência e a liberdade do sujeito, sem que, com isso, firam a consciência e a liberdade do outro. Não é possível, portanto, ensinar a ser ético, mas é perfeitamente viável aprender a pensar sobre nossas atitudes diante da vida do ponto de vista da *Ética*. Assim, pode-se dizer que estudar *Ética* é como desvelar o que muitas vezes está encoberto pelo costume, e é um dos caminhos que nos aproximam da reflexão crítica e autônoma a respeito da realidade vivida entre os homens.



Ao se utilizar a palavra *Ética*, iniciada com letra maiúscula, está se falando da disciplina filosófica. Ao adotá-la com letra minúscula, a palavra *ética* estará sendo usada como substantivo comum ou como adjetivo. Exemplos: 1) como parte da Filosofia: “A *Ética* é uma disciplina fundamental em cursos de graduação.” 2) como substantivo: “Especialmente nesse segmento do Turismo, espera-se uma *ética* bem mais aplicada que nos demais.” 3) como adjetivo: “Ela é uma mulher bastante *ética* ao agir com as pessoas.”

Vale lembrar também que, para além dos conceitos, as palavras *ética* e *moral* podem ser usadas como sinônimos, sem que, com isso, se cometa um grave equívoco. Exemplo: Ao se dizer *Ele é um sujeito moral* podemos substituir a frase por *Ele é um sujeito ético*, na medida em que ser ético ou moral, nesse caso, equivale a considerá-lo como um sujeito que age de acordo com sua consciência e sua liberdade, sem prejuízo de alguém.

Se Ética é parte da Filosofia, o que faz em um curso de Turismo?

Segundo o *Vocabulário técnico e crítico da Filosofia*, de André Lalande, **pragmático** “diz respeito à ação, ao sucesso, à vida, quer por oposição ao conhecimento teórico e especulativo, quer por oposição à obrigação moral” (1996, p. 836). O Pragmatismo é uma escola filosófica cuja raiz se encontra nas proposições anglo-americanas, pautadas na ação humana como superadora de limites e caracterizada pela ênfase ao sentido prático, à eficácia e à utilidade. Em outras palavras, pragmático quer dizer prático.

Não é possível responder a essa pergunta de forma tão **pragmática**. É necessário, antes, um exercício de pensamento em direção ao que entendemos como *utilidade*.

Cada vez mais vivemos circundados por um mundo que nos exige resultados imediatos, respostas objetivas e úteis. Evidentemente, isso pode ser desejável em boa parte das situações, porém é humanamente impossível pularmos as etapas de elaboração do conhecimento, que demandam, inclusive, uma outra temporalidade que não a funcionalista. Em nome de um *tempo apressado*, que faz com que as pessoas não tenham sequer tempo para si mesmas, o homem vem se tornando apenas o *indivíduo prático*, incapaz de forjar o distanciamento necessário para uma avaliação mais dimensionada das ações humanas. Ele perde, com isso, sua condição de transcendência, ou seja, sua capacidade de superar situações que lhe chegam como prontas e imutáveis, uma vez que não se permitem refletir sobre elas, mas sim agir o mais imediatamente possível.

Não se quer dizer, com isso, que devemos nos alienar do ritmo do mundo contemporâneo e nos colocarmos como pensadores agudos em qualquer situação.



Fonte: <http://www.sxc.hu/browse.phtml?f=search&txt=rodin&w=1>



O Pensador é uma conhecida escultura em bronze do artista plástico Auguste Rodin (1840-1917) que representa um homem em seu estado de reflexão. Essa é uma imagem que muitas vezes ajuda a consolidar uma ideia estereotipada de que, ao pensarmos, entramos em um estado de alienação do “mundo real”, o que não significa exatamente isso. Poderíamos destacar duas formas de pensamento:

Há o pensamento concreto, que se forma a partir da percepção, ou seja, da representação de objetos reais, e é imediato, sensível e intuitivo; e o pensamento abstrato, que estabelece relações (não-perceptíveis), que cria os conceitos e as noções gerais e abstratas, é mediato (precisa da mediação da linguagem) e racional (ARANHA, 2003, p. 33).

Primeiramente, é um equívoco acharmos que, ao pensar, limitaremos nossa condição de agir, de atuar. Estaremos, pois, nos posicionando e nos preparando para as ações. Em segundo lugar, pensar não é uma prerrogativa só da Filosofia. Ela simplesmente se apropria dessa condição humana e cria conceitos, que são uma espécie de instrumento pelo qual o pensamento se exercita.



No livro *O que é a Filosofia?*, Gilles Deleuze e Félix Guattari se dedicam a demonstrar que a Filosofia está viva e que não consiste apenas em objeto de interesse filosófico. Para tanto, desdobram o assunto de forma original e bem-humorada, destacando, dentre outras abordagens, a esfera da construção conceitual, sob o ponto de vista crítico. A Filosofia, mais rigorosamente falando, é a disciplina que consiste em criar conceitos, e criar conceitos sempre novos é objeto da Filosofia. Se puder, leia o livro!

Muitas vezes, a Filosofia não é compreendida como “algo útil”, por não se considerá-la evidentemente assim. Algumas pessoas avaliam que certas disciplinas, como a Matemática, por exemplo, são mais “importantes” que outras, por serem mais “operacionais”. Sem tirar-lhes o mérito que exercem na formação do profissional, não se pode, contudo, valorá-las positivamente em detrimento das disciplinas que não estão circunscritas de forma óbvia a um ideal mercadológico ou funcionalista. Tanto umas quanto outras fazem parte da formação humana e, portanto, da formação profissional.

Todavia, é comum encontrar quem não questione o

(...) estudo de matemática no ensino médio porque “entra no vestibular”; ou ainda a seleção de disciplinas que vão interessar no exercício de determinada atividade. Por isso, com frequência, o estudante se pergunta: “Para que vou estudar filosofia, se não precisarei dela na minha profissão?” (ARANHA, 2003, p. 90).

O mesmo questionamento poderia ser feito ao tratarmos da inclusão da disciplina Ética (“Para que estudá-la?”) em cursos de graduação, como é o caso do Turismo. Mas podemos encontrá-la em distintos cursos de bacharelado ou licenciatura, com a principal e óbvia preocupação de aplicá-la às questões profissionais. O debate ético, desse modo, passa a ser utilizado para se refletir sobre a conduta de classe ou a do profissional de determinada área. Você pode estudar, por exemplo, os *códigos de ética* de cada profissão (do ponto de vista coletivo ou individual) e casos em que se discutam se os procedimentos adotados estão de acordo com a Ética. Em se tratando do Turismo, especificamente, tal como poderemos notar nas aulas desta disciplina, várias são as aplicações da Ética. Serão abordados assuntos como sustentabilidade, cidadania, inclusão e responsabilidade social, por meio da apresentação de casos verídicos ou hipotéticos, e o Código de Ética da Abbtur (Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo), o Código

de Ética da Abav (Associação Brasileira de Agências de Viagens), o Código de Ética da Hotelaria e o Código de Ética da OMT (Organização Mundial de Turismo).



As relações de valor que existem entre o ideal moral traçado e os diversos campos da conduta humana podem ser reunidas em um instrumento regulador. Tal conjunto racional, como o propósito de estabelecer linhas ideais éticas, já é uma aplicação desta ciência que se consubstancia em uma peça magna, como se uma lei fosse entre partes pertencentes a grupamentos sociais. Uma espécie de contrato de classe gera o Código de Ética Profissional, e os órgãos de fiscalização do exercício passam a controlar a execução de tal peça magna (SÁ, 2004, p. 123).

Desse modo, *seria mais apropriado que os códigos de Ética se chamassem “códigos de conduta”, na medida em que seguem normas relativas a direitos e deveres profissionais.*

Mas, como dissemos, essa é uma aplicação da Ética! Quando aplicada à sociedade, estará voltada para os temas relacionados com o exercício profissional. Quando dirigida aos deveres profissionais, estará pautada nos documentos normativos que regulam as profissões. Chamamos, então, de *deontologia* essa área que se refere a princípios e regras de conduta existentes em uma profissão. Também conhecida como “Teoria dos deveres”, a deontologia pode ser considerada um ramo da chamada “Ética normativa”, que enuncia as normas que determinam os deveres profissionais. Desse modo, cada profissional está circunscrito a uma deontologia própria à sua profissão, a partir de seu(s) Código(s) de Ética.

Talvez seja possível, desse modo, enxergar uma certa “praticidade” ao se estudar Ética nos cursos de graduação, uma vez

que nos parece fornecer uma aplicabilidade notória. Mas, se fosse só assim, correríamos sérios riscos de reduzirmos a Ética a um senso comum sobre ideias genéricas de *certo* e *errado* – como se não variassem no tempo e no espaço, ou como se, desse jeito, todos os problemas éticos fossem tão racionais e fáceis de se solucionar. Por isso, ao começarmos a estudar Ética, precisaremos, primeiramente, de uma fundamentação teórica que consolide a reflexão acerca de conceitos importantes, que nos ajudarão a desenvolver um pensamento mais elaborado e crítico quando for feita a aplicação da Ética.

Temos de considerar que muitos dos assuntos relativos à Ética estão, por vários momentos, em pauta na mídia e na própria sociedade, mas o que parece lamentável é que esse fato geralmente ocorra justamente pela ausência de compromisso ético observado em algumas pessoas e instituições, na política, nas relações de trabalho, na vida privada. Não é raro tomarmos conhecimento a respeito de situações em que a ética é o assunto principal. Muitas delas nos provocam diversos sentimentos e acabamos por julgá-las, de uma forma ou de outra. Se estabelecemos um tipo de juízo qualquer sobre algo, é porque o valoramos. Assim, são os valores que irão compor nosso sistema de significados.

Apesar de serem diversos os tipos de valores (afetivos, utilitários, lógicos, econômicos, religiosos, estéticos), os tomaremos aqui por sua concepção ligada à Ética – como será visto a seguir.

Contudo, antes de tratarmos sobre os valores, é importante lembrarmos algumas ideias a respeito do objetivo de se estudar Ética nos cursos de graduação:

1. auxiliar na elaboração de pensamento crítico em relação ao comportamento ético;
2. fundamentar os conceitos relativos à Ética para além do senso comum;
3. refletir sobre a conduta humana, entendendo que ela varia no tempo e no espaço;

4. analisar, do ponto de vista ético, as atitudes do ser humano perante a sociedade;
5. aplicar as noções éticas ao exercício da profissão, observando os chamados “códigos de ética profissional”

Assim sendo, entre as Aulas 1 e 7, que tratam dos *Fundamentos da Ética*, são apresentados vários conceitos filosóficos, desdobrados na forma de assuntos. Por não se tratar de uma disciplina de Filosofia – mas sim de uma área da Filosofia – e também por não se tratar de um curso de Filosofia – mas sim de um curso de Turismo –, não é intenção primordial se aprofundar o pensamento de cada um dos filósofos que se voltou para o debate sobre a Ética, até porque essa seria uma tarefa que demandaria muito mais do que uma disciplina.



É importante compreendermos que não se pode realizar uma reflexão ética sem a fundamentação conceitual oriunda da Filosofia!

Então, durante nossas primeiras aulas, preste bastante atenção em todos os conceitos destacados, pois serão eles que o ajudarão a compreender em que pressupostos estão pautados os debates éticos, tanto do ponto de vista individual, quanto coletivo.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Numa conversa com amigos, você resolve comentar quais as disciplinas que está cursando durante este período na universidade. Sendo a disciplina de Ética uma delas, quais seriam seus principais argumentos para explicar o estudo dessa matéria no seu curso de graduação?

Comentário

Você deveria ser capaz de identificar a Ética como parte da Filosofia, uma vez que todo o debate ético estará pautado sobre conceitos filosóficos acerca do comportamento moral do homem. Deveria explicar também que é necessário se despojar de alguns pré-conceitos do senso comum, para se atingir um pensamento mais elaborado acerca das questões éticas, estimulando um raciocínio mais crítico e fundamentado. Poderia dizer que, sem o arcabouço teórico, todas as discussões sobre o tema acabam se tornando inférteis, pois recairiam sobre um relativismo que não nos levaria a lugar algum. Assim, por mais que tenhamos opiniões sobre o que é certo ou errado, isso não basta para se estabelecer uma formação ética – e que, na verdade, a formação ética está calcada na reflexão filosófica que estabelecemos com a realidade. A partir disso, justificaria que, em qualquer que seja o curso, a reflexão acerca do exercício da profissão é imprescindível e, mesmo existindo essa preocupação em outras disciplinas, será a disciplina Ética que deflagrará esse movimento e fundamentará o pensamento ético. Poderia, em seguida, explicar que a aplicação da Ética nas profissões se dá sobre as relações entre a atuação profissional, sua área de conhecimento e a sociedade, e que, do ponto de vista dos deveres, todos os profissionais estão circunscritos a uma deontologia, expressa pelos chamados “códigos de ética”.

A Ética e os valores

Constantemente fazemos avaliações a respeito de coisas ou pessoas. Mesmo que tenhamos dificuldades em admitir, jamais poderemos afirmar que somos absolutamente neutros em nossos julgamentos. Isso porque nossos valores são como bússolas a nos indicar caminhos, que vão influenciar nossos afetos e decisões.

Entende-se como afeto a nossa própria afetividade com o todo, seja ela positiva ou negativa. Somos capazes de afetar e de sermos afetados (*afecção*) de muitas maneiras: sentindo amor ou ódio, pena ou desprezo, indignação ou admiração. Esses e muitos outros sentimentos expressam nossas emoções, e quando elas se relacionam com algo concernente à conduta humana, dizemos que estão expressando o nosso *senso moral*.

Quando nos defrontamos com situações de calamidade pública, miséria humana e injustiça social, por exemplo, acabamos por manifestar sentimentos de solidariedade, piedade ou repulsa. Quando fazemos algo do qual nos envergonhamos, quando agimos de forma intempestiva, covarde ou vaidosa, muitas vezes sentimos remorso e culpa. Se temos contato com pessoas honestas, que tenham atitudes altruístas, palavra honrada e decência nas suas ações, tendemos a admirá-las e, por vezes até, nos servem de bons exemplos a seguir. Ao sabermos de todo tipo de violência exercida sobre os seres humanos e os animais, ao tomarmos conhecimento de pessoas que “tiram vantagem” sobre as outras, agindo de má-fé, e mais uma infinidade de circunstâncias que aviltam a dignidade do homem, vêm à tona diversos sentimentos que, às vezes, sequer conseguimos conter.

O que não nos torna indiferentes a essas situações é o nosso *senso moral*, ou seja, os valores que construímos a respeito da ideia de bem e de mal, a respeito do que seja felicidade e de como compreendemos o mundo do ponto de vista da moral.

Se só lidássemos com nossos sentimentos, já seria uma tarefa bastante complexa, pois muitos deles são altamente con-

Afecção ou afeição

É “todo o movimento da sensibilidade, que consiste numa mudança de estado provocada por uma causa exterior” (LALANDE, 1996, p. 32).

flitantes e até mesmo “irracionais”. (Às vezes, somos levados por impulsos que estão para além de nossa razão.) Agora, imagine quando somos conclamados a tomar decisões a respeito de uma determinada situação? Temos que nos haver diretamente com nosso sentimento de responsabilidade sobre o fato, além de saber que qualquer ato gera algum tipo de consequência.

Os debates éticos giram em torno não só do que sentimos, mas também do que decidimos fazer. Discussões sobre grandes temas – como a aceitação da eutanásia, do aborto, das pesquisas com células-tronco – ou mesmo sobre assuntos específicos – como até que ponto é justo condenar um pai de família desempregado que furtou alimentos para dar a seus filhos ou julgar mal uma pessoa casada que tenha se apaixonado por outra e decidido se separar por desejar viver esse amor – demandam nosso posicionamento. Ao nos posicionarmos, não é mais possível nos omitirmos, pois estará exposta a nossa consciência. Essas decisões que conduzem a ações de cunho moral chamamos de *consciência moral*.



Acesse o site da Unesco no Brasil para ler o artigo publicado no *Correio Braziliense*, do dia 28 de maio de 2008, intitulado “Pluralismo Moral no Debate sobre Células-tronco”. Lá você encontrará alguns elementos que o ajudarão a refletir eticamente sobre esse assunto (DEFOURNY, 2008).

Como veremos mais agudamente na Aula 2, devemos considerar que a moral varia no tempo e no espaço, e, sendo assim, nossos sentimentos e nossas decisões também irão se alterar de acordo com os contextos temporais e espaciais. Assim, tanto o senso moral quanto a consciência moral estarão ligados a valores. Toda a moral, portanto, estará baseada nos valores pessoais e sociais de determinada época e lugar.

Geralmente, não percebemos que os valores possuem origens culturais e sociais, e os consideramos como algo “natural”. O indivíduo e a sociedade tendem a naturalizá-los, buscando, assim, “garantir a manutenção dos padrões morais através do tempo e sua continuidade de geração a geração” (CHAUÍ, 2000). Isso significa que os fatos tendem a passar por juízos de valor, ou seja, por avaliações e interpretações, pois o ser humano sempre está pronto para lhes acrescentar sentidos.

Fatos ou interpretações?

Não existem fenômenos morais, apenas uma interpretação moral dos fenômenos (Nietzsche, 2002, p. 92).

Como já vimos, nosso senso e nossa consciência moral são forjados com base em valores. Para que um julgamento sobre determinado fato fosse neutro (ou chegasse o mais perto possível do que se pode considerar como “neutralidade”), dever-se-ia considerar apenas sua existência em si, independentemente de qualquer coisa que pensemos sobre ele. Os fenômenos meteorológicos podem ser bons exemplos, pois não há juízo valorativo algum no fato de fazer sol nos dias de verão. Esse é um acontecimento que poderá ter suas causas e consequências explicadas e provadas. Assim, quando dizemos “Está fazendo sol”, não há nisso nada além de uma constatação. A essa enunciação chamamos de *juízo de fato*. Mas, mesmo levando em conta um fenômeno da natureza, poderíamos resolver adjetivá-lo. Em vez de dizermos “Está fazendo sol”, poderíamos emitir nosso juízo sobre esse fato, proferindo o seguinte: “Está fazendo um lindo dia de sol!” Desse momento em diante, estabeleceu-se uma avaliação sobre o fato, ou seja, fizemos um *juízo de valor*. Anteriormente, afirmamos que os valores podem ser de muitos tipos, mas o que nos interessa agora são os valores éticos, quais sejam, aqueles que dizem respeito à ideia de bem e de mal. Portanto, os juízos éticos de valor sempre se-

rão aqueles que irão avaliar os fatos e as ações, adotando critérios de certo e errado como mensuração. Nessa medida, os juízos éticos também são normativos, ou seja, estão ancorados em normas que determinam o que se considera como correto e incorreto a respeito de determinada situação.

Logo, os fatos ou fenômenos não possuem natureza moral alguma, mas sim, como observa Nietzsche, sofrem interpretações morais.



O filósofo alemão Friedrich Wilhelm Nietzsche nasceu em 15 de outubro de 1844 e faleceu em 25 de agosto de 1900. Diversos são seus livros, para citar apenas alguns: *Para além do bem e do mal*; *Genealogia da moral*; *Assim falava Zaratustra*; *Ecce Homo*; *O anticristo*; *Aurora*; *A gaia ciência*; *Humano, demasiado humano*. Seus principais conceitos são: *a vontade de potência*, *o eterno retorno* e *o super-homem*.

Através de seus escritos, continua despertando o interesse de muitos leitores e isso, certamente, deve ocorrer porque ele ainda é ousado, perspicaz e, acima de tudo, alguém que coloca em questão valores caros aos fundamentos não somente da sociedade do Ocidente, mas também para com toda a existência humana. Muitas vezes suas críticas tornam-se ácidas e todo o comportamento moral é posto em xeque” (SOUSA, 2002, p. 13).





Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. Em *Os Simpsons* (desenho animado rico em sátiras, duplos sentidos e alusões à cultura americana), há um episódio chamado “Bart contra a Ação de Graças”, cuja sinopse está descrita a seguir:

É Dia de Ação de Graças na casa dos Simpsons. Todos estão em casa: Homer (o pai da família) está apostando no futebol, a mãe de Marge (a esposa de Homer) passa o dia criticando tudo e todos, e Lisa (filha de Marge e Homer) prepara um belo arranjo de mesa, com suas heroínas feministas. Bart (seu irmão), enciumado com a atenção que Lisa recebe ao mostrar seu arranjo, tenta retirá-lo da mesa e acidentalmente o atira ao fogo. Homer acusa Bart de arruinar, com essa atitude, o Dia de Ação de Graças, e Bart foge de casa. Os Simpsons ficam muito aflitos. Enquanto isso, Bart vaga pela cidade e participa de algumas aventuras que lhe fazem refletir sobre seu comportamento. Por intermédio de um noticiário na TV, a família descobre que Bart se encontra em meio a um grupo de pessoas “sem teto”. Por fim, Bart volta para casa, e finalmente pede desculpas à sua irmã. Seu pai, vendo a cena, exclama: “Nós somos os melhores pais que nossos filhos poderiam ter!”

Tal como nesse episódio (exibido pela primeira vez nos EUA em 22 de novembro de 1990), na nossa vida cotidiana, participamos de muitos momentos em que nosso senso moral e nossa consciência moral são conclamados, e nosso julgamento sobre certos acontecimentos poderá ser mais neutro ou mais valorativo. No caso do episódio citado, um dos exemplos mais claros de senso moral é quando Bart se arrepende do que fez; de consciência moral, quando ele pede desculpas à sua irmã; de juízo de fato, quando a família fica aflita com o desaparecimento de Bart; e de juízo de valor, quando Homer afirma que ele e sua esposa são os melhores pais que existem.

O desenho funciona como um ótimo exemplo para compreendermos melhor os conceitos éticos nele implicados. Assim, explique, de acordo com a Ética, o que significa senso moral, consciência moral, juízo de fato e juízo de valor.

Resposta Comentada

Você deverá estabelecer a diferença entre os conceitos, explicando que o senso moral está ligado às emoções que sentimos em relação a determinados acontecimentos que envolvem as condutas morais, e que a consciência moral implica tomada de decisões. Ambas se referem aos valores construídos individual e socialmente. Em relação aos juízos, caberá a explicação sobre a difícil tarefa de se estabelecer uma neutralidade capaz de não emitir juízos de valor e identificar em que casos isso pode acontecer. Cumprirá destacar também o que são juízos éticos de valor e por que Nietzsche afirma que “não existem fenômenos morais, apenas uma interpretação moral dos fenômenos”.

Os fins justificam os meios?

Todo o episódio do desenho *Pink e o Cérebro* termina com o mesmo diálogo entre os personagens:

Pink: Cérebro, o que você quer fazer esta noite?

Cérebro: A mesma coisa que fazemos todas as noites, Pink: tentar conquistar o mundo!

Esses dois ratinhos de laboratório formam uma dupla engraçada. O Cérebro é um gênio e o Pinky, um desmiolado. Eles vivem tentando realizar o maior desejo de Cérebro, que é conquistar o mundo a qualquer preço. Eles criam planos mirabolantes e as invenções mais inacreditáveis para atingirem sua meta principal, mas, no fim, acaba dando tudo sempre errado.

A partir desse exemplo, algumas questões éticas se impõem. “Conquistar o mundo” já seria, por si só, um desejo ego-cêntrico, pois indicaria uma tentativa de domínio e exercício do poder sem pensar no bem comum. Contudo, sendo os dois ratinhos “de laboratório”, eles se sentem no direito de tentar dominar

um mundo que também os domina. Toda uma discussão **bioética** poderia ser traçada a partir dessa premissa, pois, mesmo sabendo que os cientistas seguem protocolos éticos rígidos e que o ser humano se beneficia diariamente dos estudos da ciência, há quem questione o fato de as pesquisas serem feitas com animais (seres vivos).

Mas, para além da finalidade dos ratinhos, podemos nos inquietar com outro princípio ético: Os fins justificam os meios? Mesmo que Pink e Cérebro tivessem fins nobres, seria justificável que usassem qualquer método para atingir seus objetivos?

No senso comum, “Os fins justificam os meios” é uma frase corriqueira e banal. Muitas vezes a repetimos sem nos darmos conta do que ela significa e, irrefletidamente, acabamos aceitando-a como um valor. Se introjetarmos esse valor, acharemos muito “natural”, por exemplo, que em nome da fé se justifiquem as chamadas “guerras santas”; que, em nome da fidelidade, seja permitido aprisionar alguém; que, em nome do coletivo, qualquer ação individual seja passível de aprovação.

Fins éticos exigem meios éticos. Para o campo da Ética, essa é uma condição fundamental. Segundo salienta Chauí (2000), “nem todos os meios são justificáveis, mas apenas aqueles que estão de acordo com os fins da própria ação”.

Bioética

Ramo da Ética aplicada que discute os avanços da biomedicina e da biotecnologia e seus impactos sobre o homem.



Para assistir à abertura do desenho *Pink e o Cérebro*, acesse o *link* do YouTube. Disponível em: < http://www.youtube.com/watch?v=qmb1yT_fj-o > Lá, você poderá encontrar a música-tema do desenho, cuja letra é a seguinte:

O Pinky e o Cérebro
O Pinky e o Cérebro
Um é um gênio
O outro um imbecil.
Não cansam de tentar
O mundo dominar
É o Pinky

O Pinky e o Cérebro, o Cérebro e o Pinky
O Pinky e o Cérebro.
No final da noite
Começa um novo plano
Eles vão pensar em tudo
Até o dia clarear
O Pinky e o Cérebro
O Cérebro e o Pinky
Eles fazem tudo
Na escuridão
É fácil de explicar
E de compreender
O Pinky
O Pinky e o Cérebro o Cérebro e o Pinky
O Cérebro e o Pinky

Conclusão

Nesta primeira aula, já foi possível perceber que não existe uma “Ética do Turismo”, mas sim que é possível refletir sobre Ética e Turismo, e articulá-los a partir de um conceitual teórico próprio da Filosofia. Os conceitos básicos de Ética começaram a ser tratados aqui, mas muito ainda está por vir... Então, se a Ética não pode ser “ensinada”, pois só se relaciona com ela quem possui essa “disposição”, disponha-se! É muito provável que você não se esqueça nunca mais dessa viagem.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

O campo ético é constituído por vários elementos, dentre eles os meios para que o sujeito realize os fins. Então, por que, para a Ética, fins éticos exigem meios éticos? Cite exemplos que clarifiquem sua exposição.

Comentário

Você deverá discorrer sobre a posição contrária da Ética a respeito da frase “Os fins justificam os meios”, fundamentando teoricamente sua resposta a partir do conceito de Ética estudado. A Ética nos aponta que, para se alcançar determinado fim ético, precisamos fazê-lo de forma igualmente ética. Caso contrário, estaríamos sendo antiéticos. Poderíamos citar qualquer exemplo que demonstrasse que de nada adiantaria atingir um objetivo, por mais nobre que fosse, se precisássemos usar de meios ilícitos ou inconvenientes.

Resumo

A palavra *ética* se origina do grego *éthos*, que significa *modo de ser*; e a palavra *moral* vem do latim *mores*, que quer dizer *costume*. Etimologicamente, tais termos são praticamente sinônimos e poderão ser assim adotados em diversas ocasiões. Contudo, enquanto *moral* é um conjunto de normas de conduta tidas como válidas de acordo com determinado tempo e lugar, a *Ética* será a disciplina filosófica a partir da qual se refletirá sobre a *moral*.

Quando aplicada à sociedade, a *Ética* estará voltada para os temas relacionados com o exercício profissional. Quando dirigida aos deveres profissionais, estará pautada nos documentos normativos que regulam as profissões. Mas, se assim fosse, reduziríamos a *Ética* a um senso comum sobre ideias genéricas de *certo* e *errado* – como se não variassem no tempo e no espaço, ou como se, desse jeito, todos os problemas éticos fossem tão racionais e fáceis de se solucionar. Por isso, ao começarmos a estudar *Ética*, precisaremos, primeiramente, de uma fundamentação teórica que consolide a reflexão acerca de conceitos importantes, que nos ajudarão a desenvolver um pensamento mais elaborado e crítico quando for feita a aplicação da *Ética*.

Os sentimentos expressam nossas emoções e, quando elas se relacionam com algo concernente à conduta humana, dizemos que estão expressando o nosso *senso moral*. Já ao nos posicionarmos,

estará exposta a nossa consciência. Essas decisões que conduzem a ações de cunho moral chamamos de *consciência moral*.

Quando dizemos “Está fazendo sol”, não há nisso nada além de uma constatação. A essa enunciação chamamos de *juízo de fato*.

Em vez de dizermos “Está fazendo sol”, poderíamos emitir nosso juízo sobre esse fato, proferindo o seguinte: “Está fazendo um lindo dia de sol!” Desse momento em diante, estabeleceu-se uma avaliação sobre o fato, ou seja, fizemos um *juízo de valor*.

No senso comum, “Os fins justificam os meios” é uma frase corriqueira e banal. Porém, de acordo com a Ética, fins éticos exigem meios éticos.

2

A moral como construção histórico-cultural

Metas da aula

Apresentar, de forma geral, a reflexão filosófica acerca da ideia de moral e recuperar os discursos e argumentos teóricos acerca da moral, estabelecendo-a como construção histórico-cultural.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1 identificar a moral enquanto construção histórico-cultural;
- 2 relacionar indivíduo-sociedade no que diz respeito à moral;
- 3 definir a concepção de moralidade, a partir da distinção entre as noções de “imoral” e “amoral”.

Moral: genética ou cultural?

O que você pensa a respeito: os seres humanos já nascem com uma ideia de moral ou é um aprendizado que se inicia nos primeiros anos de vida? A partir do que nos trazem os conhecimentos filosóficos e antropológicos, podemos afirmar que a ideia de moral resulta sempre de uma construção cultural e histórica, isto é, a moral possui, essencialmente, uma qualidade social.

A moral manifesta-se apenas em sociedades humanas, em correspondência com as normas e relações sociais/culturais, cumprindo uma função determinada. Assim, uma mudança radical da estrutura social provoca uma mudança na ideia de moral adotada por um grupo social. Como exemplo, podemos pensar na escravidão dos negros de origem africana no Brasil, que durante quatro séculos foi uma forma de trabalho aprovada socialmente.



É importante saber que o comportamento moral é tanto um comportamento de indivíduos quanto de grupos sociais humanos. Cada indivíduo, comportando-se moralmente, está sendo submetido a determinados princípios, valores ou normas morais. Podemos, então, perceber que a moral é estabelecida e aceita pelas sociedades humanas, sendo na sujeição (aceitação/submissão) do indivíduo às normas estabelecidas por seu grupo social de referência (família, escola, rede de amigos, grupo religiosos, trabalho etc.) que se manifesta explicitamente o caráter social da moral.

Vale ressaltar que a função social da moral consiste na regulação das relações entre os indivíduos em sociedade visando manter e garantir uma ordem social estabelecida, ou seja, regular as ações dos indivíduos em relação à sociedade, visando preservá-la no seu conjunto, assim como a integridade de um dado grupo social.

Mas você deve estar se perguntando em que medida pode se dar a relação entre o individual e o coletivo no âmbito da moral. Podemos responder, neste momento, que a moral implica sempre uma consciência individual, fazendo as suas regras ou assimilando as que surgem com um caráter normativo, ainda que se trate de regras estabelecidas pelo costume (tradição cultural). Isso porque uma das finalidades da moral é estimular os indivíduos a harmonizarem seus interesses pessoais com os interesses coletivos.

Como já observado anteriormente, os seres humanos tendem culturalmente a se subordinar a normas, princípios ou valores socialmente estabelecidos. Dessa forma, a moral regula somente atos e relações que tragam consequências para os demais indivíduos e os estimula a aceitarem livre e conscientemente determinados interesses, valores ou princípios.

Para tanto, a conduta individual tem consequências de um modo ou de outro, podendo ser aprovada ou reprovada. Contudo, as atitudes individuais que não trazem consequências para os demais grupos sociais não representam interesse da moral.

Então, como podemos definir um ato moral? Um ato moral se configura como a solução de uma situação específica, tendo como influência a norma, ou seja, as leis e regras sociais. Assim, a norma de caráter universal se singulariza no ato real. Desse modo, o ato moral representa uma totalidade de elementos que podem ser motivos, intenção ou fim, decisão pessoal, emprego de meios adequados, resultados e consequências. Vale lembrar que o ato moral só é concretizado enquanto conduta individual, quando ocorre mediante uma convicção íntima e “não mecânica” (impessoal/externa).

A moral variando no tempo e no espaço

O universo moral sem limites no espaço social e no tempo histórico estende-se por sobre todas as pessoas naturais em sua complexidade biográfica, e a própria moral se estende até a defesa da integridade de pessoas plenamente individuadas (HABERMAS, 2006).

Como já vimos até aqui, a moral estabelece regras que devem ser assumidas socialmente como uma forma de garantir o bem-viver e a vida humana em última instância. Não se esqueça de que toda sociedade humana institui sua própria moral: valores que determinam o que é o “Bem” e o “Mal”! Portanto, em cada tempo histórico e espaço geográfico são verificados comportamentos permitidos (válidos) ou proibidos (reprimidos), ou seja, são estabelecidos padrões de conduta válidos para os diferentes grupos sociais.

Mas por que, à primeira vista, podemos não perceber a origem cultural dos valores morais? Marilena Chauí, em seu famoso livro *Convite à Filosofia* (2004), nos responde a esta questão. A filósofa afirma que “somos educados (cultivados) para eles e neles, como se fossem naturais ou fáticos, existentes em si e por si mesmos”. Assim, para garantir a manutenção dos padrões morais ao longo do tempo e sua continuidade de geração a geração, as sociedades humanas tenderiam a naturalizá-los. A sua conclusão é a de que a naturalização da existência da moral esconderia o mais importante, isto é, o fato de ser uma criação histórico-cultural.

Entretanto, os valores sociais morais, bem como o critério que os determina, são multifacetados (diversas dimensões), sendo difícil estabelecer um padrão universal. Esta temática é extremamente importante para toda a história da Filosofia.

De acordo ainda com a filósofa Marilena Chauí, os pensadores Rousseau e Kant procuraram conciliar o dever e a ideia de uma natureza humana que precisa ser obrigada à moral. Contudo, quando enfatizaram a questão da natureza (natureza e natureza humana), teriam desprezado, em certa medida, a relação problemática entre o dever e a cultura.

Mas é um outro filósofo alemão quem nos ajuda a pensar essa questão: Hegel. Ele critica Rousseau e Kant por duas razões. Em primeiro plano, por terem dado maior atenção à relação sujeito humano-natureza (a relação entre razão e paixões), esquecendo a relação sujeito humano-cultura e história. E, em segundo plano, por terem admitido a relação entre a ética e a sociabilidade dos seres humanos, mas entendendo esta relação com laços muito frágeis, ou seja, enquanto relações pessoais diretas entre indivíduos isolados ou independentes, quando deveriam tê-la compreendida como laços fortes das relações sociais, fixadas pelas instituições sociais (família, sociedade civil e Estado).

Desse modo, podemos afirmar que as relações pessoais entre indivíduos seriam determinadas e mediadas por suas relações sociais, sendo estas últimas determinantes da vida ética ou moral dos indivíduos.

Para Hegel, os indivíduos são seres históricos e culturais, significando que, além de nossa vontade individual subjetiva – o que, para Rousseau, era chamado de “coração” e, para Kant, “razão prática” –, existiria uma outra vontade, muito mais forte, determinante de nossa “vontade objetiva”, inscrita nas instituições sociais ou na cultura. E o que significa “vontade objetiva”? É importante compreender que, de forma geral, ela pode ser caracterizada como impessoal, coletiva, social e pública. A vontade objetiva, então, criaria as instituições sociais e a “moralidade” (falaremos mais sobre isso no tópico “Imoral e amoral: entendendo melhor a concepção de moralidade”), como um sistema regulador da vida coletiva por meio dos costumes e dos valores de uma sociedade, num dado momento histórico.

Assim, podemos deduzir que a moral sempre existiu, já que todo ser humano possui uma consciência moral que o faz diferenciar o “bem” do “mal” em determinado contexto histórico e cultural em que está inserido. Do ponto de vista antropológico, surgiu, de fato, no momento em que o homem passou a fazer parte de agrupamentos, ou seja, nas primeiras tribos. Afinal de

contas, a moral não é apenas um ato individual. Não obstante, os atos, para serem considerados morais, devem ser realizados voluntariamente, por livre participação do indivíduo.



Atividade

Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Com base nos trechos a seguir, relativos aos tópicos “Moral: genética ou cultural?” e “A moral variando no tempo e no espaço”, aborde a relação entre moral e indivíduo; sociedade; tempo; espaço.

Trecho 1: "O comportamento moral é tanto um comportamento de indivíduos quanto de grupos sociais humanos."

Trecho 2: “Portanto, em cada tempo histórico e espaço geográfico são verificados comportamentos permitidos (válidos) ou proibidos (reprimidos), ou seja, são estabelecidos padrões de conduta válidos para os diferentes grupos sociais.”

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Comentário

Você deveria ser capaz de identificar em que medida pode se dar a relação indivíduo-sociedade no que diz respeito à moral, ou seja, que a moral é tanto um ato individual quanto coletivo. Também deveria abordar a moral como uma construção histórico-cultural (tempo-espaco), na medida em que varia de acordo com a época e com a cultura.

A resposta deveria contemplar o entendimento de que a moral não é inata, e sim um código social que os indivíduos apreendem ao longo da vida. As diversas sociedades humanas criam suas regras internas, que em certos casos podem até se generalizar como no caso das religiões dogmáticas, mas também podem variar conforme o entendimento ético-moral de uma determinada época e contexto geográfico.

Seria importante também argumentar que a sociedade exerce uma influência significativa em relação ao indivíduo, no sentido de fazê-lo obedecer às regras e que, do ponto de vista filosófico, essa pressão (coerção) social se dá de forma subliminar, de modo que o indivíduo acaba sendo “educado” (no sentido de adestrado) para aceitá-las e entendê-las como fundamentais no “jogo social”.

Por fim, é necessário mencionar que cada sociedade humana cria suas próprias regras sociais que contêm um sentido implícito de autoconservação, ou seja, é a ideia de “harmonização social”.

O “demasiadamente humano”

A moral rege nosso comportamento social, mas nem sempre seguimos as orientações morais. Em algumas situações, desviamos das regras sociais, das interdições, daquilo que é considerado um tabu em nossa sociedade. De acordo com o ponto de vista filosófico, poderíamos afirmar que, em circunstâncias específicas, emerge o nosso “animal”, nossa “natureza humana”.

Mas como costumamos resolver esse problema social? Espinosa, filósofo do século XVII, pode nos dar alguma pista a respeito. Para ele, somos seres naturalmente passionais, porque sofremos a ação de causas exteriores a nós. Então, por sermos passionais podemos nos considerar “passivos”, mas passividade não significa apenas deixar-se dominar e conduzir por forças exteriores ao nosso corpo e à nossa alma. Passividade também é uma ação, na medida em que “deixar-se afetar” também implica movimento da alma, relação com o mundo e, portanto, é uma atividade.



Para entender o postulado de Espinosa, é fundamental conhecer um pouco de sua vida e obra.



Baruch Espinosa.

Benedito Espinosa, Bento de Espinosa, Benedictus de Spinoza ou ainda, em sua forma latinizada, Baruch de Spinoza, nasceu a 24 de novembro de 1632, na cidade de Amsterdã, tendo falecido em 21 de fevereiro de 1677, em Haia, ambas cidades holandesas. A sua filosofia fundamenta-se numa concepção panteísta da realidade, na qual Deus é identificado com a Natureza. Espinosa rejeitou o “livre-arbítrio”, afirmando que a autodeterminação, isto é, agir em função da natureza de cada um, é a única liberdade possível. Essa concepção panteísta está bem patente nas suas concepções metafísicas, éticas e políticas. Para ele, só existe uma única substância ilimitada que se manifesta numa infinidade de formas e com infinitos atributos. Assim, nega a imortalidade da alma e a natureza pessoal de Deus. Defendeu que uma emoção pode ser ultrapassada apenas por uma emoção maior. Desse modo, aos 23 anos, Espinosa foi denunciado por ateísmo e expulso da comunidade judaica à qual pertencia. Em 1661, inicia sua verdadeira e intensa produção filosófica ao se mudar para a cidadezinha de Rijnsburg, tendo vivido lá por apenas dois anos, mas foi o que lhe permitiu escrever o *Tratado da emenda do intelecto*, o *Breve tratado* e os trechos iniciais do que seria a sua principal obra – *Ética* –, além de iniciar uma ampla correspondência voltada exclusivamente para questões filosóficas. Assim, tratou de se concentrar na retomada das questões políticas, escrevendo contra os juristas o seu *Tratado político*. Contudo, Espinosa morreu jovem, foi enterrado numa vala comum e deixou uma relevante produção intelectual.

Espinosa argumenta que vivemos cercados por outros seres, mais fortes do que nós, que agem sobre nós. Por esta razão, as paixões não são boas nem más, são naturais. Para este autor, são três as paixões originais: alegria, tristeza e desejo, sendo que as demais seriam delas derivativas.

Com efeito, da alegria podem nascer o amor, a devoção, a esperança, a segurança, o contentamento, a misericórdia, a glória; da tristeza podem surgir o ódio, a inveja, o orgulho, o arrependimento, a modéstia, o medo, o desespero, o pudor; e do desejo, a gratidão, a cólera, a crueldade, a ambição, o temor, a ousadia, a luxúria e a avareza.

Para exemplificar, podemos fazer o seguinte questionamento: *Em nome da amizade, deve-se guardar silêncio diante do ato de um traidor?* Iremos verificar que, em circunstâncias como a da questão, os indivíduos enfrentam a necessidade de organizar o seu comportamento por normas que se julgam mais apropriadas ou mais dignas de serem cumpridas, ou seja, seguem um modelo moral subjetivo, mas que em última instância é regido por normas sociais.

Estas são aceitas como obrigatórias, e assim os indivíduos entendem que têm o dever de agir desse ou daquele modo. Todavia, o comportamento é resultante de normas estabelecidas *a priori*, não sendo uma decisão natural, já que todo comportamento sofrerá um julgamento moral.

Batendo um papo sobre as virtudes

Retomando Marilena Chauí (2004), podemos postular que a determinação histórica do conteúdo dos valores está refletida no que se entende como virtude nos diversos contextos histórico-culturais. Com base na obra *Ética a Nicômaco*, do filósofo grego Aristóteles, é possível encontrar a síntese das virtudes que constituiriam a *areté* (a virtude ou excelência ética) e a moralidade grega, durante o tempo em que a *pólis* autônoma foi a referência social da Grécia Antiga.



Pólis é uma palavra grega que significa *cidade-Estado*. Segundo Jean-Pierre Vernant, a *pólis* grega é um acontecimento decisivo na história do pensamento grego.

(...) Seu advento, que se pode situar entre os séculos VIII e VII, marca um começo, uma verdadeira invenção; por ela, a vida social e as relações entre os homens tomam uma forma nova, cuja originalidade será plenamente sentida pelos gregos (VERNANT, 1992, p. 34).

Ainda segundo o historiador francês, as principais características da *pólis* grega são:

1. O caráter público de todas as discussões políticas, que deixam de ser privilégio de alguns grupos (os que compõem a cidade, por mais diferentes que sejam por sua origem, sua classe ou sua função, aparecem, de certa maneira, “semelhantes” uns aos outros);
2. A decisão sobre os assuntos da *pólis* depende unicamente da força das palavras proferidas pelos oradores, cuja condição social e econômica não é mais levada em conta (há a preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos do poder; a arte política é um exercício da linguagem);
3. As leis são elaboradas em conjunto e depois escritas para que todos possam conhecê-las;
4. A democratização do privilégio religioso: a religião já não é um saber secreto de famílias sacerdotais, mas uma religião do Estado, pública, acessível a todos.



Aristóteles nasceu em Estagira, cidade colônia grega da Macedônia, em 384 a.C. Foi discípulo de Platão por vinte anos e, por mais que venha dele diferir em muitos pontos, principalmente passando a um realismo (imanência) e deixando aos poucos o idealismo platônico (transcendência), ambos viam na felicidade o *bem supremo*, sendo este um objetivo comum aos dois.

Ética a Nicômaco é considerada a mais representativa obra do filósofo sobre o tema da Ética. Acredita-se que a obra resulte das notas de aula de Nicômaco, seu filho e discípulo.

Faleceu em Cálcis, na Eubeia, Em 322 a.C., onde se refugiou depois de ter sido perseguido em Atenas.



Para saber mais a respeito da Ética em Aristóteles, leia a obra *Ética a Nicômaco*, cuja referência bibliográfica completa se encontra ao final desta aula.

Na próxima aula, você também encontrará mais conteúdos filosóficos baseados em Aristóteles. Fique atento!

Como será abordado na Aula 3, Aristóteles distinguiu **vícios** e virtudes pelo critério do excesso, da falta e da moderação, ou seja, um vício seria um sentimento ou uma conduta excessiva ou deficiente; uma virtude, um sentimento ou uma conduta moderada. Com as virtudes estabelecidas pelo cristianismo, notamos que aquelas identificadas por Aristóteles, embora também sejam incorporadas, acabam tendo seu grau de importância reduzido.

A palavra “**vício**” deriva do latim *vitium*, significando “falha ou defeito”. Assim, representa um hábito repetitivo que degenera ou causa algum prejuízo ao viciado e aos que com ele convivem. O termo, por vezes, também é utilizado de forma amena, como na expressão: “Viciado em futebol!” Reforçando, Chauí (2004, p. 313) informa que Aristóteles, em obra já citada – *Ética a Nicômaco* –, defende que o vício significaria um sentimento ou uma conduta que se dá de forma excessiva. Pois então, podemos fazer um paralelo para exemplificar: na medida em que os vícios são excessos, estariam ligados aos pecados capitais instituídos pelo cristianismo. Para pensar de forma contemporânea, podemos estender essa ideia de vício relacionando-a com a corrupção do Estado, a individualidade, os desvios éticos e morais. No âmbito do Turismo, podemos pensar na forma como os “paraísos turísticos” são explorados frequentemente por agências do chamado *trade*, com o apoio do Estado, propiciando desequilíbrio ambiental e precarização da qualidade de vida da comunidade local.

Para observarmos de modo mais claro essa ideia, a filósofa Marilena Chauí (2004, p. 314) criou um “quadro cristão”, resumido a seguir:

Quadro 2.1: Quadro cristão

Virtudes teológicas	Virtudes cardeais	Virtudes morais	Pecados capitais
Fé	Coragem	Sobriedade	Gula
Esperança	Temperança	Prodigalidade	Avareza
Caridade	Justiça	Trabalho	Preguiça
	Prudência	Castidade	Luxúria
		Mansidão	Cólera
		Generosidade	Inveja
		Modéstia	Orgulho

Podemos observar, assim, o aparecimento das *virtudes teologais* (novas virtudes, concernentes à relação do crente com Deus) e da *justiça* como uma virtude em particular (para Aristóteles, a justiça seria o resultado da virtude e não uma das virtudes). Outras mudanças também ocorrem: a *amizade* é substituída pela caridade (responsabilidade pela salvação do outro); os *vícios* seriam transformados em pecados (portanto, voltados para a relação do crente com a lei divina); e a modéstia – considerada um vício para Aristóteles – seria enquadrada como uma *virtude moral*. Além disso, houve o aparecimento de virtudes ignoradas ou desconhecidas por Aristóteles, como a *humildade*, a *castidade* e a *mansidão*.
(Para estabelecer uma relação entre o “quadro cristão” (2.1) e o “quadro aristotélico” (3.1), compare-os respectivamente.)

A autora pontua ainda que surge também como virtude algo que, para um grego ou um romano, jamais poderia fazer parte dos valores do homem livre: o *trabalho*. O ócio, considerado pela sociedade escravista greco-romana como condição para o exercício da política, tornar-se-ia, agora, o vício da *preguiça*. Neste sentido, é Martinho Lutero que cunhará a célebre frase: “Mente desocupada, oficina do diabo.”

Chauí (2004) então pergunta: “O que é o vício?” A autora responde que seria submeter-se às paixões, deixando-se governar pelas causas externas; e a virtude seria uma causa interna de nossos sentimentos, atos e pensamentos. Para tanto, significaria ir da passividade (submissão a causas externas) à atividade (ser causa interna). A virtude é, portanto, passar da paixão à ação, tornar-se causa ativa interna de nossa existência, nossos atos e pensamentos. Diante disso, devemos compreender que as paixões e os desejos tristes nos enfraqueceriam, tornando-nos cada vez mais passivos; já as paixões e os desejos alegres nos fortaleceriam e nos preparariam para ir da passividade à atividade.

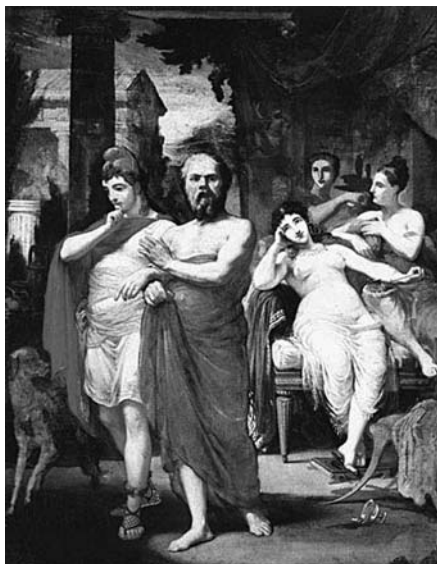


Figura 2.1: Óleo sobre tela de Pedro Américo, intitulado *Sócrates afastando Alcebiades do vício de beber*, de 1867 (acervo do Museu D. João VI, EBA-UFRJ, Rio de Janeiro, RJ.)

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Pedro_Am%C3%A9rico_-_S%C3%B3crates_afastando_Alceb%C3%ADades_do_v%C3%ADcio_-_1861.jpg

As virtudes aristotélicas inserem-se numa sociedade que valoriza as relações sociopolíticas entre os seres humanos, donde a proeminência da amizade e da justiça. As virtudes cristãs inserem-se numa sociedade voltada para a relação dos humanos com Deus e com a lei divina. A virtude espinosista toma a relação do indivíduo com a natureza e a sociedade, centrando-se nas ideias de integridade individual e de força interna para relacionar-se livremente com ambas. Como, porém, vivemos numa cultura de predominância cristã, a perspectiva do cristianismo, embora historicamente datada, tende a ser dominante, ainda que se altere periodicamente para adaptar-se a novas exigências históricas. Assim, no século XVII, Espinosa abandona as noções cristãs de pecado e dever que, no século XVIII, reaparecem com Kant.

Restam-nos ainda algumas perguntas, tal como esta: “Como sucumbimos ao vício?”. A resposta é a seguinte: deixando-nos dominar pelas paixões tristes e pelas desejantes nascidas da tristeza.

Espinosa chama de paixões a tristeza e a alegria; no sentido etimológico, a palavra paixão significa “padecer”, “sofrer”. Ao padecer, não somos nós que agimos, mas a ação tem uma causa exterior, e nós permanecemos passivos. A diferença entre paixão triste e paixão alegre é que esta, ao aumentar o nosso ser

e a nossa potência de agir, nos aproxima do ponto em que nos tornaremos senhores dela e, portanto, dignos de ação. A paixão triste nos afasta cada vez mais da nossa potência de agir, como geradora de ódio, aversão, temor, desespero, indignação, inveja, crueldade, ressentimento.

Como fazer para evitar a paixão triste e propiciar a paixão alegre? Aí reside a originalidade de Espinosa, para quem a alma não determina o movimento ou o repouso do corpo, nem o corpo determina a alma a pensar. Não cabe ao espírito combater as paixões tristes, pois o que as destruirá só pode ser uma paixão alegre, situações em que, joguetes dos nossos afetos, podemos passar a senhores deles.

Diferentemente de outros filósofos que estabelecem hierarquias e pretendem subjugar as paixões à razão ou vice-versa, para Espinosa a liberdade não está em nos livrarmos das paixões, mas em sermos capazes de perceber que somos causas das paixões: liberdade é autodeterminação, é autonomia. Conseguimos isso sobrepondo às paixões nascidas da tristeza, as paixões alegres. Portanto, um afeto jamais é vencido por uma ideia, mas um afeto forte é capaz de destruir o afeto fraco. Somos autônomos quando o que acontece em nós é explicado pela nossa própria natureza, e não por causas externas (ARANHA, 2003, p. 329).

Então, podemos inferir que o vício não é um mal, mas se constitui em uma fraqueza para existir, agir e pensar; e virtude não é um bem, mas a força para ser e agir autonomamente. “Por isso, Espinosa é um filósofo da vida e considera prejudicial toda moral baseada no dever, na noção de falta e de mérito, de pecado e de perdão” (ARANHA, 2003, p. 329).

Voltando a Espinosa, percebemos que seu modelo ético evita oferecer um quadro de valores ou de vícios e virtudes, afastando-se, assim, de Aristóteles e da moral cristã, para seguir em busca de uma ideia moderna de indivíduo livre, o qual seria o núcleo da ação moral. Vale ressaltar que, em sua obra *Ética*, jamais fala em pecado e em dever, mas sim em fraqueza e em força para ser, pensar e agir.

O duelo entre o “Bem” e o “Mal”

Aquele novo, imoral, pelo menos imoralista, *a priori*, e o que falava a partir dele, ai! Esse tão antikantiano, tão enigmático “imperativo categórico”, a que desde então dei cada vez mais ouvidos, e não somente ouvidos?... Felizmente aprendi a tempo a separar o preconceito teológico do moral, e não procurei mais a origem do mal atrás do mundo (NIETZSCHE, 2007).

Podemos iniciar este tópico tentando definir o que seria o “Bem” e o “Mal”. O “bem” designaria, de forma geral, o acordo entre o que uma coisa é e o que ela deve ser. Desse modo, seria a atualização das virtualidades inscritas na natureza do ser, relacionando-se com a ideia de perfeição. Já o “mal” seria o contrário de “bem”, sendo também designado como tudo o que constitui obstáculo ou contradição à perfeição que o homem é capaz de realizar. Para a moral, o “mal” seria conceber, e, não raro, coibir. Assim, divide-se em “mal metafísico” (imperfeição); “mal físico” (sofrimento); “mal moral” (“pecado”).

Para um melhor entendimento da ideia de “bem” e “mal”, vale a pena pensarmos na contribuição do etnógrafo polonês Bronislaw Malinovsky, que inaugurou o trabalho de campo antropológico ao estudar a moral sexual dos índios australianos, chegando à conclusão de que tudo o que entre nós é considerado válido e até santo nesse grupo social é considerado “mal”. Isso porque, embora haja uma moral objetiva, traçada pelas “leis divinas”, só captamos o que nossa visão interior consegue alcançar.



Acesse o *site* de busca de textos acadêmicos SciELO para ler o artigo de Souza (2006), publicado na *Revista Brasileira de Educação*, intitulado “Por uma educação antropológica: comparando as ideias de Bronislaw Malinowski e Paulo Freire”. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a09v1133.pdf>>.

Com efeito, o valor das coisas está constantemente se alterando, principalmente devido à educação cultural dos diversos povos. Por sua vez, este valor pode ser também compreendido como valor moral (refere-se à ação); valor estético (refere-se ao dever-ser); valor religioso (refere-se ao sentimento de temor ou de confiança na divindade). Sendo assim, um fato pode ser analisado, respectivamente, como proveniente de uma ação “má”, “feia” ou “pecaminosa”.

Por outro lado, muitos pensam que Deus, que seria o criador do mundo e de tudo o que existe, também seria o criador do “Mal”. Para tanto, as religiões dogmáticas elaboraram uma série de raciocínios sobre a demonologia, ou seja, o tratado sobre o diabo. Mas o “Mal” existe e tem uma causa e há, porém, males físicos e morais, e aqueles que não se podem evitar (flagelos) e os que se podem evitar (vícios). Todavia, os males mais numerosos são os que o homem cria pelos seus vícios, os que provêm do seu orgulho, egoísmo, ambição e de seus excessos em tudo. No que tange aos flagelos naturais, o homem possui inteligência e, com ela, consegue amenizar muito destes problemas.

No sentido moral, o “Mal” só pode estar assentado numa determinação humana, que se fundamenta no livre-arbítrio. Enquanto o livre-arbítrio não existia, o homem não cometia o “mal”, porque não tinha responsabilidades pelas suas ações. Podemos resumir os diferentes entendimentos sobre o “bem” e o “mal” no pensamento filosófico, com alguns exemplos no quadro a seguir:

Protágoras – “O homem é a medida de todas as coisas.” Cada um tem o direito de determinar, por si, o que é o “bem” e o que é o “mal”.

Sócrates – O mais elevado “bem” que pode medir tudo é o conhecimento.

Platão – O mundo dos sentidos é irreal, transitório e mutável. Eis o “mal”. O verdadeiro mundo das ideias puras e imutáveis é o do “bem”.

Aristóteles – O “bem” é a atitude racional para com as sensações e os desejos.

Santo Agostinho – O “mal” é ausência do “bem”, da mesma maneira que as trevas representam a ausência da luz.

Santo Tomás de Aquino – O mais elevado “bem” é a concretização de si mesmo conforme Deus ordenou.

Espinosa – O esforço de se preservar é um “bem”; o que entrava este esforço é um “mal”.

Kant – Se o agente pratica o ato com boas intenções, respeitando as leis morais, o ato é bom.

Imoral e amoral: entendendo melhor a concepção de moralidade

Para darmos continuidade à reflexão sobre a ideia de moralidade, é importante estabelecer diferenças entre as noções do que seria imoral e amoral. Partindo da chamada dialética da moral, um ato só poderia ser considerado imoral se o indivíduo assimilasse a norma e a adotasse de forma livre e consciente; e amoral, aquele ato realizado à margem de qualquer consideração a respeito das normas.



Dito isto, podemos entender que a concepção de moralidade diz respeito a uma totalidade formada pelas instituições (família, religião, artes, técnicas, ciências, relações de trabalho, organização política etc.) que obedecem, todas, aos mesmos valores e aos mesmos costumes, educando os indivíduos para interiorizarem a vontade objetiva de sua sociedade e de sua cultura.

Encontramos, na moral, dois planos: o *normativo*, constituído pelas normas ou regras de ação e pelos imperativos que enunciam algo que deve ser; e o *fatual*, plano dos fatos morais, constituído por certos atos humanos que se realizam efetivamente. Os atos adquirem um significado moral, sendo positivos ou moralmente valiosos quando estão de acordo com a norma, e negativos quando violam ou não cumprem as normas. Portanto, certos atos são incluídos na esfera moral por cumprirem ou não uma determinada norma.

O normativo não existe independentemente do fatual, mas aponta para um comportamento efetivo, pois toda norma postula um tipo de comportamento que considera devido, exigindo

que este comportamento passe a fazer parte do mundo dos fatos morais, ou seja, do comportamento efetivo real dos homens.

O fato de uma norma não ser cumprida não invalida a exigência de que ela seja posta em prática. Esta exigência e a validade da norma não são afetadas pelo que acontece no mundo dos fatos. O normativo e o fatual possuem uma relação mútua: o normativo exige ser realizado e orienta-se no sentido do fatual; e o realizado (fatual) só ganha significado moral na medida em que pode ser referido positiva ou negativamente a uma norma.

A distinção entre moral e moralidade, ou seja, os planos normativo (ou ideal) e fatual (real ou prático), levou alguns filósofos a proporem mesmo esses dois termos para designar cada plano. Como já vimos, a moral designaria o conjunto dos princípios, normas, imperativos ou ideias morais de uma época ou sociedade determinadas, e a moralidade seria um componente efetivo das relações humanas concretas que adquirem um significado moral em relação à moral vigente. Deste modo, a moral estaria no plano ideal; e a moralidade, no plano real. A moralidade é a moral em ação, a moral prática e praticada. Por esta razão, pensamos que seria mais adequado empregar um termo só, *moral*, indicando os dois planos, o normativo e o efetivo. Com efeito, na moral se conjugam o normativo e o fatual (SÁNCHEZ VÁSQUEZ, 2000, p. 63-66).

Por outro lado, em vez de moralidade e eticidade, podemos falar de moralidade subjetiva e moralidade objetiva. De acordo com Hegel, Kant teria permanecido na primeira. Para Hegel, a moralidade perguntaria pela “autodeterminação da vontade”. Sendo assim, seriam os propósitos e as intenções que moveriam o sujeito agente.

A responsabilização mediante uma perspectiva subjetiva exigiria a presença de duas condições: o saber e o querer, ou seja, o reconhecimento e a vontade. Na exteriorização, a vontade reconheceria como seu o que soube e desejaria realizar. Sendo assim, apenas um ato livre poderia ser responsabilizado. Portanto, este é o direito de saber que cada indivíduo possui.

Não obstante, se a preocupação principal de Kant pode ser entendida como a necessidade de estabelecer o princípio supremo do agir, a de Hegel, na moralidade, é determinar as condições de responsabilidade subjetiva, e, na eticidade, demonstrar o desdobramento objetivo das vontades livres.

Então, o primeiro estaria mais preocupado com os princípios do agir; e o segundo, mais com os desdobramentos, as circunstâncias e as consequências. Assim, as consequências e os resultados não seriam ignorados por Kant, não podendo servir de fundamento do princípio supremo da moralidade.

Obviamente, toda ação, ao se tornar concreta, possuiria inúmeras consequências. Dessa forma, um indivíduo não poderia ser responsabilizado por algo do qual não teria conhecimento. Podemos entender esta formulação da seguinte maneira: só se poderia imputar ao indivíduo o que o mesmo saberia acerca das circunstâncias de uma ação. Entretanto, seria necessário considerar que existem consequências necessárias vinculadas diretamente às ações, as quais nem sempre podem ser previstas. Não obstante, dois aspectos devem ser destacados, quais sejam:

1. Não é possível ignorar as consequências, pois constituem a própria ação; manifestando e explicitando o que é a ação realmente.
2. Diversos aspectos exteriores à própria ação se agregam a ela de maneira contingente, não se constituindo diretamente na própria ação.

Mas, diferentemente de Kant, que elaborou uma ética das intenções, Karl-Otto Apel formulou uma ética da responsabilidade, ou seja, uma ética que levaria em consideração as consequências e os efeitos colaterais dos atos dos sujeitos agentes. A forma pela qual se alcançariam as normas consensuais na moral e no direito seria o discurso argumentativo, exercido por todos os indivíduos. Para Apel, isso os tornaria co-responsáveis pelas consequências de suas ações (WEBER, 1999, p. 104).

Por outro lado, no âmbito de uma perspectiva hegeliana, a insuficiência de Kant pode ser entendida pelo fato de ele ter permanecido no plano da moralidade subjetiva, em relação à fixação do princípio supremo do agir moral. Com efeito, Kant, ao postular que o valor moral de uma ação está na intenção ou no respeito à lei, não estaria defendendo que os sujeitos agentes deveriam ignorar os resultados e as consequências. Podemos afirmar que Kant está dizendo que esses não podem ser o fundamento determinante de uma ação que pretenderia ter valor moral. Assim, não seria possível julgar uma ação como “boa” ou “má”, “certa” ou “errada”, pelo fato de as consequências nos agradarem ou não.

O problema está em que o valor moral é tão-somente determinado pela subjetividade (propósitos e intenções). Kant dirá então que o homem bom (moralmente bom) é aquele que obedece à lei pela lei, e não por causa das consequências (KANT, 2006).



De acordo com Marcondes (1998, p. 213), Kant partiria da existência da ciência para investigar suas condições de possibilidade; no campo da ética, parte da existência da consciência moral para estabelecer seus princípios. O objetivo fundamental seria, portanto, estabelecer os princípios, *a priori*, ou seja, universais e imutáveis, da moral. O foco kantiano estaria no “agente da moral”, suas intenções e motivos. O dever consiste na obediência a uma lei que se impõe universalmente a todos os seres racionais. Assim, se dá sentido ao chamado “imperativo categórico” ou “absoluto”, o qual age de tal forma que sua ação possa ser considerada uma norma universal. Assim, toda a ação exigiria a antecipação de um fim, fazendo com que o ser humano agisse como se este fim fosse realizável. Por esta razão, Kant foi acusado de “formalismo ético”; já que, em seu postulado filosófico, o objetivo final seria o agir ético. Desta maneira, os “imperativos hipotéticos” teriam um caráter prático, estabelecendo uma regra para a realização de um fim.

Um aspecto importante na relação entre moralidade e eticidade em Hegel e de seu diálogo com Kant é o que se refere ao “direito de emergência”. Diferentemente de Kant, poder-se-ia afirmar que este seria o direito que cada indivíduo tem de abrir uma exceção a seu favor, em caso de extrema necessidade e, em caso de “perigo extremo e em conflito com a propriedade jurídica de outro”, afirma Hegel, a vida tem um “direito de emergência”. Desse modo, tratar-se-ia de um direito, e não de uma concessão.

Conclusão

Podemos concluir que a reflexão sobre a moral traz o reconhecimento de que é uma construção sociocultural e histórica, variando no tempo (contexto histórico) e espaço (contexto geográfico).

A moral, enquanto área da chamada Filosofia Moral, pretende identificar razões e consequências dos atos humanos, no que diz respeito ao seu impacto para a coletividade, ou seja, para as mais diversas sociedades humanas. Ficou claro que, mesmo entre os filósofos, não há um consenso, e sim contribuições teóricas que se somam. Apesar disso, podemos estabelecer pontos de contato e uma base argumentativa que nos respalda perante o estudo da moral.

O objetivo aqui não foi o de esgotar o assunto, mas o de oferecer uma visão panorâmica do debate filosófico sobre o tema: “A moral como uma construção Histórico-Cultural.” É também importante que a reflexão sobre a moral possa trazer elementos para a área do Turismo, já que o fazer turístico também se dá de acordo com contextos histórico-culturais.

A escolha de um cardápio relativamente diverso de pensadores e autores objetivou conversar com vertentes filosóficas, em certo sentido antípodas, mas que ajudam a fomentar a reflexão crítica, no sentido de afastar o entendimento precário de que nascemos ou temos tendência a nos tornarmos “bons” ou “maus”, presentes no senso comum e em uma Filosofia de cunho mais teológico.

Por fim, desejamos que o estudo sobre a Ética e a moral possa contribuir para a compreensão e sua atuação no Turismo.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 3

Defina a concepção de moralidade a partir da distinção entre as noções "imoral" e "amoral".

[illegible]

Resposta Comentada

Você deveria argumentar que um ato só poderá ser considerado imoral quando o indivíduo assimilou a norma e a adotou de forma livre e consciente de modo diverso. Assim, como um ato amoral, só pode ser considerado enquanto tal na medida em que ocorre à margem de qualquer consideração a respeito das normas sociais, ou seja, das convenções morais de uma dada sociedade.

Além disso, é fundamental trabalhar com a concepção de que a moralidade está articulada a instituições tais como família, religião, artes, técnicas, ciências, relações de trabalho e organização política. Para tanto, é necessário compreender que a moral pode se dar em dois planos, o normativo, constituído pelas normas ou regras de ação e pelos imperativos que enunciam algo que deve ser; e o fático, plano dos fatos morais, constituído por certos atos humanos que se realizam efetivamente.

Resumo

A moral manifesta-se apenas em sociedades humanas, em correspondência com as normas e relações sociais/culturais, cumprindo uma função determinada. Assim, uma mudança radical da estrutura social provoca uma mudança na ideia de moral adotada por um grupo social. Contudo, as atitudes individuais que não trazem consequências para os demais grupos sociais não representam interesse da moral. Assim, um ato moral só é concretizado enquanto conduta individual, quando ocorre mediante uma convicção íntima e “não mecânica” (impessoal/externa).

A moral rege nosso comportamento social, mas nem sempre seguimos as orientações morais. Em algumas situações, desviamos das regras sociais, das interdições, daquilo que é considerado um tabu em nossa sociedade. De acordo com o ponto de vista filosófico, poderíamos afirmar que, em circunstâncias específicas, emerge o nosso “animal”, a nossa natureza humana.

O “Bem” designaria, de forma geral, o acordo entre o que uma coisa é o que ela deve ser. Deste modo, seria a atualização das virtualidades inscritas na natureza do ser, relacionando-se com a ideia de perfeição. Já o “Mal” seria o contrário de “Bem”, sendo também designado como tudo o que constitui obstáculo ou contradição à perfeição que o homem é capaz de realizar. Para a moral, o “Mal” seria conceber e, não raro, cobiçar. Assim, divide-se em “mal metafísico” (imperfeição); “mal físico” (sofrimento); “Mal moral” (“pecado”).

A distinção entre moral e moralidade, ou seja, o plano normativo (ou ideal) e o fático (real ou prático), levou alguns filósofos a proporem dois termos para designar cada plano: moral e moralidade. A moral designaria o conjunto dos princípios, normas, imperativos ou ideias morais de uma época ou sociedade determinadas. A moralidade seria um componente efetivo das relações humanas concretas que adquirem um significado moral em relação à moral vigente. Desse modo, a moral estaria no plano ideal, e a moralidade, no plano real. A moralidade é a moral em ação, a moral prática e praticada.

3

“Que horror!”. O discurso moralista

Metas da aula

Apresentar a ideia de moralidade e de moralismo. Abordar aspectos filosóficos e éticos relativos ao corpo. Apresentar os dois polos antagônicos resultantes do discurso moralista: o puritanismo e a permissividade.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** estabelecer a distinção entre moralidade e moralismo;
- 2** analisar, no sentido da Ética, a relevância da reflexão sobre o corpo;
- 3** identificar o discurso moralista como deflagrador do comportamento puritano ou permissivo como polos extremos.

Pré-requisitos

Para que você encontre mais facilidade na compreensão desta aula, é importante recordar o conceito de moral e de moralidade desenvolvidos na Aula 2.

Introdução



“Que horror”! Quantas vezes já ouvimos essa exclamação? Ela pode denotar receio, medo, temor, mas também repulsa e aversão. Pode-se dizer que, geralmente, é muito proferida em contextos de moralismo exacerbado, como forma de expressar indignação a respeito de alguma história ou atitude.

Então, o que estaria em jogo, no momento em que isso acontece, seria a ideia de honra. Na medida em que demonstramos horror por determinada situação, é como se estivéssemos querendo confirmar que jamais seríamos capazes de cometer tal ato ou mesmo de pensar sobre tal assunto. Contudo, muitas vezes, essa reação serve para encobrir desejos, disfarçar intenções e até mentiras...

Nesta aula, iremos abordar assuntos bastante delicados e polêmicos, que exigirão de você um esforço para se despojar de ideias pré-concebidas e um exercício de empatia, ou seja, a capacidade de se colocar no outro lado da situação.

A moral do moralismo

Vimos nas aulas anteriores que a construção da moral está ligada a valores. Assim, na medida em que os valores constituem o caráter individual e social da moral, pessoas ou grupos tendem a agir segundo sua própria moralidade, entendendo, muitas ve-

zes, que todos deveriam, então, se comportar do mesmo jeito que eles. Essa é uma “ideia de verdade” mais comum do que se imagina, tanto que mereceu ser desdobrada na forma de um conceito antropológico bem conhecido: o *etnocentrismo*.

Mesmo que você já o tenha estudado sob outra perspectiva na disciplina de Antropologia, vale a pena recordá-lo e retomar seu sentido aplicado à Ética.

De acordo com o antropólogo Roque de Barros Laraia (2005, p. 72), o homem enxerga o mundo segundo seu sistema de valores, sua cultura, o que “tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e o mais natural”. O etnocentrismo é julgar à luz de seus próprios valores. Assim, o indivíduo ou grupo social tende a se considerar superior àqueles que não possuem seus valores e hábitos.

A atitude etnocêntrica (que encara a si mesmo ou o próprio grupo como se fossem o centro da realidade) é uma reação ou sensação de estranheza a tudo que for considerado “estrangeiro”, diferente. A diferença pode significar uma ruptura com a ordem social e com a tradição, e por isso causa uma espécie de ameaça aos “bons costumes”.

O moralismo surge do medo à diferença, surge da discriminação, da intolerância e do exagero em relação à moral. O moralismo não é uma das formas da moralidade – costumes que têm um caráter moral –, mas sim uma espécie de moralidade compulsória, que critica outras moralidades.

Não estamos, contudo, defendendo um relativismo ingênuo, que seria o mesmo que dizer: se cada um ou cada grupo tem sua moralidade, tudo pode! Isso redundaria no seu oposto, ou seja, em um radicalismo, que penderia para extremos, ora para menos, ora para mais.

Retomando um pouco da filosofia de Aristóteles (tal como visto na Aula 2), podemos ainda afirmar que, para ele, a virtude é uma espécie de mediana entre o exagero e a carência. Sendo assim, deve ter a qualidade de visar ao *meio-termo*. No trecho a seguir, podemos perceber essa ideia de modo bem claro.

Em tudo que é contínuo e divisível pode-se tirar uma parte maior, menor ou igual, e isso tanto em termos da própria coisa, quanto em relação a nós; e o igual é um meio-termo entre o excesso e a falta. Por “meio-termo no objeto” quero significar aquilo que é eqüidistante em relação aos extremos, e que é o único e o mesmo para todos os homens; e por “meio-termo em relação a nós” quero dizer aquilo que não é nem demasiado nem muito pouco, e isto não é o único e o mesmo para todos. Por exemplo, se dez é demais e dois é pouco, seis é o meio-termo, considerado em relação ao objeto, porque este meio-termo excede e é excedido por uma quantidade igual; esse número é intermediário de acordo com uma proporção aritmética. Mas o meio-termo em relação a nós não deve ser considerado dessa forma; se dez minas de alimento é demais para uma determinada pessoa comer e duas minas é pouco, não se segue necessariamente que o treinador prescreverá seis minas; porque isso talvez também seja demasiado para a pessoa que deve comê-lo, ou então pode ser muito pouco – muito pouco para Milo [atleta famoso pela compleição robusta e por ser glutão] e demais para um atleta principiante (ARISTÓTELES, 2005, p. 47-48, grifo do autor).

Esse seria, para Aristóteles (2005), o caminho ético para a excelência moral. Tanto o excesso quanto a falta são uma forma de erro, estando no *meio-termo* o acerto digno de louvor.

O oposto às virtudes são os vícios. A filósofa Marilena Chauí apresenta uma relação tipológica das virtudes (reveja quadro da Aula 2). Aqui veremos também, para além dos chamados *pecados capitais*, alguns vícios descritos por Aristóteles, sendo estes organizados da seguinte forma: vícios por falta e vícios por excesso. Ao centro, as virtudes relativas a eles, como exemplos de *meio-termo* – tal como você pode observar no quadro a seguir.

Quadro 3.1: Quadro Aristotélico

Vícios por Falta	Virtudes (Meio-Termo)	Vícios por Excesso
Covardia	Coragem	Temeridade
Insensibilidade	Temperança	Libertinagem
Avareza	Liberalidade	Esbanjamento
Vileza	Magnificência	Vulgaridade
Modéstia	Respeito Próprio	Vaidade
Moleza	Prudência	Ambição
Indiferença	Gentileza	Irascibilidade
Descrédito Próprio	Veracidade	Orgulho
Rusticidade	Agudeza de Espírito	Zombaria
Enfado	Amizade	Condescendência
Despudor	Modéstia	Timidez
Malevolência	Justa Indignação	Inveja

Fonte: Quadro adaptado do artigo de Scherer (2000).

Poderíamos considerar, assim, o moralismo como um excesso, na medida em que a excelência moral, segundo Aristóteles (2005), estaria na virtude de se escolher o *meio-termo*. Nesse caso, não o moralismo, mas sim a moralidade é que seria considerada virtuosa. Na medida em que o sujeito age de acordo com sua moralidade, é considerado um sujeito moral, ou seja, aquele que é “consciente de si e dos outros, isto é, capaz de reflexão e de reconhecer a existência dos outros como sujeitos éticos iguais a ele” (CHAUÍ, 2000).



Moral e moralismo

Há tantas morais quantos são os indivíduos?

André Comte-Sponville (2002, p. 17-26), no capítulo “A Moral”, do livro *Apresentação da Filosofia*, responde a essa pergunta: “De jeito nenhum!”. Com isso, pretende demonstrar um paradoxo, pois, apesar de a moral ter seu aspecto individual, deve valer para todo o ser humano e, apesar de isso fazer com que ela tenha um caráter universal, não se pode esquecer também que todo o ser humano é uma individualidade.

Sabemos perfeitamente, na prática, que há morais diferentes, que dependem da educação recebida, da sociedade ou da época em que as pessoas vivem, dos meios que freqüentam, da cultura com a qual elas se identificam... Não há moral absoluta, ou ninguém tem acesso absoluto a ela. Mas, quando eu me proíbo a crueldade, o racismo ou o assassinato, sei também que não é tão-somente uma questão de preferência, que dependeria do gosto de cada um. É antes de mais nada uma condição de sobrevivência e de dignidade para a sociedade, em outras palavras para a humanidade ou a civilização.

Se todo mundo mentisse, ninguém mais acreditaria em ninguém [...]. Se todo mundo roubasse, a vida em sociedade se tornaria impossível ou miserável [...]. Se todo mundo matasse, a humanidade ou a civilização correriam para a sua perda (COMTE-SPONVILLE, 2002, p. 22).

Como tornar nossa consciência moral mais ativa?

Para nossa consciência moral ser mais ativa, não basta apontarmos *o que os outros deveriam fazer*, mas sim *o que NÓS deveríamos fazer*! Isso, inclusive, é o que distinguiria a moral do moralismo, na medida em que nos comprometemos com a ação, e não só com o discurso. Muitas vezes condenamos os outros por não agirem como acharíamos correto, entretanto, em algumas situações, agimos exatamente do mesmo modo ao qual criticamos. Diversos são os exemplos. Quando vemos uma pessoa idosa entrar em um transporte coletivo lotado, se estamos de pé, e ninguém lhe oferta o lugar, condenamos essa atitude, porém, se estivéssemos sentados, poderíamos não agir com a mesma consciência moral que exigimos dos outros, que seria levantar-se imediatamente e ceder o assento. Quando tomamos conhecimento a respeito de um desvio ilícito de verba pública visando ao lucro pessoal de políticos, acertadamente o consideramos como um ato condenável; contudo, se recebêssemos por engano o troco a mais de uma compra que realizamos, talvez não fôssemos capazes de devolvê-lo. Então, nossa consciência moral não consiste apenas no nosso senso de moralidade, muito menos no discurso moralista do “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”. A consciência moral reside, sim, nas nossas atitudes morais.



Você sabe por que aristóteles era chamado de “o estagirita”?

Estagiritas eram as pessoas que nasciam na cidade de Estagira (Macedônia), tal como Aristóteles.

Você sabia que aristóteles teve um filho com sua segunda esposa, ao qual chamou de nicômaco, em homenagem ao seu próprio pai?

Sim, Nicômaco era o nome tanto do pai quanto do filho de Aristóteles. Porém, foi o filho quem veio a compilar suas notas de aula, que redundaram nos escritos de “Ética a Nicômaco”. Já Nicômaco, o pai, era médico. Serviu na corte do rei Amintas II, pai do futuro rei Filipe da Macedônia.

Você quer saber por que a escola aristotélica era chamada também de “escola peripatética”?

Perípato significa caminho. Nas escolas peripatéticas, ensinava-se caminhando pelos jardins.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Estabeleça a distinção entre moralidade e moralismo. Depois, aborde e ilustre, através de exemplos (preferencialmente aplicados à área do Turismo), a diferença entre discurso e ação, a partir da frase “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”, destacando o quanto certos discursos estão muito mais próximos de uma atitude moralista do que de uma consciência moral. Para ilustrar, citemos um caso contado por um professor de Geografia do Turismo que, em uma certa aula, tratava do tema sustentabilidade. Toda a turma dos futuros turismólogos concordava que o ser humano precisa ter mais cuidado ao lidar com o meio ambiente e respeitar a capacidade de carga das localidades. Ao final da aula, os alunos se despediram do professor e rumaram para o corredor onde ficam os elevadores. Alguns minutos depois, ouviu-se uma gritaria e soube-se que o elevador havia parado entre um andar e outro, deixando alguns alunos presos lá dentro. Ao se verificar o que havia acontecido, constatou-se que os mesmos alunos que

assistiam à aula de Geografia, na pressa de irem embora, superlotaram o elevador, excedendo a capacidade máxima recomendada para cada viagem.

Resposta Comentada

Ao tentar distinguir as duas acepções, você deverá abordar moralidade como a qualidade do que é moral, e moralismo como a tendência exagerada de se julgar moralmente uma dada situação. Depois, deverá diferenciar discurso e ação, afirmando que o discurso se dá quando apontamos o que os outros devem fazer e a ação se dá quando nós próprios agimos. A frase “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço” significa que muitas vezes dizemos o que deve ser feito, sem, contanto, agirmos como tal. Podemos exemplificar: mesmo considerando absurdas as campanhas de marketing que iludem os consumidores em relação à qualidade de um determinado produto, caracterizando-se como má-fé, é como se fôssemos trabalhar em certa empresa do ramo de Turismo e compactuássemos com a propaganda enganosa de uma agência de viagem a respeito de um pacote ou destino, simplesmente para não perdermos o cliente.

De corpo e alma

Ao longo da história da Filosofia ocidental, sempre houve uma tendência a se definir o ser humano como composto de duas partes distintas e apartadas: o *corpo* e a *alma*. O corpo seria o componente material do homem, uma espécie de suporte ma-

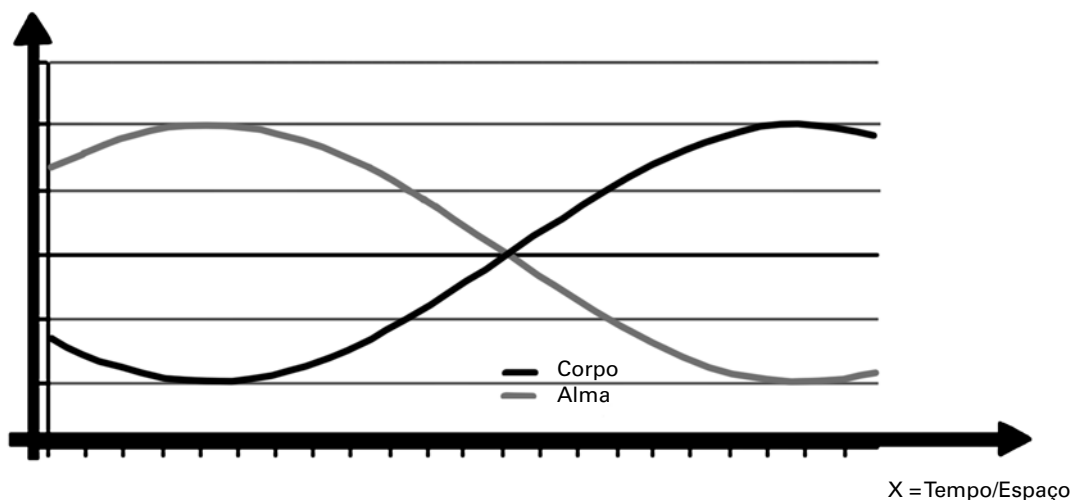
terial para a alma, que, por sua vez, seria “o princípio da vida, do pensamento e dos dois ao mesmo tempo enquanto considerado como uma realidade distinta do corpo através do qual manifesta a sua atividade” (LALANDE, 1996, p. 44).

Segundo a crítica encontrada no *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*, de André Lalande (1996, p. 44-45), a palavra alma

[...] implica sempre uma dualidade de natureza e de fins, uma oposição, pelo menos provisória, com a idéia de corpo, quer do ponto de vista metafísico, quer do ponto de vista empírico, quer do ponto de vista moral [...]

Para alma, há vários conceitos diferentes, desenvolvidos por acepções filosóficas, teológicas e científicas. Contudo, etimologicamente, “alma” deriva do latim *anima*, o princípio que dá movimento ao que é vivo; o que é animado ou faz mover.

Y = Valor



Tal como a representação gráfica, há momentos em que a sociedade atribui um valor maior para a alma do que para o corpo, assim como também em outros períodos essa relação pode se inverter ou se cruzar, tentando-se chegar a um equilíbrio. Mas o tempo não é somente a única variável. O valor também será atribuído de acordo com o espaço, ou seja, numa mesma época, há culturas/sociedades que podem valorizar mais um aspecto que o outro.

Essas ideias sempre estiveram atreladas a uma noção de moralidade – quiçá de moralismo. Muitas dessas concepções (das mais antigas às mais recentes) causam impactos tanto na vida pessoal quanto na profissional, uma vez que a relação com o corpo é uma das formas de se *estar no mundo*. Então, por entendermos a relevância desse tema para a reflexão sobre o ser humano e sua atuação no mundo, dedicamos essa parte da aula ao conhecimento do corpo.

“O corpo ainda é pouco” (*O pulso, Titãs*)

Considerando-se as mudanças de perspectiva sobre o corpo ao longo da história ocidental, vejamos agora, ainda que de forma breve, algumas das conceituações a respeito da noção de corpo.

a. O corpo como decadência moral: a concepção platônica

Platão (1996), em sua filosofia, estabelece uma distinção entre o que chamou de *mundo das ideias ou inteligível* (mundo das verdades, das essências) e *mundo das aparências ou sensível* (mundo das incertezas, dos simulacros). A representação alegórica que melhor sintetiza esse seu sistema de pensamento é a *Alegoria da Caverna*, presente no livro VII de *A República*, em que o mundo da caverna representa o mundo dos sentidos, ao passo que o mundo exterior representa o mundo ideal.



Alegoria da caverna

A seguir, um resumo extraído do livro VII – *A República*, de Platão (1996, p. 39-41), com apresentação e comentários de Bernard Piètre.

Sócrates convida Glauco a imaginar o seguinte quadro: alguns prisioneiros estão amarrados no fundo de uma caverna, com o corpo e a cabeça imobilizados e, diante de si, vêem algumas sombras desfilarem sobre as paredes da caverna e escutam ecos de vozes. De onde vêm essas sombras? De figuras de madeira e de pedra que representam homens e animais sobre um muro sendo conduzidos, como num teatro de marionetes. Atrás, num plano superior, mas sempre dentro da caverna, um fogo arde. Sua luz, ao passar pelo muro, ilumina essas figuras ou marionetes e projeta suas sombras sobre a parede do fundo da caverna.

Liberta-se um dos prisioneiros. Ele pode olhar para trás, ver os objetos, as figuras das quais só tinha visto as sombras, mas a presente claridade chega a ofuscar. Caminha para perto do fogo, cujo brilho ofusca ainda mais. Em seguida, ele caminha para a porta da caverna, onde a luz do dia brilha. Caminha para fora da caverna. Incapaz de suportar a visão do dia, centraliza o olhar, primeiramente, sobre as sombras das plantas, dos animais e dos seres vivos que se encontram sobre o solo em torno de si, bem como sobre os seus reflexos na água, antes de pouco a pouco levantar os olhos em direção aos seres que o cercam e, por fim, para o próprio sol.

O prisioneiro, após contemplar tamanha maravilha, não mais quer retornar para a caverna, mas quer contar o que viu aos companheiros. Quando penetra na escuridão, seus olhos, ainda inundados pela luz solar, são incapazes de discernir as coisas e os seres que habitam na caverna. Quando fala para os amigos o que existe lá fora e o que viu, torna-se objeto de riso de seus companheiros aprisionados.

O sentido da alegoria

O mundo da caverna representa o mundo dos sentidos, ao passo que o mundo diurno ou exterior representa o mundo inteligível.

Ambos possuem:

- a respectiva fonte de luz, ou seja, a caverna é iluminada por um fogo, enquanto o dia o é pela luz do sol. O fogo representa o sol visível que ilumina nosso mundo sensível, enquanto o sol da alegoria, o Bem que ilumina o mundo inteligível.
- existem dois níveis de realidade: um nível inferior de sombras, de reflexos; e um nível superior de realidades verdadeiras. [...] Assim, como o mundo diurno é mais claro e mais real do que o mundo da caverna, o mundo inteligível é mais claro e mais real do que o mundo sensível.

■ A **alma**, segundo Platão (1996, p. 107):

Significa o princípio de vida que anima um corpo. Nesse sentido, todo animal possui uma alma e o mesmo se aplica aos deuses, ao mundo e aos astros. Mas a alma humana tem algo de particular: ela é inteligente. No texto de *A República*, alma e inteligência são sinônimos.

Para Platão (1996), a **alma**, antes de passar ao corpo, teria vivido no mundo das ideias (ideal). Portanto, quando a alma se une ao corpo, ela se degrada, pois se torna sua prisioneira. Haveria, a partir de então, uma divisão da alma, sendo uma parte intelectual (superior) e outra do corpo (inferior).

A parte inferior da alma (que, por sua vez, estaria subdividida em três partes: a alma racional, a alma irascível e a alma apetitiva) estaria refém do sensível e, por isso, seria levada ao erro, deturpando o verdadeiro conhecimento das coisas, do mundo e de si mesmo. A luta humana consistiria, então, na tentativa de predominância da alma intelectual sobre a do corpo e, se isso não ocorresse, estaríamos fadados à decadência moral.

b. O corpo como pecado: o ascetismo medieval

Ascetismo é a prática da ascese, do grego *áskesis*, que significa exercício. Na Idade Média, adquire o sentido de prática que deve negar os desejos físicos, os prazeres do corpo, a fim de exercitar uma disciplina espiritual de autocontrole. Esse sentido é oriundo de uma interpretação do platonismo à luz do Cristianismo, chamada de *neoplatonismo*.

Nessa acepção, o corpo é sinônimo de degradação e, portanto, de pecado. Para que haja a purificação dos pecados, o ho-

mem passa a praticar rituais de ascetismo, tais como a abstinência sexual, o jejum e o autoflagelo.

Nietzsche (1998), no livro *Genealogia da moral: uma polêmica*, aborda o tema do ascetismo. Na Terceira Dissertação que se intitula *O que são os ideais ascéticos?*, o filósofo indica a necessidade de o homem buscar sentido perante o *vazio de sentido* da realidade. Assim, o ideal ascético preencheria o lugar de uma falta, uma lacuna que o ser humano não sabe justificar nem explicar a si mesmo o porquê de seu sofrimento. Então, realiza uma interpretação moral do mundo e “descobre essa verdade” (Nietzsche nos alerta que há no homem, desde sempre, essa “vontade de verdade”). Passa ele, então, a colocar o sofrimento sob a perspectiva da culpa e a criar valores de negação da vida. Esse tipo de moral, segundo Nietzsche (1998), é um ideal de desprezo pelo mundo, que torna a existência um meio para atingir um suposto fim “no além”.

c. O corpo como objeto da ciência: a concepção do Renascimento e da Idade Moderna

Na transição da Idade Média para a Moderna, o corpo começa a ser alvo da investigação científica. Novas experiências surgem no sentido de se desvendar a “nossa morada”, como a dissecação de cadáveres – o que era considerado pela Igreja um sacrilégio, pois não se deveria tentar desvendar o que Deus havia ocultado.

Na medida em que o corpo passa a ser objeto da ciência, constrói-se um novo olhar sobre o homem. Sua natureza física e biológica passa a ser dissociada da religiosidade.

René Descartes, grande expoente da Filosofia moderna, considerava que o mundo se constituía de dois tipos de substância: espírito e matéria. A matéria obedecia às leis da Física, sendo extensa e divisível. O espírito estaria, então, “alojado” na matéria, ou seja, em um corpo mecânico (o corpo passa a ser associado à ideia de máquina).

Em sua filosofia, Descartes (1596-1650) descreve como é possível, por meio da dúvida (a dúvida metódica), desconstruir todas as crenças a respeito do mundo que nos rodeia. Não há

certezas, portanto. A única coisa que não se poderia negar seria o pensamento, isto é, eu que estou duvidando não posso duvidar de que sou eu mesmo que duvido. Elabora, assim, o que ficou conhecido como o *cogito cartesiano*: *cogito ergo sum* (Penso, logo existo).

Deleuze e Guatarri (1992, p. 37-41), no livro *O que é filosofia?*, que explica, dentre outras coisas, como se dá a construção de um conceito, utilizam-se justamente desse exemplo: o da elaboração do “conceito de EU” para Descartes. Assim, explicam que, para se chegar a esse conceito, foram usados três componentes: duvidar, pensar e ser. A partir daí, esses componentes ajudaram a formar enunciados que, nesse caso, apresentam-se da seguinte forma:

Eu, que duvido, não duvido de que penso. Para pensar, é necessário ser.

Eu, que duvido, sou o mesmo que pensa, sou o mesmo que sou.

Eu sou uma coisa que pensa. Se penso, logo sou (existo).

Conceito de EU: ser pensante.

(DESCARTES apud DELEUZE; GUATARRI 1992, p. 37-41).

Essa seria, então, a única certeza fundamental, de acordo com a filosofia cartesiana: o “eu” é um *ser pensante*. Assim, depois de estabelecer essa certeza, começa a reconstruir suas ideias, pois tudo agora se assenta sobre um fundamento do qual não se pode duvidar.

Foi a partir de Descartes que a primazia do indivíduo e a análise da consciência humana tornaram-se fundamentais para a Filosofia. O corpo passa a ser visto como mera exterioridade, um corpo-objeto. Assim, “reduzido à dimensão corpórea e sujeito às forças deterministas da natureza, o indivíduo deixa de ser responsável pelo próprio destino” (ARANHA, 2003, p. 328). Instaure-se, aí, uma nova noção de moralidade, na medida em que corpo e alma – duas realidades constitutivas do ser humano – são partes que praticamente não se comunicam.

d. Corpo e alma em correspondência

Com o olhar do filósofo racionalista Baruch Espinosa (1632-1677), passa-se a uma outra concepção a respeito do corpo e da alma: haveria uma influência recíproca entre ambos, ou seja, não existiria o domínio de um sobre o outro, nem relação de causalidade ou hierarquia, mas sim expressão e correspondência entre eles. Alma e corpo poderiam ser tanto passivos como ativos e o que se passa com um se exprime no outro.

O que, então, até agora se chamava de *dualismo psicofísico* – que é a dupla realidade da consciência separada do corpo –, com Espinosa, passa a ser um *paralelismo psicofísico*, ou seja, corpo e alma estão em paralelo. Assim, afirma que não há uma diferença de natureza entre o corpo e a alma, e sim que esses dois elementos constituem, juntos, um único ser.



Uma das contribuições mais inovadoras da filosofia de Espinosa é a que tange aos afetos. Ele não pretende restringi-los apenas à alma, pois, assim, iria contrariar a tese do paralelismo e as várias noções que desenvolve sobre o corpo. Para ele,

as afecções que preenchem naturalmente nosso poder de ser afetado são paixões que o reduzem ao mínimo, que nos separam de nossa essência ou de nosso poder de agir. [...] Mas a distinção radical entre ação e paixão não deve negligenciar uma distinção prévia [...]. Sem dúvida, toda paixão nos mantém separados de nossa potência de agir. Mas, mais ou menos. Enquanto somos afetados por paixões, não temos a posse formal de nossa potência de agir. Mas as paixões alegres nos aproximam desta potência, isto é, a aumentam ou a ajudam.

A primeira questão da Ética é: o que fazer para ser afetado por um máximo de paixões alegres? (DELEUZE, 1968, p. 252-267).

Espinosa estabelece uma distinção entre *paixões alegres* e *paixões tristes*. Enquanto as tristes nos afastariam da nossa potência de agir, as alegres aumentariam essa nossa capacidade. Maria Lúcia Aranha

(2003, p. 329) resume bem a explicação sobre esses dois tipos de paixão:

[...] No sentido etimológico, a palavra paixão significa “padecer”, “sofrer”. Ao padecer, não somos nós que agimos, mas a ação tem uma causa exterior, e nós permanecemos passivos. A diferença entre paixão triste e paixão alegre é que esta, ao aumentar nosso ser e nossa potência de agir, nos aproxima do ponto em que nos tornaremos senhores dela e, portanto, dignos de ação. A paixão triste nos afasta cada vez mais da nossa potência de agir, como geradora de ódio, aversão, temor, desespero, indignação, inveja, crueldade, ressentimento.

Então, Espinosa (apud DELEUZE, 1968) responde à pergunta “como fazer para evitar a paixão triste e propiciar a paixão alegre?” dizendo que, se não é a alma que determina o corpo e nem o corpo determina a alma, a liberdade é a autonomia de escolha, ou seja, podemos agir para que um “afeto fraco” seja vencido por um “afeto forte”! Essa decisão não está em causas externas, mas sim em nós mesmos. Com isso, o filósofo considera que toda a moral pautada na noção de falta, dever, mérito, pecado ou perdão é negativa.

e. Corpo-espírito: o fim da dicotomia

Para a fenomenologia – que trata da intencionalidade da consciência humana –, o corpo não será considerado um obstáculo ao ser humano nem um objeto extrínseco a ele. Ninguém, portanto, “tem” um corpo, mas sim “é” o próprio corpo.

Encarado, então, como um “fenômeno corporal”, nosso corpo humano é o que permite nossa relação com o mundo: no contato com as pessoas, nas atitudes, nos gestos e olhares, enfim, em todas as nossas manifestações corporais.

O filósofo Merleau-Ponty (1908-1961), numa crítica à metafísica cartesiana e a todo o pensamento dualista a respeito do corpo e do espírito, procura demonstrar que o homem possui uma unidade existencial, fundamentando sua teoria no comportamento corporal e na percepção.

f. O corpo domesticado

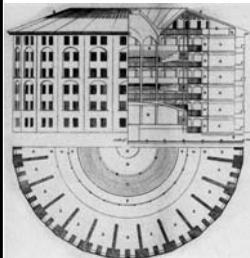
O filósofo francês Michel Foucault (1922-1984) denuncia, em algumas de suas obras, que o corpo passou a ser objeto de dominação política, nem sempre de forma óbvia. Esse *poder sobre o corpo*, que é evidente no caso da escravidão, por exemplo, torna-se subliminar na sociedade e instaura-se gradualmente em instituições como hospitais, escolas, abrigos de indigentes e doentes mentais, fábricas, quartéis, prisão.

No seu livro *vigiar e punir*, Foucault (2004) aponta o poder coercitivo e punitivo no combate à criminalidade – problema que assombra a sociedade humana e as autoridades públicas – como algo considerado necessário e adequado para a defesa dos direitos privados e públicos. Analisa, então, como variam as leis penais em cada época e também suas formas de punição, que se alternam da brutal violência física aos “métodos mais modernos de controle”.

Apoiado em diversos documentos históricos, o autor demonstra e analisa as condições a que os corpos vêm sendo submetidos: a condenações torturantes e suplícios, a humilhações públicas, a punições generalizadas ou particulares, a recursos para o “bom adestramento” (como a vigilância hierárquica) e àquilo a que ele chamou de disciplina, que fabrica corpos submissos, “corpos dóceis”.

Pretende-se destacar aqui essa noção de “docilidade”, que, segundo Foucault (2004), é produzida por uma disciplina que “aumenta as forças do corpo (em termos econômicos e de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOUCAULT, 2004, p. 119). Esse seria o elo coercitivo entre o aumento da aptidão e uma dominação acentuada. Podemos estabelecer uma analogia, por exemplo, com as relações de trabalho contemporâneas, em que, apesar de não estar mais – teoricamente – submetido a horas excessivas de trabalho, tal como no início da era industrial –, espera-se do trabalhador a sua máxima produtividade, mesmo que submetido a um tipo de dominação tantas vezes velada (como o medo de se perder o emprego).

O **panóptico** (ou Pan-óptico) é o nome dado ao desenho feito por Jeremy Bentham, em 1785, de um centro penitenciário ideal, cujos vigilantes poderiam observar todos os prisioneiros sem que eles soubessem que estavam sendo observados.



O Pan-óptico.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Panopticon.jpg>

Foucault (2004) também destaca a enorme semelhança das construções feitas para “acolher” doentes, presos, militares ou mesmo alunos (muros altos, postos de vigilância, arquitetura austera) e também das formas de controle (horários rígidos, padronização do comportamento e do vestuário – como no caso dos uniformes). Apropria-se do **panóptico** para denunciar a *sociedade disciplinar*, a qual todos nós estamos cada vez mais sujeitados. Em tempos de *reality shows* e de *tecnologias da presença*, todos estão cada vez mais “controlados” pelo olhar alheio, tal como demiurgos a nos julgarem. Caberia, então, nos questionarmos até que ponto agimos com consciência ética ou pelas condições punitivas e coercivas a que estamos submetidos. Quando entramos em uma loja e vemos dispostos vários objetos que gostaríamos de “possuir” e não temos dinheiro para comprar, o que será que nos impede de “roubá-los”? O valor moral de sabermos que não podemos obtê-los sem que haja uma troca (nesse caso, a compra do objeto se estabelece por meio de pagamento) ou o fato de haver, na saída da loja, um equipamento eletrônico que emite um ruído para demonstrar quando um objeto é retirado do local sem o devido pagamento?



Chamamos de *Tecnologias da presença* os

recursos tecnológicos para se produzir a presença do indivíduo, mesmo que a distância. [...]. Podemos classificá-las em duas grandes categorias – a dos simuladores e a dos verificadores de presença. [...] “Verificadores de presença” são as tecnologias que se apóiam nas características biológicas singulares para identificação de pessoas. [...] “Simuladores de presença” são recursos que podem possibilitar a ampliação do sentido de presença, como softwares e sistemas computacionais capazes de fazer com que o sujeito tenha a sensação de estar presente em algum lugar; sinta a presença de um outro sujeito que, na verdade, encontra-se distante fisicamente; ou sinta-se imerso em uma realidade paralela onde encontra e se relaciona com outros sujeitos (GODOY, 2009).

Deste modo, fica cada vez mais difícil ter liberdade de ação sem controle e sem censura, ou outras formas de privacidade.

g. O corpo idolatrado

A “revolução sexual”, também chamada de “revolução da pílula”, iniciou-se na década de 1960, impulsionada pelo lançamento, nos Estados Unidos, do contraceptivo oral. O sexo, tratado como meio de reprodução sexual, passa a ser encarado como possibilidade de o casal passar a manter relações sexuais apenas por prazer. Isso gerou uma verdadeira reviravolta nos hábitos e conceitos relativos à sexualidade e ao corpo. Em relação às mulheres, a emancipação feminina trouxe desdobramentos libertários, tanto em termos políticos como sociais e igualitários. Em compensação, os homens passaram a ter que se preocupar muitíssimo mais com a fidelidade das suas esposas e namoradas.

As transformações ocorridas nas décadas seguintes já demonstravam claramente que a relação com o corpo passaria por novos enfoques. Para além da liberação dos grilhões a que os corpos estiveram sujeitos, o cultivo pela forma física passa a regular uma outra espécie de controle: as pessoas começam a se prender a uma ditadura de alimentação, exercícios e, quando não satisfeitas com o resultado, a cirurgias plásticas modeladoras do corpo. Essa idolatria ao corpo – *corpolatria* – estimulou o narcisismo e o individualismo, e deturpou a ideia de saúde e bem-estar, na medida em que a confundiu com a “tirania da beleza”. Instala-se, no final do século XX, o endeusamento do corpo como fenômeno social, que cultua a juventude em reação ao temor da morte.

Esse “culto ao corpo” a que assistimos hoje, quando as pessoas invadem as academias, enchem os parques para correr e caminhar, compram pelo telefone produtos milagrosos anunciados na televisão para fazer com que o seu corpo fique igual ao dos atletas dos comerciais, mais do que fazer com que atentemos para o nosso corpo, o que seria de fato desejável, na verdade, significa uma alienação ain-

da maior. Longe de apontar para uma conscientização geral, mostra que continuamos a perceber o corpo como algo que arrastamos, como uma “pedra em nosso caminho,” que tentamos diminuir ou embelezar a cada dia. Como escultores, queremos transformar a “pedra bruta,” que é nosso corpo, numa obra de arte; nosso martelo e nossa talhadeira são os anabolizantes, as vitaminas importadas, os aparelhos de exercícios, as dietas e os produtos para emagrecer.

Mas, mais do que tornar o corpo belo e saudável, estamos envenenando-o e violentando-o, muitas vezes com exercícios que estão além de nossas capacidades. Nessa busca de uma beleza impossível, porque é fabricada pela propaganda, ficamos mais feios e perdemos a saúde. A filosofia procura nos mostrar que outra deve ser a relação que devemos ter com o corpo, e qual sua importância em nossas vidas (GALLO, 2003, p. 66-67).

Evidentemente que não se trata de deixarmos de lado os cuidados com o corpo, mas essa postura acabou se tornando uma tendência diametralmente oposta. A longa tradição de desvalorização do corpo acabou redundando em sua idolatria desmedida. Relembrando Aristóteles, onde estaria o *meio-termo*?



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. Apresentamos, entre os itens “a” e “g”, distintas formas de se lidar com a ideia de corpo ao longo do tempo. Escolha duas das concepções descritas na aula e estabeleça diferenças e aproximações para cada uma delas, destacando o que significam essas diferentes concepções.

Resposta Comentada

Se você escolheu falar, por exemplo, das concepções “b” e “c”, deveria contrastar o corpo como pecado na Idade Média em comparação com a ideia de corpo como objeto científico na Modernidade. Poderia destacar que, enquanto o ascetismo medieval praticava exercícios voltados para a disciplina espiritual de autocontrole, na Idade Moderna a natureza física e biológica do corpo passa a ser dissociada da religiosidade.

Seria também importante destacar que essas diferentes concepções indicam diferenças também de concepção de mundo e que, por sua vez, variam de acordo com a percepção em cada época.

Nem 8 nem 80...

Os extremos nos conduzem aos radicalismos e é justamente a partir da proibição indiscutível e da permissão sem limites que surgem o *puritanismo* e a *permissividade*.

Estritamente falando, foram chamados de puritanos os grupos de inspiração *calvinista* (movimento religioso protestante liderado por João Calvino, no século XVI) que, após a Reforma Protestante, pretenderam purificar a Igreja dos resquícios do catolicismo. Puritano, então, é o membro dessa seita conservadora, mas também pode significar aquele que é considerado rígido nos costumes, principalmente no que diz respeito aos padrões moralistas de comportamento sexual.

De acordo com essa visão, as pessoas só podem ser vistas de duas formas: como puras ou impuras e, em se tratando das mulheres, como figura angelical ou como prostituta. Qualquer comportamento que se registre fora do padrão estabelecido será considerado leviano pelos puritanos.

Mecanismos de *repressão* passam a ser adotados para o controle da sexualidade. A repressão se estabelece quando as normas sociais são incutidas no inconsciente do sujeito, impedindo-o de exercer sua autonomia. De acordo com a abordagem freudiana (de Sigmund Freud, o “pai da Psicanálise”), pode-se dizer que o processo de repressão ocorre quando as exigências do inconsciente são totalmente barradas por uma determinada ins-

tância psíquica, não chegando, portanto, à consciência. Tais exigências (ou desejos), por serem incompatíveis com a vida moral, acabam presas no inconsciente – o que pode vir a gerar diversos problemas de ordem psíquica e até físicos.

Nem sempre [...] o controle da sexualidade é saudável e consciente, sobretudo quando é feito pela *repressão*. [...] O processo de repressão se dá quando o *ego*, sob o comando do superego, não consegue tomar conhecimento das exigências do *id*, por serem demasiadamente conflitivas e inconciliáveis com a moral, e por isso essas exigências são rejeitadas, permanecendo no inconsciente. Entretanto, a energia não-canalizada não permanece contida, mas reaparece sob a forma de sintomas, muitas vezes neuróticos (ARANHA, 2003, p. 341).

Porém, contrariamente à repressão – que objetiva desvalorizar o corpo, por ser o suporte para o sexo e o erotismo –, surge a liberação da sexualidade. Como você deve saber, nas últimas décadas do século XX, muitas foram as mudanças sociais que culminaram na “revolução sexual”. A partir daí, a hipocrisia passou a ser duramente combatida, o feminismo avançou e se buscou intensamente minimizar os preconceitos em relação ao corpo.

Inicia-se, então, uma liberdade desenfreada para se falar, fazer ou “produzir” sexo. Uma avalanche de produtos voltados para o assunto (revistas, livros, cinema, teatro) começa a ser comercializada, como se fosse a prova de superação de qualquer forma de controle.

Contudo, o que se tornou liberada foi a “sexualidade genital, isto é, a que se centraliza no ato sexual, o que denota empobrecimento da sexualidade humana” (ARANHA, 2003, p. 343). Há, agora, outros modos de repressão, como o controle do que é *normal* ou *patológico* e o controle da libido, canalizando-a para o ato sexual, regulando assim os limites entre um comportamento adequado e outro reprovável.

Muito teríamos a discutir sobre essas questões, mas, de forma sintética, podemos afirmar que, apesar das inegáveis transformações na contemporaneidade, o ser humano não atingiu sua maturidade quando o assunto é liberdade sexual. O erotismo ainda é encarado como algo danoso à sociedade, porque tende do 8 ao 80, ou seja, ou há sua repressão ou sua liberação ilusória e deturpada, que continuará a criar formas sutis de controle moral. E não será o discurso moralista que ajudará o ser humano a encontrar o *meio-termo*!

Conclusão

Esta aula buscou discutir os conceitos de moralidade e moralismo, passando à análise sobre a relação do sujeito com seu próprio corpo ao longo dos tempos e destacando o discurso moralista como motivador do comportamento puritano e provocador do seu polo extremo: a permissividade. Concluímos que não há uma moral absoluta e que o moralismo surge justamente da ideia de que pode haver uma moral única e verdadeira. Também podemos dizer que, ao longo da história da humanidade, muitos foram os modos de se lidar com a concepção de corpo e de alma. Contudo, sejam baseadas em acepções filosóficas, teológicas ou científicas, essas ideias sempre estiveram atreladas a uma noção de moralidade, e até mesmo, em alguns casos, de moralismo.

Destacamos que os extremos levam a pensamentos e ações radicais e que, para a Ética, o mais importante é encontrar o caminho do meio.

Assim, esperamos que você tenha aproveitado o conteúdo como um estímulo à reflexão sobre assuntos tão atuais, polêmicos e próximos de todos nós.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Com base no texto “Os Moralistas”, de Luís Fernando Veríssimo (2000. p. 41), identifique as principais características do discurso moralista, destacando os trechos em que elas mais se evidenciam.

OS MORALISTAS

— Você pensou bem no que vai fazer, Paulo?

— Pensei. Já estou decidido. Agora não volto atrás.

— Olhe lá, hein, rapaz...

Paulo está ao mesmo tempo comovido e surpreso com os três amigos. Assim que souberam do seu divórcio iminente, correram para visitá-lo no hotel. A solidariedade lhe faz bem. Mas não entende aquela insistência deles em dissuadi-lo. Afinal, todos sabiam que ele não se acertava com a mulher.

— Pense um pouco mais, Paulo. Reflita. Essas decisões súbitas...

— Mas que súbitas? Estamos praticamente separados há um ano!

— Dê outra chance ao seu casamento, Paulo.

— A Margarida é uma ótima mulher.

— Espera um pouquinho. Você mesmo deixou de frequentar nossa casa por causa da Margarida. Depois que ela chamou vocês de bêbados e expulsou todo mundo.

— E fez muito bem. Nós estávamos bêbados e tínhamos que ser expulsos.

— Outra coisa, Paulo. O divórcio. Sei lá.

— Eu não entendo mais nada. Você sempre defendeu o divórcio!

— É. Mas quando acontece com um amigo...

— Olha, Paulo. Eu não sou moralista. Mas acho a família uma coisa importantíssima. Acho que a família merece qualquer sacrifício.

— Pense nas crianças, Paulo. No trauma.

— Mas nós não temos filhos!

— Nos filhos dos outros, então. No mau exemplo.

- Mas isto é um absurdo! Vocês estão falando como se fosse o fim do mundo. Hoje, o divórcio é uma coisa comum. Não vai mudar nada.
- Como, não muda nada?
- Muda tudo!
- Você não sabe o que está dizendo, Paulo! Muda tudo.
- Muda o quê?
- Bom, pra começar, você não vai poder mais freqüentar as nossas casas.
- As mulheres não vão tolerar.
- Você se transformará num pária social, Paulo.
- O quê?!
- Fora de brincadeira. Um reprobato.
- Puxa. Eu nunca pensei que vocês...
- Pense bem, Paulo. Dê tempo ao tempo.
- Deixe pra decidir depois. Passado o verão.
- Reflita, Paulo. É uma decisão seriíssima. Deixe para mais tarde.
- Está bem. Se vocês insistem...

Na saída, os três amigos conversam:

- Será que ele se convenceu?
- Acho que sim. Pelo menos vai adiar.
- E no solteiros contra casados da praia, este ano, ainda teremos ele no gol.
- Também, a idéia dele. Largar o gol dos casados logo agora. Em cima da hora. Quando não dava mais para arranjar substituto.
- Os casados nunca terão um goleiro como ele.
- Se insistirmos bastante, ele desiste definitivamente do divórcio.
- Vai agüentar a Margarida pelo resto da vida.
- Pelo time dos casados, qualquer sacrifício serve.
- Me diz uma coisa. Como divorciado, ele podia jogar no time dos solteiros?

- Podia.
- Impensável.
- É.
- Outra coisa.
- O quê?
- Não é reprobado. É réprobo. Acento no “e”.
- Mas funcionou, não funcionou?

[illegible]

Comentário

Você pode identificar o discurso moralista como aquele que geralmente encobre desejos, disfarça intenções e até mentiras. Revela repulsa, aversão e expressa indignação a respeito de alguma história ou atitude. Surge do medo à diferença, da discriminação e da crítica exagerada em relação à moral.

Ao destacar um trecho, você poderia destacar qualquer um em que tais características pudessem ser reconhecidas. Como exemplo, escolhemos um que está de acordo com a ideia da DISCRIMINAÇÃO, quando os amigos dizem a Paulo que ele não mais será aceito no grupo social, denotando, assim, uma atitude claramente discriminatória:

Trecho:

- *Mas isto é um absurdo! Vocês estão falando como se fosse o fim do mundo. Hoje, o divórcio é uma coisa comum. Não vai mudar nada.*
 - *Como, não muda nada?*
 - *Muda tudo!*
 - *Você não sabe o que está dizendo, Paulo! Muda tudo.*
 - *Muda o quê?*
 - *Bom, pra começar, você não vai poder mais freqüentar as nossas casas.*
 - *As mulheres não vão tolerar.*
 - *Você se transformará num pária social, Paulo.*
- (VERÍSSIMO, 2000. p. 41).*

Resumo

O moralismo não é uma das formas da moralidade – costumes que têm um caráter moral –, mas sim uma espécie de moralidade compulsória, que critica outras moralidades. Para Aristóteles, tanto o excesso quanto a falta são uma forma de erro, estando no *meio-termo* o acerto digno de louvor: esse seria o caminho ético para a excelência moral. Poderíamos considerar, assim, o moralismo como um excesso; a moralidade é que seria considerada virtuosa.

Ao longo da história da Filosofia ocidental, sempre houve uma tendência a se definir o ser humano como composto de duas partes distintas e apartadas: o corpo e a alma. A relação com o corpo é uma das formas de se *estar no mundo*. Houve mudanças de perspectiva sobre o corpo ao longo da história ocidental. Eis algumas: o corpo como decadência moral; como pecado; como objeto da ciência; o corpo e a alma em correspondência; o corpo-espírito; o corpo domesticado; o corpo idolatrado.

Os extremos nos conduzem aos radicalismos e é justamente a partir da proibição indiscutível e da permissão sem limites que surgem o *puritanismo* e a *permissividade*. Mecanismos de *repressão* passam a ser adotados para o controle da sexualidade. Contrariamente à repressão, surge a liberação da sexualidade. O ser humano não atingiu sua maturidade quando o assunto é liberdade sexual e, assim, continuarão a se criar formas sutis de controle moral.

4

Liberdade e responsabilidade: entre escolhas e deveres

Meta da aula

Apresentar abordagens teóricas relativas ao conceito de liberdade, visando à compreensão da ideia de liberdade ética.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** analisar, no sentido da Ética, a relevância da reflexão sobre o conceito de liberdade;
- 2** estabelecer a relação entre liberdade e moralidade;
- 3** citar concepções teóricas sobre o conceito de liberdade;
- 4** identificar que liberdade implica responsabilidade.

Pré-requisitos

Para que você encontre mais facilidade na compreensão desta aula, é importante recordar alguns conceitos trabalhados nas Aulas 1, 2 e 3, como juízo de valor e juízo de fato, moralidade, concepções sobre o corpo etc.

Introdução

No final da Aula 3, quando tratamos da “liberação da sexualidade” no mundo contemporâneo, destacamos que o ser humano parece não ter atingido plenamente o caminho da liberdade, uma vez que a repressão ou a liberação ilusória e deturpada continuam a criar formas sutis de controle moral.

Então, a partir dessa concepção, poderíamos nos perguntar: até que ponto o ser humano é realmente livre? E, mais que isso: o que propriamente seria *liberdade*?

Muitos talvez considerem que ser livre é algo equivalente a fazer o que se deseja, na hora em que bem se entende. Mas não haveria nisso uma forma de se esquivar das responsabilidades que qualquer ação envolve?

Outros podem afirmar que a liberdade não existe de fato ou estaria limitada em virtude de uma crença na ideia de destino, pelo qual os homens teriam suas vidas dirigidas por deuses ou pela própria natureza. No entanto, não haveria nisso um certo reducionismo, na medida em que, ao acreditarmos que o mundo e as pessoas já tenham um caminho traçado, estaríamos dispostos a aceitar o fatalismo no lugar da escolha? Mesmo considerando o livre-arbítrio como uma possibilidade, não haveria uma condição apriorística, ou seja, algo predeterminado, caso se optasse tanto por um caminho quanto por outro?

A relevância em se estudar o tema da liberdade segundo a Ética reside no fato de que podemos considerá-la um bem possível e desejável, algo que é preciso conquistar e defender, para garantirmos sua expressão, coibirmos qualquer forma de censura, mas sempre refletindo sobre a forma de lidar com nossa liberdade e nossa consequente responsabilidade, sem perder de vista os caminhos éticos. Nesta aula, abordaremos uma série de conceitos conectados à noção de *liberdade*, com o intuito de refletirmos sobre o que vem a ser a *liberdade ética*.

Liberdade e moralidade

Liberdade significa, antes de tudo, independência do sujeito. Ser livre é uma qualidade do humano e, segundo a Ética, essa liberdade é conquistada pela autonomia do sujeito moral.

Como vimos na Aula 1, *sujeito moral* é aquele que age de acordo com sua consciência e sua liberdade, sem prejuízo de alguém. Por agir assim, ele seria considerado um sujeito autônomo e, por isso, livre.

Façamos, assim, uma comparação entre duas posturas distintas do sujeito: uma que se refere ao sujeito autônomo (também chamado de sujeito ativo) e outra, ao sujeito heterônomo (também chamado de sujeito passivo) – já que o sujeito é o agente das ações éticas.

Marilena Chauí (2000) define o *sujeito passivo* como

aquele que se deixa governar e arrastar por seus impulsos, inclinações e paixões, pelas circunstâncias, pela boa ou má sorte, pela opinião alheia, pelo medo dos outros, pela vontade de um outro, não exercendo sua própria consciência, vontade, liberdade e responsabilidade.

Contrariamente, o *sujeito ativo* é

aquele que controla interiormente seus impulsos, suas inclinações e suas paixões, discute consigo mesmo e com os outros o sentido dos valores e dos fins estabelecidos, indaga se devem e como devem ser respeitados ou transgredidos por outros valores e fins superiores aos existentes, avalia sua capacidade para dar a si mesmo as regras de conduta, consulta sua razão e sua vontade antes de agir, tem consideração pelos outros sem subordinar-se nem submeter-se cegamente a eles, responde pelo que faz, julga suas próprias intenções e recusa a violência contra si e contra os outros (CHAUÍ, 2000).

De acordo com essas concepções, é a consciência crítica que discerne o valor moral dos nossos atos. Qualquer ato produz consequências para nós mesmos e também para os outros – sejam pessoas próximas ou a sociedade como um todo. Assim, um ato moral envolve liberdade de escolha por parte do sujeito, consciência moral, intencionalidade em praticá-lo, solidariedade para com os outros e responsabilidade.

Os atos, por sua vez, podem ser normativos ou fatuais. Os normativos estão relacionados com as regras e, portanto, com os deveres. Os fatuais são os atos propriamente ditos, praticados pelo homem. Mas, para que um ato fatural tenha cunho moral, ele deverá estar diretamente ligado à sua efetivação (ou sua não efetivação) em relação às normas estabelecidas. Para tanto, o ato poderá ser considerado como moral, imoral, amoral e não moral, ao se relacionar com as normas da seguinte maneira:

1. Moral – quando o ato vai ao encontro das regras.
2. Imoral – quando o ato vai de encontro às regras.
3. Amoral – quando o ato se realiza à margem das regras, sem referência aos valores e sem consciência da moral.
4. Não moral – quando se usam outros critérios de avaliação que não pertencem à esfera da moral ou quando não há nenhum tipo de moralismo envolvido, significando uma busca pela neutralidade.

Vale ressaltar que só se poderá considerar o *ato* como *moral* (e, em oposição, *imoral*) no caso de o sujeito ter assimilado a regra de forma consciente, ou seja, de forma não impositiva. Isso quer dizer que o cumprimento da norma, regra ou lei, se escolhida livremente, não implica obrigatoriedade, mas sim liberdade. É o próprio sujeito quem decidirá por elas e, portanto, torna-se uma decisão espontânea. Um exemplo disso é quando entramos em uma loja e decidimos não furtar nenhum de seus itens pelo simples fato de entendermos (e concordarmos) que, para obtê-los, devemos efetuar um pagamento por eles, e não porque há, na saída da loja, um equipamento que emite sinal sonoro ao

detectar que uma mercadoria não foi paga. Nesse caso, se sua escolha estiver deliberadamente de acordo com a regra, seu ato será considerado *moral*. Se, mesmo correndo risco ou sabendo das regras, você decidir deliberadamente furtar, cometerá um *ato imoral*. Mas, se escolheu não furtar por uma imposição, ou seja, só se decidiu por causa da possível punição, seu ato também será considerado *imoral*, uma vez que sua motivação nada teve a ver com uma consciência ética.

Podemos também frisar que, quando alguém age sem se dar conta da regra, sua atitude poderá ser considerada *amoral*. Aproveitando o exemplo citado, se uma pessoa entra numa loja e avista sobre o balcão alguns folhetos ilustrativos, pode julgar que são de distribuição gratuita e, por isso, decidir levar alguns. No entanto, depois de já tê-los colocado na bolsa, é informada de que tais folhetos não podem ser levados, mas apenas consultados na própria loja. Desse modo, não se pode considerar que a pessoa cometeu um furto, ou seja, um ato de imoralidade, mas sim um *ato de amoralidade*, por ela não ter tido a consciência de que agiu levemente.

Contudo, cabe aqui uma ressalva com relação aos deveres do cidadão. É muito comum, especialmente no contexto do Turismo, alguns turistas, ao cometerem atos que podem ser considerados imorais nos lugares em que os praticam, declararem que desconhecem as leis ou os costumes do determinado país. Muito embora essa colocação seja tantas vezes verdadeira, do ponto de vista legal eles não poderão ser isentos de responsabilidade.



De acordo com Artigo 1º do Código de Ética Mundial para o Turismo, da OMT, selecionamos alguns trechos que se relacionam com a explicação sobre os possíveis “atos imorais” que os turistas podem cometer. Assim, está previsto no Código que:

- Os agentes do desenvolvimento turístico e os próprios turistas deverão prestar atenção às tradições e práticas sociais e culturais de todos os povos.

- As atividades turísticas se organizarão em harmonia com as peculiaridades e tradições das regiões e dos países receptores, respeitando suas leis e costumes.
- Tanto as comunidades receptoras como os agentes profissionais locais terão que aprender a conhecer e respeitar os turistas que os visitam, informar-se sobre sua forma de vida, seus gostos e suas expectativas.
- Em seus deslocamentos, os turistas e visitantes deverão evitar todo o ato criminal ou considerado delinquente pelas leis do país que visitam, bem como qualquer comportamento que possa chocar a população local, ou ainda danificar o entorno do lugar. Deverão se abster de qualquer tipo de tráfico de drogas, armas, antiguidades, espécies protegidas, produtos e substâncias perigosas e proibidas pelo regulamento nacional.
- Os turistas e visitantes têm a responsabilidade de informar-se, desde sua saída, sobre as características do país que se dispõem a visitar.

Já o *ato não moral* pode ser explicado pela ausência de julgamento ou cunho moral a respeito de algo ou de alguém. Ainda com base no mesmo exemplo, o fato de não se atribuir nenhum valor negativo em relação à pessoa que pegou os folhetos sem intenção de roubar pode ser considerado como um *ato não moral*, na medida em que houve uma neutralidade por parte de quem observou a situação. Assim, nesse caso, pode-se dizer que a atitude não moral é contrária à atitude moralista, que, como vimos na Aula 3, surge, dentre outras coisas, da discriminação e da crença em uma verdade única e imutável. O moralismo, nesse caso, significaria julgar a pessoa antes ou independentemente de ela poder se justificar.

Também pode ser considerado *ato não moral* fazer uma apreciação crítica a respeito de algo ou alguém que não implique nenhum tipo de juízo moral. Por exemplo, quando um crítico faz uma análise estilística a respeito de uma obra de arte exposta em uma galeria, usa critérios de avaliação que não estão no espectro da moral.

Seja qual for o ato cometido, quer dizer, a atitude que se toma em relação a cada situação que vivenciamos no cotidiano, ele estará ligado a decisões. As decisões são fruto da liberdade de escolha. Porém, de que liberdade estamos falando? No senso comum, livre é aquele que pensa e age por si próprio, sem ser constrangido ou coagido a fazer o que não deseja. Pode-se, entretanto, relacionar a noção de liberdade a muitos outros sentidos e a outras concepções. Assim, seria interessante que agora fizéssemos um breve percurso a respeito de algumas teorias que nos ajudarão a fundamentar o conceito de liberdade ética.



Atividade

Atende aos Objetivos 1 e 2

1. O ato moral é constituído de dois aspectos: o normativo (normas ou regras de ação e os imperativos que enunciam o “dever ser”) e o fatural (atos humanos enquanto se realizam efetivamente). O ato efetivo poderá ser considerado *moral*, *imoral*, *amoral* ou *não moral*. Estabeleça a distinção entre cada uma dessas posturas, relacione liberdade e moralidade e discorra sobre a relevância de se estudar liberdade, segundo a Ética.

Comentário

Você deverá descrever os quatro tipos de atos que foram destacados nesta aula, explicando que um ato poderá ser considerado moral quando vai ao encontro das regras; imoral quando o ato vai

de encontro às regras; amoral quando o ato se realiza à margem das regras, sem referência aos valores e sem consciência da moral; e não moral quando se usam outros critérios de avaliação que não pertencem à esfera da moral ou quando não há nenhum tipo de moralismo envolvido, significando uma busca pela neutralidade. Logo após, precisaria relacionar liberdade e moralidade, podendo, para isso, dizer que a liberdade significa, antes de tudo, independência do sujeito, que ser livre é uma qualidade do humano e que, segundo a Ética, essa liberdade é conquistada pela autonomia do sujeito moral. O sujeito moral é aquele que age de acordo com sua consciência e sua liberdade, sem prejuízo de alguém. Seria considerado um sujeito autônomo e, por isso, livre.

Ao tecer considerações sobre a relevância de se estudar a liberdade, segundo a Ética, você deveria ressaltar a importância da reflexão sobre a forma de lidarmos com nossa liberdade e nossa consequente responsabilidade, sem perder de vista os caminhos éticos.

Algumas concepções sobre a ideia de liberdade

Várias são as teorias que tratam do conceito de liberdade, mais especificamente do questionamento a respeito da nossa condição de sujeitos livres ou não. Daremos destaque, aqui, às noções de *liberdade incondicional*, *livre-arbítrio*, *determinismo* e *liberdade situada*.

De acordo com a concepção aristotélica de ato voluntário, tanto a virtude quanto o vício dependerão da vontade do indivíduo de praticá-los, e não de algo que o determine. Assim, a liberdade humana seria absoluta; haveria uma *liberdade incondicional*, na medida em que se poderia decidir e agir deliberadamente, independente de quaisquer determinações, sejam elas exteriores ou interiores.

Vale ressaltar, contudo, que o sentido de liberdade empregado nesse contexto da Antiguidade refere-se ao âmbito da pólis grega, e não ao âmbito da vida privada. Só poderia se considerar livre o cidadão, ou seja, aquele que não se ocupava com a sobrevivência, mas sim com sua atuação política.

Na Antiguidade, a *polis* era o espaço público onde os homens viviam “livres e entre iguais”. Os habitantes da *polis* eram livres na medida em que podiam se liberar das atividades voltadas exclusivamente para as necessidades de sobrevivência, que eram o trabalho e o labor, para se dedicarem à ação e ao discurso – que, longe de se oporem, se humanizavam na construção democrática (GODOY, 2009).

Dessa forma, nem os escravos nem as mulheres (e as crianças) podiam praticar o exercício da liberdade, pois não eram considerados iguais aos cidadãos da pólis. Não vivenciavam, portanto, o espaço da política, o espaço público, mas sim a vida privada, que era considerada o espaço da necessidade e da sobrevivência. Por ser assim, era também o espaço das obrigações, dos deveres, e não o das escolhas.

As concepções ligadas ao espaço público não se aplicam à ideia de liberdade interior, que só começa a surgir quando a teologia cristã introduz o conceito de *livre-arbítrio*, dando enfoque ao próprio eu. O *livre-arbítrio*, segundo Japiassu e Marcondes (1990), seria justamente a faculdade que o indivíduo possui de determinar sua própria conduta, de acordo com sua consciência. Consiste numa decisão que será tomada em conformidade com suas intenções e motivações.

Santo Agostinho é um dos primeiros a usar o conceito de livre-arbítrio, como “faculdade da razão e da vontade por meio da qual é escolhido o bem, mediante o auxílio da graça, e o mal, pela ausência dela”. Essa noção fermentou inúmeros debates durante toda a Idade Média, e nos séculos XVI e XVII, sobretudo no que se refere (...) à incompatibilidade entre a onipotência e a onisciência divina e o livre-arbítrio. Ou seja, como admitir a liberdade humana se Deus tudo pode e tudo sabe, e, portanto, já conhece o destino de cada um? (ARANHA, 2003).

Mas, ao falarmos sobre livre-arbítrio, não precisamos necessariamente ficar circunscritos ao campo dos debates teológicos, na medida em que, de acordo com a visão racionalista, também podemos abordá-lo, pondo em pauta um certo duelo entre a razão e a emoção. É a própria lógica cartesiana que defende o domínio da emoção pela razão. Assim, para Descartes, o intelecto tem voz de comando sobre as paixões, que, por sua vez, são ilusórias e confundem a alma. Desse modo, arbitraríamos livremente por nossas opções, desejando apenas o que nos é conveniente do ponto de vista da moral.

Como veremos mais adiante nas próximas aulas – especialmente quando mencionarmos Freud (considerado o “pai da Psicanálise”) –, não é exatamente dessa forma que alguns outros autores vão enxergar o ser humano. Nem mesmo Espinosa, contemporâneo de Descartes, entende que é a razão que pode dominar plenamente a emoção, pois

a razão não é superior aos afetos, nem cabe a ela controlá-los. Os apetites e desejos jamais serão dominados por uma idéia ou uma vontade, mas apenas por outros afetos mais fortes: a alma nada pode contra uma paixão triste, na medida em que somente uma paixão mais forte poderá afetar uma paixão mais fraca (ARANHA, 2003).

Essa pode até ser também considerada uma visão determinista – conceito que abordaremos a seguir –, já que Espinosa não nega uma causalidade interna no ser humano. Contudo, é uma forma diferente de se lidar com a ideia de livre-arbítrio e de liberdade. Ela nos abre espaço para discutirmos, inclusive, a relação entre vontade e desejo.

A vontade estaria ligada à razão, que nos faculta a possibilidade de fazermos escolhas conscientes, dosando e racionalizando atitudes. Tal como vimos no início de nossas aulas, a consciência moral só é possível se fizermos uso da razão, se nos dermos a chance de parar por um momento para refletir sobre alguma situação que precisaremos decidir.



Figura 4.1: *A liberdade guiando o povo*, de Delacroix, uma personificação da liberdade que, antigamente, era vista como resultado de batalhas e de imposição de vontades e justiças.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Eug%C3%A8ne_Delacroix_-_La_libert%C3%A9_guidant_le_peuple.jpg

Já o desejo surge do impulso inconsciente, fora das racionais possibilidades de controle do sujeito. Não resulta de escolhas, mas surge como uma força vital que exige uma realização. Às vezes, o desejo pode estar de acordo com a vida social, mas, geralmente, por ser livre de censura ou de valores éticos, manifesta-se como a negação da moral. Por isso, enquanto a vontade é o meio de exercício do livre-arbítrio, pois pressupõe autonomia do sujeito, o desejo é seu oposto.

Essa é uma discussão que merecerá maior desdobramento na Aula 5, quando falarmos sobre o narcisismo e a tirania do desejo. Penso que, no momento, o mais importante seria entendermos que podemos até agir como sujeitos autônomos, sujeitos morais, porém habitam em nós duas dimensões: a que se apoia na razão e a que está ancorada na emoção. Digamos que a vontade estaria para a razão assim como o desejo para a emoção.

Evidentemente, se aceitássemos facilmente essa explicação, correríamos o risco de sermos por demais reducionistas e até mesmo pouco críticos na sua definição, mas não deixa de ser esse um bom caminho para estabelecermos tais distinções.

Um outro olhar que envolve a temática da liberdade, mas que se opõe à ideia de livre-arbítrio, é o chamado *determinismo*. Vinculado à noção de destino, o determinismo está presente nas histórias dos heróis gregos, nos mitos e nas teologias, quando se relacionam ações humanas e desígnios divinos. Mas também está presente em proposições científicas, quando se considera que os atos humanos também são cientificamente propensos a condicionamento, planejamento e controle, significando dizer, com isso, que só é possível a previsibilidade porque há determinismos no ser humano.



Édipo rei

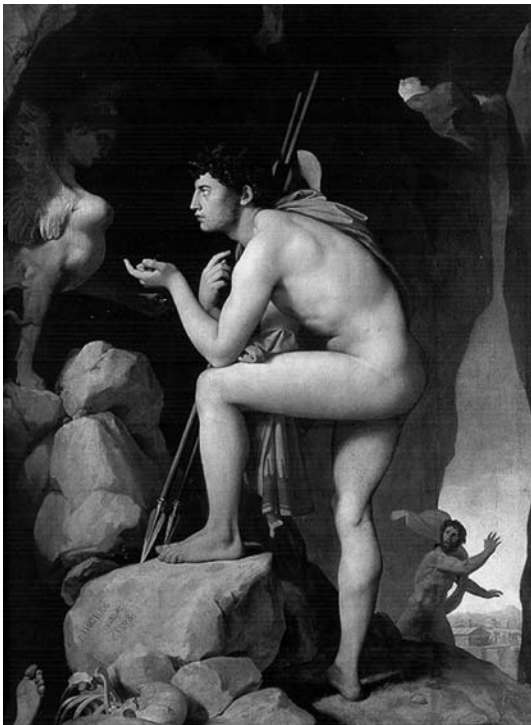


Figura 4.2: *Édipo e a esfinge*, 1808, pintura de Jean-Auguste Dominique Ingres.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:IngresOdipusAndSphinx.jpg>

Um dos mitos que melhor expressa a ideia de destino é o clássico da literatura ocidental intitulado *Édipo rei*, de Sófocles. De acordo com essa história, considerada uma das mais retumbantes tragédias da Grécia Antiga, Édipo não consegue driblar seu destino, mesmo quando tenta fugir dele. É um bom exemplo dos conceitos de destino como algo determinado pelos deuses. Confira o resumo que apresentamos a seguir:

Édipo é filho de Laios, rei de Tebas que foi amaldiçoado de forma que seu primeiro filho tornar-se-ia seu assassino e desposaria a própria mãe. Tentando escapar da ira dos deuses, Laios manda matar Édipo logo após seu nascimento. No entanto, a vontade do destino foi mais forte e Édipo sobreviveu, salvo por um pastor que o entregou a Políbio, rei de Corinto.

Já adulto, Édipo descobre sobre a maldição que lhe foi atribuída e, para que ela não fosse cumprida, foge de Corinto para Tebas, sem saber que lá, sim, seus pais verdadeiros o esperavam.

No meio da viagem, encontra um bando de mercadores e seu amo (Laios). Após uma discussão, sem saber que seu destino já estava se concretizando, mata todos.

Assim que chega a Tebas, Édipo livra a cidade da horrenda esfinge e de seus enigmas, recebendo a recompensa: é eleito rei e premiado com a mão da recém-viúva rainha Jocasta.

Anos se passam e Édipo reina como um verdadeiro soberano. Tem vários filhos com Jocasta, mas a cidade, devastada pela peste, passa por momentos difíceis, e a população pede ajuda ao rei.

Após uma consulta ao oráculo de Delfos que responde pelo deus Apolo, os tebanos são alertados sobre alguém que provoca a ira dos deuses: o assassino de Laios, que ainda vive na cidade.

Édipo, então, decide livrar seu reino desse mal e descobrir quem é o assassino, desferindo uma tremenda maldição:

Proíbo que qualquer filho da terra onde me assistem o comando e o trono dê guarida ou conversa ao assassino, seja ele quem for; que o aceite nos cultos e no lar, que divida com ele a água lustral! Eu ordeno, ao contrário, que o enxotem de suas casas, todos, por ser aquilo que nos torna impuros, conforme acaba de nos revelar, por seu oráculo, a fala do deus! (...) E ainda mais: rogo aos céus, solenemente, que o assassino, seja ele quem for, sozinho em sua culpa ou tenha cúmplices, tenha uma vida amaldiçoada e má, pela sua maldade, até o fim de seus dias. Quanto a mim, se estiver o criminoso em minha casa, privando comigo, eu espero que sofra as mesmas penas que dei para os demais.

Ele só não esperava que essa maldição recaísse sobre ele próprio assim que, no mesmo dia, descobrisse a verdade, através do pastor que o encontrara ainda bebê, pendurado em um bosque pelos tornozelos. Jocasta se suicida assim que descobre a verdade, e Édipo se cega, perfurando os próprios olhos e exilando-se.

O determinismo se sustenta baseado no princípio de causalidade, ou seja, os fenômenos naturais seriam produzidos por causas determinadas que produziriam os mesmos efeitos. Correntes teóricas da Psicologia, como o Behaviorismo, por exemplo, afirmam que o sujeito tem a ilusão de ser livre porque desconhece as causas que atuam sobre ele. Ou seja, as forças que agem sobre nós, sem que muitas vezes a entendamos, criam em nós uma ilusão de que estamos realizando escolhas, quando, segundo essa concepção, estaríamos apenas respondendo a algo que já estaria determinado.

De fato, não haveria o conhecimento científico, tal como o conhecemos, se em todas as coisas do mundo não houvesse um mínimo de regularidade, de constância e de causalidade. Se os fenômenos fossem contingentes em sua maioria, ou seja, ocorressem ora de um jeito, ora de outro, seria impossível estabelecer relações entre eles e impossível compreendê-los na sua complexidade. É a partir do princípio do determinismo que o mundo é explicado pelas ciências, especialmente as ciências naturais.

Caberia aqui um desdobramento a respeito do uso desse conceito nas Ciências Sociais, como lugar de explicação dos fenômenos humanos. Mas esse seria um bom assunto a ser aprofundado nas aulas de Sociologia, quando certamente é citado o pensamento positivista de Augusto Comte, que foi quem desenvolveu tal fundamentação, vindo a desdobrar-se numa das mais contundentes teorias sociais do século XIX. Porém, na Ética, é relevante registrar que a visão determinista está voltada para o mundo da necessidade, e não o da liberdade. Assim sendo, Japiassú e Marcondes (1990) definem determinismo como a

doutrina filosófica que implica a negação do livre-arbítrio e segundo a qual tudo, no universo, inclusive a vontade humana, está submetido à necessidade.

Mas o caminho rumo à compreensão sobre a liberdade não se finda aqui. Podemos encontrar outra forte tendência argumentativa sobre o assunto numa terceira posição, a que se pode chamar de *liberdade situada* ou liberdade em ação.

No século XX, diversos filósofos da *corrente fenomenológica* abordaram a questão da liberdade na tentativa de superar a antinomia determinismo liberdade. Para eles, a discussão sobre liberdade não se faz no plano teórico, segundo um conceito da liberdade abstrata, nem conforme uma concepção racionalista que privilegie apenas o trabalho da consciência, mas sim a partir da liberdade do sujeito encarnado, situado e como ser de relação (ARANHA, 2000, grifo nosso).

A Fenomenologia vem questionar, nesse sentido, se, a partir do momento em que não se podem negar os determinismos a que estamos sujeitos, estaríamos, por isso, “determinados” a não ser de alguma forma livres. Isso equivale a perguntar: mesmo que haja causas que atuem sobre nós, sejam elas conhecidas ou desconhecidas, não poderíamos realizar uma ação transformadora sobre elas? Haveria mesmo uma faticidade insolúvel no sujeito, ou seja, um conjunto de determinações que definem coisas e humanos de forma imutável? Ou o ser seria dotado da capacidade de agir, na qual essa ação geraria um movimento que superasse as determinações, dando-lhes novos sentidos, mesmo que não pudessem ser negadas totalmente?

Se alguns teimassem em dizer que essa seria apenas uma falsa chance de escolha diante de alternativas dadas, ainda assim poder-se-ia argumentar que o ser humano não está no mundo do mesmo jeito que todas as coisas, pois é dotado de imaginação e, portanto, de imprevisibilidade. Inventar-se, criar e produzir a construção de um mundo seria, então, a cabal expressão e dimensão da liberdade.

Recordando a Aula 3, na parte em que tratamos do fim da dicotomia entre corpo e espírito, afirmamos que o corpo humano é o que permite nossa relação com o mundo. É o filósofo Maurice

Fenomenologia

É um estudo descritivo de um conjunto de fenômenos, tal como eles se manifestam no tempo ou no espaço, por oposição quer às leis abstratas e fixas destes fenômenos, quer à realidade transcendente de que seriam a manifestação, quer à crítica normativa da sua legitimidade (LALANDE, 1996).

Surge no século XIX com base nas análises feitas por Franz Brentano sobre a intencionalidade da consciência humana. Sua proposta era buscar descrever, compreender e interpretar os fenômenos que se apresentam à percepção. Não separa mais sujeito e objeto, opondo-se ao pensamento positivista do século XIX, e examina a realidade a partir da perspectiva de primeira pessoa.

Alguns dos principais filósofos fenomenologistas do século XX são Edmund Husserl, Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre e Maurice Merleau-Ponty.

Merleau-Ponty quem justamente relaciona a ideia da liberdade ao entendimento do corpo, como condição de nossa experiência no mundo. Assim, o filósofo “desfaz a ideia tradicional de que de um lado existe o mundo dos objetos, do corpo, da pura faticidade e, de outro, o mundo da consciência e da subjetividade, da transcendência” (ARANHA, 2000). Com isso, para além do que possa parecer uma contradição, é o contato com o mundo, e o conhecimento de nossas determinações, que permitirá ao ser humano inventar possibilidades de ação.



O filósofo fenomenologista francês Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), apesar de grandemente influenciado pela obra de Edmund Husserl, rejeitou sua teoria do conhecimento intencional, fundamentando sua própria teoria no comportamento corporal e na percepção. Sustentava que é necessário considerar o organismo como um todo para se descobrir o que se seguirá a um dado conjunto de estímulos.

Para a reflexão Ética, essa postura é crucial, pois a partir dela poder-se-á compreender a liberdade como a plena condição de mudança da realidade. Ou seja, na medida em que tomamos consciência da nossa vida, das nossas facilidades e dificuldades, podemos optar por novos desdobramentos para ela. Assim, antes que certas situações pareçam insolúveis, podemos nos conscientizar de que não estamos absolutamente condenados à fatalidade, mas que podemos agir sobre elas e, dessa forma, não perderemos a capacidade de nos indignarmos, pois nem tudo estará perdido!

Se soubermos de um ato de injustiça, não precisaremos esperar pelo castigo dos deuses para quem o cometeu ou mesmo achar que não haverá jeito de resolvê-lo. Estaremos conscientes de que podemos lutar a favor da ética e, assim, concentrarmos as

forças na nossa capacidade de agir sobre as situações. Quando não agimos assim, entregamo-nos à passividade e deixamos de atuar como sujeitos autônomos, como sujeitos morais.



Atividade

Atende ao Objetivo 3

2. Descreva as noções de *liberdade incondicional*, *livre-arbítrio*, *determinismo* e *liberdade situada* e crie situações para exemplificar cada um dos conceitos.

Resposta Comentada

Você deveria responder que a noção de liberdade incondicional é a decisão e a ação deliberada do sujeito, independente de quaisquer determinações, sejam elas exteriores ou interiores. Poderia explicar o livre-arbítrio como a faculdade que o indivíduo possui de determinar sua própria conduta, de acordo com sua consciência. Citaria o determinismo como a doutrina filosófica, baseada no princípio da causalidade, que implica a negação do livre-arbítrio e segundo a qual tudo, no universo, inclusive a vontade humana, está submetido à necessidade. Também poderia destacar que a liberdade situada afirma que a liberdade não se faz no plano teórico, segundo um conceito de liberdade abstrata, nem conforme uma concepção racionalista que privilegia apenas o trabalho da consciência, mas sim a partir da liberdade do sujeito encarnado, situado e como ser de relação.

De acordo com os exemplos fornecidos na aula, você poderia criar livremente na sua resposta mais alguns que se enquadrassem às noções que acabamos de definir.

Liberdade e responsabilidade

Depois de tudo o que estudamos até aqui, já é possível estabelecermos uma relação mais imbricada entre as ideias de liberdade e responsabilidade. Façamos, então, um breve exercício. O que primeiro lhe vem à mente quando a palavra é RESPONSABILIDADE? Obrigação, falta de escolha ou comprometimento? E quando pensamos em LIBERDADE? Irresponsabilidade, desobrigação ou possibilidade de escolha?

Muitos poderiam ser os enfoques pelos quais vamos lidar com esses temas. A liberdade e a responsabilidade se expressam com muitos sentidos na sociedade, na política, na vida privada e em vários outros campos. A liberdade de pensamento seria uma espécie de síntese que diria respeito a todas essas formas de liberdade e à responsabilidade que elas implicariam, pois não só pensamos, mas colocamos em prática nossas ideias.

Não se pode deixar de pensar, contudo, que a liberdade de escolha não é tão livre e nem as responsabilidades tão isentas de compromisso com as decisões. Então, será a *liberdade ética* a que irá nortear as decisões do sujeito moral em relação a si mesmo e aos outros.

Se compreendêssemos as normas de forma rígida, como se toda e qualquer norma fosse correta e devesse ser seguida cegamente, não poderíamos aproveitar o alerta nietzschiano sobre uma tendência que o homem tem de confundir bondade com passividade. Por isso, Nietzsche afirma que

transgredir normas e regras estabelecidas é a verdadeira expressão da liberdade e somente os fortes são capazes dessa ousadia. Para disciplinar e dobrar a vontade dos fortes, a moral racionalista, inventada pelos fracos, transformou a transgressão em falta, culpa e castigo (1998).

Assim, parece-nos que, para se alcançar a liberdade, não podemos pautar nossos pensamentos e nossas ações apenas em regras, mas sim na nossa capacidade de reflexão. Se ser livre é um ato de voluntariedade, a capacidade de decisão, a partir de nossas próprias concepções, é que nos tornaria libertos das amarras das obrigações e dos deveres, para penetrarmos no complexo – mas possível – caminho das escolhas.

Conclusão

O tema Liberdade e Responsabilidade envolve diversos aspectos da vida do ser humano. Aqui procuramos abordar de forma breve os principais pontos relativos à construção de uma liberdade ética. Começamos apresentando a discussão e relacionando o conceito de liberdade à ideia de moralidade. Diferenciamos sujeito autônomo de sujeito heterônomo, sendo o primeiro aquele que contempla os requisitos de um sujeito moral. Estabelecemos a distinção entre ato normativo e fatural, discriminando os atos como morais, imorais, amorais e não morais, exemplificando-os.

Algumas das concepções teóricas também foram abordadas para ancorarmos nossa reflexão sobre a liberdade em uma fundamentação conceitual apropriada. Para tanto, escolhemos destacar as noções de *liberdade incondicional*, *livre-arbítrio*, *determinismo* e *liberdade situada*. Cada uma delas foi explicada sinteticamente, levando em conta seus aspectos mais relevantes.

Ao final da aula, buscamos aproveitar todo o conteúdo desenvolvido para, aí sim, chegarmos a algumas conclusões a respeito da relação entre os conceitos de liberdade e de responsabilidade.

Sabemos que o tema não se esgota aqui, todavia os apontamentos aqui desenvolvidos servirão de boa referência para quem quiser se aprofundar no tema.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 4

Em um determinado município, os recursos naturais configuram-se como atrativos turísticos e o ciclo do turismo ocorre justamente com relação aos efeitos ambientais, sociais e econômicos. Um certo meio de hospedagem integra a infraestrutura turística dessa localidade, porém o gerente não se preocupa com a gestão ambiental local e despeja toda a carga de esgoto gerada no empreendimento em um curso d'água, que é tributário do maior rio e onde se localizam os principais atrativos turísticos. O gestor tem plena consciência de que despejar esgoto *in natura* em um curso d'água pode resultar em contaminação e em consequências graves para todos que têm contato com a água contaminada. Considerando o contexto apresentado e a afirmação “é quando escolho que me torno humano, e escolho não apenas para mim, mas a toda a humanidade” (SARTRE apud GALLO, 2003), faça uma análise crítica utilizando-se dos conceitos de *liberdade* e *responsabilidade*.

Comentário

Você poderia começar a responder analisando a situação, destacando os perigos que um turismo descontrolado pode causar do ponto de vista ambiental, social e econômico. Depois, destacaria o estado de consciência do gestor no ato cometido, mostrando que, ao estar consciente e que conhece os riscos de sua atitude, está praticando atos imorais. Orientando-se pela frase citada no enunciado, você poderia explicar que as escolhas humanas estão diretamente relacionadas com suas consequências e que elas serão compartilhadas entre os diversos atores sociais. Portanto, a liberdade está diretamente ligada à responsabilidade que qualquer ato implica.

Resumo

Liberdade significa independência do sujeito. Ser livre é uma qualidade do humano e, segundo a Ética, essa liberdade é conquistada pela autonomia do sujeito moral. *Sujeito moral* é aquele que age de acordo com sua consciência e sua liberdade. Apresentamos duas posturas distintas do sujeito: uma que se refere ao sujeito autônomo (ou sujeito ativo) e outra, ao sujeito heterônomo (ou sujeito passivo).

É a consciência crítica que discerne o valor moral dos nossos atos. O ato moral envolve liberdade de escolha por parte do sujeito, consciência moral, intencionalidade em praticá-lo, solidariedade para com os outros e responsabilidade. Os atos podem ser normativos ou fatuais. Os normativos estão relacionados com as regras e, portanto, com os deveres. Os fatuais são os atos propriamente ditos, praticados pelo homem. O ato poderá ser considerado moral (quando o ato vai ao encontro das regras), imoral (quando o ato vai de encontro às regras), amoral (quando o ato se realiza à margem das regras, sem referência aos valores e sem consciência da moral) e não moral (quando se usam outros critérios de avaliação que não pertencem à esfera da moral ou quando não há nenhum tipo de moralismo envolvido, significando uma busca pela neutralidade).

Merecem destaque as noções de *liberdade incondicional* (decisão e ação deliberada, independente de quaisquer determinações, sejam elas exteriores ou interiores), *livre-arbítrio* (faculdade que o indivíduo possui de determinar sua própria conduta, de acordo com sua consciência), *determinismo* (doutrina filosófica, baseada no princípio da causalidade, que implica a negação do livre-arbítrio e segundo a qual tudo, no universo, inclusive a vontade humana, está submetido à necessidade) e *liberdade situada* (afirma que a liberdade não se faz no plano teórico, segundo um conceito da liberdade abstrata, nem conforme uma concepção racionalista que privilegie apenas o trabalho da consciência, mas sim a partir da liberdade do sujeito encarnado, situado e como ser de relação).

A *liberdade ética* irá nortear as decisões do sujeito moral em relação a si mesmo e aos outros. Para se alcançar a liberdade, não podemos pautar nossos pensamentos e nossas ações apenas em regras, mas sim na nossa capacidade de reflexão. Ser livre é um ato de voluntariedade, a capacidade de decisão, a partir de nossas próprias concepções, é que nos tornaria libertos das amarras das obrigações e dos deveres, para penetrarmos no complexo – mas possível – caminho das escolhas.

5

Espelho, espelho meu! Individualismo e individualidade

Meta da aula

Apresentar a reflexão filosófica e ética sobre o ideal de bem comum no âmbito da relação entre indivíduo e sociedade, em face das contribuições da Psicanálise e da teoria política.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** definir em que medida se dá a busca do bem comum, apoiando-se nos postulados psicanalíticos e nos da teoria política;
- 2** estabelecer diferenciações entre individualidade e individualismo;
- 3** analisar a política do ponto de vista ético, entendendo a relação entre meios e fins.

Introdução

Você já ouviu falar da figura mitológica grega de Narciso, que deu origem ao termo *narcisismo*? Sabe em quê este mito poderia contribuir para a reflexão filosófica acerca da ideia de tirania do desejo? Pois bem, começaremos a vislumbrar, a partir deste momento, possíveis respostas para essas questões.

O narcisismo e a tirania do desejo

“é que Narciso acha feio o que não é espelho...” (Trecho da letra da música “Sampa”, de Caetano Veloso.)

Narciso (sinônimo de autoadmirador) foi um herói da mitologia grega, conhecido por sua beleza e vaidade. Há diferentes versões desse mito, sendo a mais conhecida a que afirma que Nar-



Figura 5.1: *Narciso*, de Caravaggio (pintor barroco).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Narciso>

ciso, depois de desdenhar dos seus pretendentes masculinos, foi amaldiçoado pelos deuses para amar o primeiro homem que visse. Assim, enquanto caminhava pelos jardins de Eco, defrontou-se com uma lagoa, que espelhou seu reflexo na água. Narciso, então, apaixonou-se profundamente por si próprio e, ao inclinar-se cada vez mais para ver a imagem refletida na água, acabou caindo na lagoa e se afogando.

Outra variante menos conhecida da história afirma que Narciso tinha uma irmã gêmea e que ambos se vestiam identicamente e usavam o mesmo tipo de roupas. Narciso, então, apaixonou-se por ela e, quando ela morreu, consumiu-se de desgosto. Um dia, vendo seu próprio

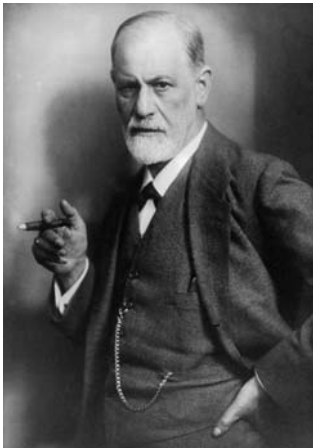
reflexo na água, mas imaginando ser o de sua irmã, quis ir a seu encontro e acabou morrendo afogado.

Narcisismo, portanto, está vinculado à ideia de extrema vaidade pessoal, à insensibilidade, ao individualismo e ao orgulho – já que Narciso também ficava emocionalmente entorpecido com as solicitações daqueles que se apaixonaram por sua beleza.



Narciso ou *Narkissos*, em grego, vem do termo *narkes*, que significa entorpecimento, torpor, inconsciência. A palavra “narcótico”, por exemplo, indica qualquer substância que causa alteração nos sentidos, produzindo narcose, que é o nome dado à alteração do estado de consciência devido à intoxicação por determinadas substâncias (como os narcóticos).

Mas o termo *narcisismo*, do ponto de vista *psicanalítico*, surgiu em 1910, quando Sigmund Freud, o “pai da Psicanálise” – assim conhecido por ter dado esse nome para designar seu método de tratar as doenças mentais –, propôs a existência de uma fase narcísica durante o desenvolvimento do ser humano. Em 1914, no texto *Sobre o narcisismo: uma introdução*, Freud realizou uma elaboração mais aprofundada sobre o tema e inferiu que a escolha objetal (modo de se relacionar com pessoa de outro sexo) se dá primeiramente a partir da busca pelo semelhante, ou seja, de algo que tem referências em si mesmo: o objeto é o próprio “eu”.



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Freud>



Sigismund Schlomo Freud era o nome completo, por ele abreviado, em 1877, de Sigmund Freud. Judeu austríaco, nasceu em Freiberg, Morávia, em 6 de maio de 1856. Era médico neurologista e, por meio do método psicanalítico, procurou uma explicação para a forma de funcionamento do inconsciente. No primeiro tópico de sua teoria, estudou a formação dos sintomas psicossomáticos, principalmente nos casos de histeria. Até então, Freud considerava como instâncias psíquicas o *inconsciente*, o *pré-consciente* e o *consciente*. Posteriormente, voltou seu interesse analítico para o modo como se dava o processo da repressão, passando a adotar os conceitos de *id*, *ego* e *superego*.

O *id* representaria os processos primitivos do pensamento, constituindo, segundo Freud (1969), o reservatório das chamadas pulsões. Desse modo, toda energia envolvida na atividade humana seria advinda do *id*. Inicialmente, considerou que todas essas pulsões seriam de origem sexual ou que atuariam no sentido de autopreservação. Mais tarde, introduziu também o conceito de pulsão de morte, que atuaria no sentido contrário ao das pulsões de agregação e de preservação da vida. O *id* seria responsável pelas demandas mais primitivas e perversas, já o *ego* alternaria entre nossas necessidades primitivas e nossas crenças éticas e morais, sendo a instância na qual se inclui a consciência. O *superego* seria a parte que contra-age ao *id*, uma espécie de “censura”, representando os pensamentos morais e éticos internalizados. Um “eu” saudável proporcionaria a habilidade para adaptar-se à realidade e interagir com o mundo exterior, de um modo que fosse cômodo para o *id* e para o *superego*.

Cabe destacar que Freud escreveu uma obra de grande importância para a interpretação do ser humano. Dentre seus textos, destacamos *Psicologia da vida cotidiana*; *Totem e tabu*; *A interpretação dos sonhos* e *O ego e o id*. Neles, o pai da Psicanálise responsabilizava a repressão da sociedade daquela época, que não permitia a satisfação de alguns sentimentos, considerando-os errados do ponto de vista social e religioso, como um grande dano psíquico ao sujeito, de abrangentes consequências. De acordo com Freud, o desejo sexual é um dos sentimentos mais reprimidos. Naquela época, essa afirmação gerou um grande escândalo na sociedade; entretanto, não demorou muito para que outros psicólogos aderissem à sua ideia, como Jung, Reich e outros. A contribuição do pensamento freudiano se estendeu às Ciências Humanas de forma geral, tendo grande aplicação à área da chamada saúde mental, da pedagogia e das demais ciências sociais. Freud faleceu em Londres, em 23 de setembro de 1939.

O também psicanalista Jacques Lacan (1901-1981) chama essa fase de “fase do espelho”, que é quando a criança (entre os 6 e os 18 meses de idade) reconhece a própria imagem. Esse seria, para ele, o momento de descoberta da identidade.

Lacan (1998) também argumenta que o sujeito que irá emergir é formulado anteriormente, pelas próprias expectativas advindas dos pais (principalmente da mãe). Portanto, o bebê não nasceria como “eu”, mas sim assumiria essa imagem antecipada, identificando-se com ela. A esse movimento denominou “suposição de sujeito”. Isso significa atribuir demasiada importância à presença do “outro”, que participaria como depositário das expectativas e perspectivas dos sonhos mais antigos de seus pais.

É importante ressaltar que, em um primeiro momento, o sujeito é capturado por essa *ímagô* (imagem) criada pelos pais, sendo, em seguida, capturado também por sua própria imagem refletida no espelho, que o alienará para sempre nesse “outro” que é ele mesmo. Dessa maneira, a fase do espelho não consistiria em uma etapa a ser superada, mas seria a experiência em que coloca o “eu” como um “outro”, onde o “eu” e o “tu” se confundiriam.



Jacques-Marie Émile Lacan, psicanalista francês, nasceu em 13 de abril de 1901, em Paris. De médico neurologista, passou à psiquiatria. Após ter contato com a Psicanálise, afirmou, já em 1951, que os pós-freudianos haviam se desviado de seu propósito, propondo, então, um retorno a Freud.

Sua forma de ensinar foi essencialmente oral, por meio de seminários e conferências. Em 1966, foi publicada uma coletânea de 34 artigos e conferências, os *Écrits* (“Escritos”). A partir de 1973, inicia-se a publicação de seus 26 seminários, sob o título “Le Séminaire” (“O Seminário”). Sua primeira intervenção na Psicanálise é para situar o

“eu” como instância de desconhecimento, de ilusão, de alucinação e de sede do narcisismo. É o momento do Estádio do Espelho. O “eu” é situado no registro do imaginário, juntamente com fenô-



menos como o amor, o ódio, a agressividade. Distingue-se do “sujeito do inconsciente”, uma instância simbólica. Lacan (1998) reafirma, então, a divisão do sujeito, pois o “inconsciente” seria autônomo com relação ao “eu”, e é no registro do “inconsciente” que deveríamos situar a ação da Psicanálise. Lacan (1998) se dizia freudiano porque elaborou sua teoria sobre a proposta básica de um retorno a Freud. Já nos últimos momentos de sua vida, Lacan dizia manter com Freud uma transferência negativa. Para o primeiro, a Psicanálise não é uma ciência, uma visão de mundo ou uma filosofia que pretende dar a chave do universo, mas sim uma prática, na qual, a partir do método da livre associação, chegaremos ao núcleo do seu ser. Para tanto, ela é comandada por uma visada particular que é historicamente definida pela elaboração da noção do sujeito. Lacan faleceu na mesma cidade em que nasceu, em 9 de setembro de 1981.

Por meio desse investimento externo sobre o psiquismo, a criança investiria toda a sua libido em si mesma. Essa imagem de completude como “eu ideal” seria uma relação de amor consigo mesmo. E, à medida que se constitui essa imagem de si mesmo, vai sendo cultivada e defendida como uma necessidade de satisfação narcísica, transformando-se na demanda de ser objeto do amor de um “outro”. Então, o narcisismo surgiria e permaneceria dirigido por aquilo que, no corpo ou no psiquismo, é percebido como objeto de desejo do “outro”.

Mas você deve estar se perguntando: Por que toda esta conversa sobre Psicanálise? O que isso tem a ver com Ética? Diríamos que há inúmeros pontos de contato entre essas áreas, pois somos indivíduos dotados de regulações morais internas e externas, mas, tal como vimos na aula anterior, também dotados de desejos e vontades, nem sempre valorizados socialmente. Como informa Chauí (2004, p. 329), no caso da Ética, a descoberta do inconsciente traz consequências graves tanto para as ideias de consciência responsável e vontade livre quanto para os valores morais. A Psicanálise mostraria que somos resultado e expressão de nossa história de vida, marcada por uma sexualidade insatisfeita, que busca satisfações imaginárias, sem jamais poder, de fato, satisfazer-se plenamente.

Portanto, não seríamos autores nem senhores de nossa história, mas efeitos dela. Chauí (2004) ainda comenta que isso nos mostraria também que nossos atos são realizações inconscientes, de motivações que desconhecemos e que repetimos vida afora.

Com efeito, do ponto de vista do inconsciente, mentir, matar, roubar, seduzir, destruir, temer, ambicionar são simplesmente atos amorais, já que o inconsciente desconheceria valores morais.

Assim, em incontáveis ocasiões, comportamentos que a moralidade julga como imorais são, na verdade, realizados como autodefesa do sujeito, que os emprega para defender sua integridade psíquica ameaçada (real ou fantasmagoricamente). E, se são atos moralmente condenáveis, podem, porém, ser psicologicamente necessários. Fica, então, a pergunta: Neste caso, como julgá-los e condená-los moralmente?



Pode-se afirmar que a Psicanálise mostrou que uma das fontes dos sofrimentos psíquicos, causa de doenças e de perturbações mentais e físicas, seria o rigor excessivo do “superego”, isto é, de uma moralidade rígida que produz um ideal do “ego” (valores e fins éticos) irrealizável, torturando psiquicamente aqueles que não conseguem alcançá-lo, por terem sido educados na crença de que esse ideal seria realizável e, mais que isso, obrigatório.

Em outras palavras, em lugar de ética, haveria violência! Por um lado, violência da sociedade que exigiria dos sujeitos padrões de conduta impossíveis de serem realizados e, por outro lado, violência dos sujeitos contra a sociedade, porque apenas transgredindo e desprezando os valores estabelecidos é que poderiam sobreviver.

Resumindo, o argumento dá conta de que, sem uma repressão da sexualidade, não haveria sociedade nem ética, mas a excessiva repressão da sexualidade agiria no sentido contrário,

de destruir, primeiro, a Ética e, posteriormente, a sociedade. Então, o que a Psicanálise propõe seria um novo modelo de moral que serviria para harmonizar, tanto quanto fosse possível, os desejos inconscientes, as formas de satisfazê-los e a vida social. Portanto, essa moral só poderia ocorrer pela consciência e pela vontade livre, ou seja, como já mencionado na aula anterior, *não há moral do desejo; só é moral o ato voluntário*.



Acesse o *site* de busca de textos acadêmicos Scielo, para ler o interessante artigo de Homero Vettorazzo Filho, o espelho, no mito de Narciso, em Machado de Assis e em Guimarães Rosa. *Revista Ide*, São Paulo, v. 30, n. 45, dez. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062007000200017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 ago. 2009.

Indivíduo e a sociedade: em busca do bem comum

Inicialmente, é importante diferenciarmos as noções de individualidade e individualismo. A individualidade diz respeito à consciência de nossa condição solitária. Assim, todos os contatos que estabelecemos com “os outros” são um tanto precários, a ponto de nem sempre sermos tão bem entendidos como gostaríamos. Isso ocorre porque o modo de pensar de cada ser humano é único, e a comunicação nem sempre pode ser estabelecida sem equívocos. Todavia, o ser humano sempre estará, de certa forma, lutando contra a sensação de solidão determinada pela constituição de sua individualidade.

Por outro lado, os processos contrários à individualidade estão ligados, como nos aponta a Psicanálise, à tendência que teríamos de nos aconchegar, num primeiro momento, em nossas mães e, posteriormente, em seus substitutos adultos, ou seja, relacionamentos amorosos, patriotismo, dentre outros. Desse

modo, ao nos colocarmos como defensores do amor e das tendências gregárias que dele resultam, nos posicionamos, quase sempre inconscientemente, com certo individualismo – que significaria, assim, apenas o exercício da individualidade –, o que não é algo negativo.

Porém, aqueles que são favoráveis às causas coletivas se colocam em prol da *individualidade* e contrários ao *individualismo*, geralmente encarado como nocivo ao bem comum, como algo que nos impediria de pensar também no próximo.

O individualismo seria, então, o termo que determina um juízo negativo quando utilizado como sinônimo de egoísmo. O egoísta seria incapaz de manter relacionamentos afetivos e conviver socialmente.

Mas, como mencionamos, também poderíamos definir o individualismo como a capacidade de exercer a sua própria individualidade. Refletindo um pouco mais sobre as sociedades desde a modernidade, percebemos que estamos vivenciando um momento histórico no qual vem crescendo a tendência ao individualismo. Os avanços tecnológicos, por exemplo, nos levam a passar cada vez mais tempo em atividades solitárias, desde os primeiros anos de vida. Por mais que haja interação entre sujeitos na rede, muito também tem havido de isolamento.

Algumas ponderações sobre os avanços tecnológicos, o sujeito isolado e o sujeito em rede



Durante a década de 1990, a comunicação mediada pela internet, juntamente com os novos progressos em telecomunicações e computação, provocou vários debates sobre suas influências na sociedade. Talvez surgisse, daí, um novo modelo social, caracterizado, singularmente, pelas tecnologias da informação e por uma lógica própria de relações, que tornaria a sociedade agora “interativa”.

Uma das questões mais relevantes a respeito da dimensão social da internet é a que o sociólogo Manuel

Castells, no primeiro volume do livro *A sociedade em rede*, que compõe sua trilogia sobre a Era da Informação, descreve como sendo aquela que dominou o período: “A Internet favorece a criação de novas comunidades, comunidades virtuais, ou, pelo contrário, está induzindo ao isolamento pessoal, cortando os laços das pessoas com a sociedade e, por fim, com o mundo ‘real’?” (2003, p. 442).

Tal questionamento, tão pertinente ainda hoje, se mantém como uma espécie de divisor de águas. Segundo alguns autores entusiastas da tecnologia, um novo modo de produção social, calcado nas comunidades *online*, estaria surgindo, bem como novas formas de sociabilidade e de vida adaptada ao ambiente tecnológico. Por outro lado, críticos sociais alertam para uma possível “desumanização” das relações sociais, na medida em que acabam gerando uma espécie de vida paralela à “real”. Além disso, algumas pesquisas da área de Psicologia indicam que “o uso da Internet aumenta as chances de solidão, alienação ou mesmo depressão” (CASTELLS, 2003, p. 443), e esse uso também está associado à ausência do convívio e ao declínio da comunicação entre membros da família, no lar, e à redução do ciclo social.

Todavia, indivíduo e sociedade não se opõem. Um depende do outro para se produzir. Tanto o indivíduo é uma construção social quanto a sociedade é uma construção dos indivíduos. Então, o que está em jogo é o fato de esse indivíduo moderno, cuja subjetividade tem como marca principal o isolamento, poder ou querer ser também criador de um espaço propenso a vivências coletivas no mundo contemporâneo. Não que o ambiente virtual opere uma espécie de milagre, a ponto de restaurar fragmentos separados por tanto tempo, muito menos que o sujeito aprenda a se relacionar de modo diferente a partir da rede (Internet). Contudo, parece possível que o ambiente virtual favoreça um outro modo de se experimentar formas de interação, sem que se precise, com isso, anular a individualidade (Trecho extraído de GODOY, 2009).

Cabe ressaltar que o ser humano está em

constante mudança. Ao mesmo tempo que tende a um certo egoísmo, há nele também uma tendência em sair do egocentrismo, por sua necessidade de pertencer a um grupo social (família, escola, trabalho etc.).



Bem comum e desejos individuais

Para conseguirmos entender a busca pelo bem comum e seu conflito com os desejos e as vontades individuais, devemos retornar a Chauí (2004). A autora informa que, diferentemente dos gregos, que definiram o homem como animal político, e diferentemente dos medievais, que definiram o homem como ser sociável, a economia política define o homem como indivíduo que busca a satisfação de suas necessidades, consumindo o que a natureza lhe oferece ou trabalhando para obter riquezas e bem-estar. E, por ser mais vantajosa aos indivíduos a vida em comum, pactuam para criar a sociedade e o Estado.

As ideias de Estado, de natureza e de direito natural conduziriam a duas noções essenciais em relação à economia política: a noção de ordem natural racional, que garante a todos os indivíduos a satisfação de suas necessidades e seu bem-estar; e a noção de que, seja por bondade natural, seja por egoísmo, os homens agiriam em seu próprio benefício e interesse e, assim fazendo, contribuiriam para o bem coletivo ou social. Então, a propriedade privada é natural e útil socialmente, além de legítima moralmente, porque estimularia o trabalho e combate ao vício da preguiça.

Por outro lado, a economia política buscará as leis dos fenômenos econômicos na natureza humana e os efeitos das causas econômicas sobre a vida social. Isso porque a ordem natural é racional e os seres humanos possuiriam liberdade natural. Para tanto, a economia política deverá garantir que a racionalidade natural e a liberdade humana se realizem por si mesmas, sem entraves e sem limites.

Podemos entender, desta forma, que, para se manterem vivos, os indivíduos em sociedade buscam formas de convivência social. Apesar de possuírem desejos e vontades, compreenderam historicamente que, até mesmo para a realização de sua individualidade, devem caminhar para a busca do bem comum. O Estado surge, então, como a representação do “grande pai”, “protetor” – o que deu origem ao assistencialismo e, em última instância, ao autoritarismo. Conversaremos mais sobre a relação entre Ética e política no tópico seguinte.



Atividade

Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Comente as contribuições dos postulados psicanalíticos e da teoria política para o entendimento da busca das sociedades humanas pelo bem comum e as possíveis relações com o binômio individualidade-individualismo.

Comentário

Você deverá destacar que todo indivíduo em sociedade, apesar dos apelos ético-morais, possui interesses pessoais; que o processo de construção de um indivíduo se dá na esfera social externa, mas também na esfera social interna. À medida que se desenvolve, tem obrigações morais para com a sociedade, as quais dizem respeito ao bem comum. Mas é preciso que o indivíduo tenha a sua individualidade resolvida para que não recorra ao individualismo, no sentido negativo do termo. O individualismo está ligado a concepções ególatras e, portanto, egoísticas, enquanto a noção de individualidade é marcada pela consciência individual.

A relação entre a Ética e a política

De acordo com Chauí (2004), se a política tem como finalidade a vida justa e feliz, ou seja, a vida propriamente humana digna de seres livres, então ela seria inseparável da Ética. Para os gregos, era inconcebível que a Ética ficasse fora da comunidade política. A Ética da política, contudo, não é a mesma Ética da vida pessoal.

Todavia, tendo a política como objetivo último o bem comum, há de estabelecer um equilíbrio entre as vontades e os desejos pessoais, para não prejudicarmos o interesse público (coletivo). Assim, necessitamos retornar aos princípios éticos aos quais dizem respeito os direitos consagrados na Declaração dos Direitos Humanos de 1948, que, de forma mais geral, nos informam que não se pode e não se deve matar e roubar.

Um sociólogo alemão pensou com grande destaque a relação entre Ética e política: Max Weber (1864-1920). Fundamentalmente, para Weber, há dois tipos de Ética, quais sejam, a “Ética da convicção” e a “Ética da responsabilidade”. Sendo assim, o sociólogo coloca que há uma diferença ética entre “viver da política” e “viver para a política”, e ela estaria na raiz das motivações políticas.

Então, na chamada *racionalidade weberiana*, é possível perceber que a ação social (toda conduta humana que interage com os outros e consigo mesmo, gerando interferências) em relação à política pode se dar em duas dimensões, quais sejam, a “ação racional com relação aos fins” e a “ação racional orientada por valores”. A primeira estaria relacionada a um cálculo estritamente racional, ou seja, às atividades científicas e econômicas; e a segunda, mesmo pensada ainda como um cálculo racional, seria “orientada”, principalmente, por valores ou convicções políticas, religiosas, morais ou ideológicas.

Desse modo, a “Ética da responsabilidade” seria mais pública/coletiva, isto é, diria respeito ao compromisso ético que deve ser assumido pelo político na função de gestor público ou legislador. Para tanto, a compreensão weberiana dá conta de que, nesse caso, estaria em jogo a “responsabilidade” do político

em detrimento de suas próprias convicções e valores morais. Por sua vez, a “Ética da convicção” está submetida, geralmente, ao nível individual, podendo ser representada por seu compromisso ideológico e partidário.

Entretanto, a “Ética da responsabilidade” é desvirtuada da perspectiva weberiana, quando os “fins justificam os meios”, ou seja, quando o político age em nome da coletividade, mas, na prática, comete um ato de lesa-pátria. Esta compreensão equivocada articula essa prática ao que se convencionou chamar de “maquiavelismo”, derivação vulgar do pensamento de Nicolau Maquiavel.



Figura 5.2: Escultura de Maquiavel.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Nicolau_Maquiavel

Nicolau Maquiavel nasceu em 3 de maio de 1469, em Florença, Itália. É considerado fundador da Ciência Política Moderna, tendo como marca principal o fato de não idealizar o Estado, nem dizer como deveria ser, mas sim de descrevê-lo como realmente é. Sua obra mais conhecida é *O Príncipe*, na qual defende a monarquia como forma de governo, criando dois conceitos fundamentais: *virtù* (“inteligência política”) e *fortuna* (“sorte”). Por ter recebido muitas críticas, sua produção teórica sofreu alguma depreciação, embora nunca tenha deixado de ser re-

ferência. Tem-se comumente a ideia de que um ser “maquiavélico” é alguém que demonstra esperteza, astúcia, uso de estratégia – acepções essas derivadas da concepção teórica apresentada por Maquiavel.

Mas, de acordo com o postulado weberiano, a proposta política mais adequada é o equilíbrio entre a “responsabilidade” e a “convicção”. O autor, em uma passagem a respeito, afirma o seguinte:

Perturbo-me, ao contrário, muito profundamente, diante da atitude de um homem maduro – seja velho ou jovem – que se sente, de fato com toda a alma, responsável pelas conseqüências de seus atos e que, praticando a ética da responsabilidade, chega, em certo momento, a declarar: “Não posso agir de outro modo; detenho-me aqui”. Tal atitude é autenticamente humana comovedora. Cada um de nós que não tenha ainda a alma completamente morta poderá vir a encontrar-se em tal situação. Vimos assim que a ética da convicção e a ética da responsabilidade não se contrapõem, mas se complementam e, em conjunto, formam um homem autêntico, isto é, um homem que pode aspirar à “vocaçao política” (WEBER, 2002, p. 121-22).

Os fins públicos, então, devem encaminhar a conduta política, devendo, dessa maneira, evitar desvios éticos. No entanto, percebemos inúmeras vezes que “a oportunidade faz o ladrão”; isto é, o mundo burocrático (que também é um dos motivos de receio por parte de Weber (2002), quando afirma que a grande preocupação seria a “ditadura burocrática”) estimula uma relação espúria entre os diversos agentes públicos. Essa relação, conhecida comumente pela expressão “criam-se dificuldades para vender facilidades”, está intimamente ligada às práticas da corrupção.

No Brasil, políticos e empresários se articulam historicamente em torno de interesses particulares, desconsiderando o bem público. A articulação se dá em função das benesses estatais e garante financiamento de campanhas eleitorais. Dessa maneira, fica explicada a pesada estrutura burocrática e o corporativismo político e sindical existente no país, já que são condições necessárias para que a corrupção funcione em caráter endêmico e cumplicie muitos atores em cadeia. Com efeito, há pressões para que aqueles que deveriam ter responsabilidade ética se ca-

lem ou sejam escanteados, criando uma grande sensação de impunidade, como vemos nas diversas comissões parlamentares de inquérito – conhecidas pela sigla CPI –, quando há a afirmação debochada de que “tudo acabou em pizza”

Nesse sentido, do ponto vista ético dos fins públicos, é preciso recuperar o interesse político da sociedade, ou seja, construir uma comunidade política e, como diria Weber (2002), religar os ideais políticos com a ação pública, ou seja, a “Ética da convicção” à “Ética da responsabilidade”.

Conclusão

Pretendemos que você tenha compreendido a importância de refletir sobre a relação entre indivíduo e sociedade, a partir das contribuições da Psicanálise e da teoria política. Esse estudo nos capacita para entender como o processo de desenvolvimento humano inclui as esferas familiares e sociais de forma articulada e que não somos um “todo racional”, nem um “animal selvagem”, mas sim um complexo que inclui “emoção” e “razão”. Não obstante, há a pressão social, ou seja, há a moral que nos condiciona.

Essa pressão social surge já no ambiente familiar, trazendo modelos e padrões do que devemos ser, mas esse ambiente é representado como o da “proteção”, no qual podemos, em tese, ser como realmente somos. Na medida em que começamos a enfrentar o mundo, começamos a perceber que devemos abrir mão de boa parte dos nossos interesses individualistas (desejos e vontades) em nome de uma causa maior, o bem comum.

Desse modo, começam a surgir os problemas no âmbito individual e coletivo, fazendo com que o indivíduo tente conjugar suas próprias questões com as da sociedade em que vive. Isso não significa que seja anulada sua individualidade, mas também não quer dizer que as “paixões” e os “interesses pessoais” devam sempre prevalecer em detrimento do bem comum. Entretanto, há uma questão ética central nesse conflito: como garantir o bem comum a todos e da mesma forma? Essa seria uma utopia,

se encarada como uma premissa absoluta; contudo, é perfeitamente possível exercer o bem comum quando nos entendemos como sujeitos sociais.

Portanto, é fundamental refletirmos sobre a relação entre Ética e política, para que possamos, inclusive, entender de que maneira poderemos conduzir o exercício de nossa profissão.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

De que modo você analisaria as políticas de Desenvolvimento do Turismo Regional no Brasil, tendo como base o tópico “A relação entre a Ética e a política”? Leia o trecho a seguir e comente-o:

Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional

O Planejamento Integrado e Participativo deve ser elaborado e implementado em cada região turística das Unidades da Federação.

De modo geral, todo planejamento estratégico busca, a partir da análise do presente, definir ações que terão influência no futuro, para que sejam atingidos os objetivos propostos. Dessa forma, leva em consideração, principalmente, as consequências futuras das ações tomadas no presente.

Por planejamento estratégico entende-se, então, um processo de gestão de ações e empreendimentos, estabelecidos a partir de um processo decisório sistematizado, voltados e comprometidos com estratégias definidas para o alcance do objetivo futuro.

O produto resultante do planejamento estratégico no caso específico do Programa é o documento denominado Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional. Esse Plano estabelecerá a visão de futuro desejada pela região no que diz respeito ao turismo, composto por ações de curto, médio e longo prazo, projetos, parceiros e possíveis entidades financiadoras dos mesmos.

Na esfera do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, a integração e participação funcionam como instrumentos estratégicos de planejamento.

O objetivo é dotar as regiões turísticas de instrumentos e mecanismos apropriados para garantir o desenvolvimento do potencial turístico de forma sustentável, do ponto de vista social, cultural, político, econômico e ambiental. Também se propõe a fortalecer e desenvolver as instituições envolvidas a partir da sistematização e do ordenamento da atividade turística empreendida na região.

O planejamento deve respeitar as diferenças e peculiaridades da região, permitindo que cada uma possa conceber seu Plano Estratégico, criando um modelo próprio de desenvolvimento turístico. O Plano Estratégico representa, pois, o principal instrumento de orientação, diálogo e negociação entre o órgão executor e os demais envolvidos (BRASIL, 2007).

Comentário

Você deveria ser capaz de compreender como a questão da Ética está articulada ao fazer político no Brasil e, em particular, às políticas de desenvolvimento do turismo, que deverão estar comprometidas, por exemplo, com aspectos como a sustentabilidade de uma região dos pontos de vista social, cultural, político, econômico e ambiental. É importante também salientar que a política deve ser encarada essencialmente como um meio para se chegar ao bem comum.

Resumo

O narcisismo é um componente inerente ao desenvolvimento da libido, agindo como um complemento da pulsão de “autopreservação”, que, em certa medida, pode ser atribuída a toda criatura viva (FREUD, 1969). O autor postula que essa herança do desejo parental seria constitutiva do indivíduo e formadora de um “eu”, já que o narcisismo seria uma operação que se organizaria em torno dele, possibilitando a primeira unificação das pulsões sexuais em torno do “eu”. É possível fazer uma correspondência

da passagem do autoerotismo ao narcisismo com o que Lacan (1998) chama de “fase do espelho”. Para tanto, também enfatizou que o investimento da mãe, o olhar relacionado à imagem do filho que gostaria de ter, anteciparia um sujeito que ainda está por ser constituído. Desse modo, o adulto é quem asseguraria que essa imagem semelhante à dos outros é da criança, ou seja, é assim que ela seria reconhecida. O adulto, então, seria aquele que articularia tal promessa, afirmando que essa imagem o mostraria como “um a mais” entre seus semelhantes.

A imagem, inicialmente, responderia às leis do “outro”, que introduz o princípio de alteridade, porque o semelhante é, ao mesmo tempo, “outro”, assim como o “ego” também é “outro”. O argumento dá conta de que, sem a repressão da sexualidade, não haveria sociedade nem ética, mas a excessiva repressão da sexualidade agiria no sentido de destruir, primeiro, a Ética e, posteriormente, a sociedade. Então, o que a Psicanálise propõe é um novo modelo de moral sexual que serviria para harmonizar, tanto quanto possível, os desejos inconscientes, as formas de satisfazê-los e a vida social. A individualidade diz respeito à consciência de nossa condição solitária. Assim, todos os contatos que estabelecemos com “os outros” são um tanto precários, a ponto de nem sempre sermos tão bem entendidos como gostaríamos. Isso porque o modo de pensar de cada ser humano é único, e a comunicação nem sempre pode ser estabelecida. Todavia, ainda estamos lutando contra a sensação de solidão determinada pela constituição da nossa individualidade. O individualismo seria, então, o termo que determina um juízo negativo quando utilizado como sinônimo de egoísmo. O egoísta seria incapaz de manter relacionamentos afetivos e conviver socialmente.

6

Um pouco mais de Filosofia: diferentes concepções éticas para se compreender o mundo

Meta da aula

Retomar os postulados teórico-filosóficos apresentados nas unidades anteriores e incorporar novas questões relacionadas à Ética na atualidade.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** reconhecer a Ética como uma construção teórica;
- 2** avaliar de que maneira a Ética pode ser apropriada no discurso teológico;
- 3** definir em que medida as concepções moderna e contemporânea superam os postulados antigos e medievais em relação à Ética.

Pré-requisito

Para melhor compreensão desta aula, releia, na Aula 3, os tópicos “O corpo como decadência moral: a concepção platônica” e o box explicativo sobre a “Alegoria da caverna”.

Introdução

Este é o momento de recuperarmos teoricamente o que já apreendemos até aqui. Iremos retomar, de forma mais sintética, alguns conceitos e postulados teóricos apresentados no decorrer das aulas anteriores. Por esta razão, alguns pensadores reaparecerão, mas o intuito será o de trazer elementos que ajudem na elaboração de um quadro de ideias sobre a Ética, pois o nosso grande desafio não é achar respostas definitivas, mas sim continuarmos a nos questionar. Esta é a base da Filosofia. Poderíamos dizer, sem querermos ser “racionalistas”, que refletir, pensar e repensar são atividades fundamentalmente humanas. Então, vamos continuar nossa caminhada?

A Ética na Antiguidade Clássica: a caminhada de Sócrates, Platão e Aristóteles

Voltemos ao princípio, isto é, ao tempo da Antiguidade Clássica, mais precisamente à Grécia Antiga – berço da civilização ocidental, que nos deu as “chaves” de entendimento do mundo, que nos servem até hoje. Com relação à Ética, podemos perceber uma série de reflexões sobre a condição humana; sendo assim, muitos temas surgem, como o que é ser livre, sobre o amor, o fazer político, os valores morais e o desejo. Desse modo, compreender a história da Ética é compreender a história da Filosofia, pois estamos falando das regras, das normas, ou seja, das regulações sociais, culturais e históricas que conduzem o desenvolvimento humano.

Em relação a essa afirmação, SánchezVásquez (2000) afirma que a Ética seria teórica e reflexiva, ou seja, uma construção conceitual, mas também uma ação que exigira a reflexão por parte do indivíduo. Conforme Chauí (2004), é com Sócrates, Platão e Aristóteles que a Ética (ou a Filosofia Moral) tem início no Ocidente.

Como vimos na Aula 1, Aristóteles subordina a Ética à política, pois acreditava que na monarquia e na aristocracia se encontraria o que chamou de “alta virtude”, entendendo-a como um privilégio que deverá ser concedido a um número reduzido de indivíduos. Portanto, em seu postulado teórico, a Ética estaria em conformidade com a ordem vigente, isto é, Aristóteles defendia que o governo (o poder político) fosse concedido às elites, pois elas estariam mais preparadas para seu exercício.

Por outro lado, o pensamento aristotélico dá conta de que nossa prática ética é representada por nossas próprias ações, mas que a busca do ser humano deve ter como finalidade uma atitude “boa” ou “virtuosa”. Na clássica obra já citada nas aulas anteriores *Ética a Nicômaco*, vimos que a ação e a finalidade são inseparáveis.

Desse modo, para os gregos, a Ética era inconcebível fora da comunidade política. A *polis* era entendida como *koinonia* ou “comunidade dos iguais”, pois nela a natureza ou essência humana encontrava a sua mais alta realização. Assim, quando estudamos a Ética, percebemos que o pensamento aristotélico fazia uma distinção entre *poiesis* e *praxis*. Vale ressaltar que ele reservou à práxis um lugar mais alto do que à “fabricação”, definindo-a como uma ação voluntária de um agente racional que objetiva um fim considerado “bom”. Para Aristóteles, a *praxis* por excelência é a política (CHAUÍ, 2004).



Por outro lado, Platão identificou a justiça no indivíduo e a justiça na pólis. Platão atribuiu aos seus conceitos ético-políticos o estatuto de “ideias” (Justiça, Bondade, Bem, Beleza, entre outros), entendendo-os como eternos e presentes na alma de todos os homens. Para tanto, a sua validade independeria das opiniões que cada um tivesse sobre eles. Platão postula que a Justiça consistiria no perfeito ordenamento das “três almas” e das respectivas virtudes que lhe seriam próprias, as quais seriam guiadas sempre pela razão, sendo que a felicidade seria a base desse equilíbrio.

E é em sua importante obra, *Fédon*, que expõe o seu pensamento sobre a alma, que não se limitaria a ser entendida como o princípio da vida, mas também como o princípio de conhecimento. Com efeito, a alma seria uma substância independente do corpo (eterna), que se uniria a ele de modo acidental e temporário.

Platão defende que praticar a justiça e praticar a virtude seriam a busca da verdade. Assim, a *alma racional* receberia ajuda da sabedoria. Por sua vez, a *alma irascível* receberia ajuda da fortaleza e a *alma concupiscível*, ajuda da temperança, sendo que a justiça controlaria as relações entre as três, porque o maior pecado seria a injustiça, sendo que quem a fizesse praticaria um mal maior a si mesmo do que a quem é vítima.

A Ética de Platão seria, assim, a consequência de sua concepção dos “dois mundos” (releia o Mito da caverna, apresentado na Aula 3), quais sejam: o “sensível” ou “material”, que seria o das “sombras”; e o “suprassensível” ou “ideal”, que seria o “verdadeiro”. Com efeito, as virtudes tradicionais dos gregos, tais como saúde física, beleza, riqueza e prazeres, são entendidas como ilusórias. Por essa razão, o sábio deverá desconsiderar os valores corporais, buscando os valores da alma, no sentido de libertá-la dos laços que a prendem, e alcançar a purificação, o que lhe possibilitará chegar à contemplação das “ideias”.

Desse modo, fica mais fácil compreender que a política foi uma criação grega e também romana. Obviamente que, antes dos gregos e dos romanos, havia o exercício do poder e do governo. Entretanto, a característica do poder era a identificação entre o ocupante do poder e o próprio poder, isto é, o governante era o próprio poder.

Gregos e romanos criaram a política, que representa um espaço no qual o poder existe por meio de leis. E essas leis, em tese, não se identificariam com a vontade dos governantes, mas exprimiriam uma vontade coletiva que se manifestaria em público, nas assembleias, mediante deliberação, discussão e voto. Ou seja, os gregos e os romanos submeteram o poder a um conjunto de instituições e a um conjunto de práticas que fizeram dele algo público,

que concernia à totalidade dos cidadãos, e que era discutida, deliberada e votada por eles. Desse modo, criaram o que atualmente chamamos de esfera pública, ou seja, ninguém se identifica com o poder; a vontade de ninguém é lei, portanto, a autoridade é coletiva, pública, é aquilo que constituiria o cidadão.

Concluindo, podemos afirmar que os gregos e, posteriormente, os romanos distinguiram com muita clareza a autoridade política ou autoridade pública da autoridade privada. Não por acaso a autoridade privada tem um nome muito especial: em grego, o chefe de família, aquele que detém a autoridade do espaço privado (e detém esta autoridade exclusivamente por sua vontade – sendo a vontade dele lei), é chamado de *despotes*.

Nesse sentido, a autoridade exercida no espaço privado da família é a autoridade do *despotes* (a autoridade absoluta de vida e morte sobre todos os membros da família), ou seja, a autoridade no espaço privado poderia ser denominada “despótica”. A ideia é que na política não se pode misturar o espaço público com o privado, sob pena de se criar uma autoridade despótica, fazendo com que a ação política do coletivo, ou seja, a própria política, não tenha a possibilidade de ser realizada.

A Ética na Idade Média: conversando com Santo Agostinho e São Tomás de Aquino

Podemos dizer que a Ética no mundo medieval é, em certo sentido, herdeira filosófica das concepções gregas. Iremos ver que grande parte de seus postulados está ancorada em uma espécie de adaptações do pensamento filosófico, principalmente de Sócrates, Platão e Aristóteles.

Assim, a elaboração conceitual dos problemas filosóficos (em geral) e morais (em particular) aproveitou-se da herança da Antiguidade, submetendo os pensadores gregos a um processo de cristianização, o que transparece especialmente na ética de Santo Agostinho (354-430) e, posteriormente, em São Tomás de Aquino (1226-1274).



Santo Agostinho – indubitavelmente o filósofo mais relevante desde Platão e Aristóteles, devido à sua criatividade e originalidade – é um pensador do final do período antigo, ainda profundamente ligado aos clássicos, mas já refletindo, em sua visão de mundo e em suas preocupações, as grandes mudanças pelas quais passa sua época e renunciando o papel que o Cristianismo terá na formação da cultura ocidental, para o que contribui de forma decisiva. Sua influência na elaboração e consolidação da Filosofia Cristã na Idade Média, até a redescoberta do pensamento de Aristóteles no século XIII, foi imensa e sem rival. A justaposição que elaborou entre a filosofia platônica, que conhecia por intermédio dos intérpretes da escola de Alexandria e de traduções latinas, e o Cristianismo constitui a primeira grande aproximação entre o pensamento cristão e a filosofia grega: o assim chamado platonismo cristão. Sua influência filosófica e teológica estendeu-se até o período moderno, chegando ao século XVII, conhecido como o “século de Agostinho” (MARCONDES, 1998, p. 109-110).

São Tomás de Aquino – o seu pensamento teve imensa influência em sua época, estendendo-se mesmo até o período contemporâneo – foi um pensador de grande criatividade e originalidade, que desenvolveu uma filosofia própria em um sentido fortemente sistemático, tratando praticamente de todas as grandes questões da Filosofia e da Teologia de sua época, bem como tomando Aristóteles – e não mais o platonismo e o agostianismo como até então se fazia – como ponto de partida para a elaboração de seu sistema. São Tomás mostra, então, que a Filosofia de Aristóteles é perfeitamente compatível com o Cristianismo, abrindo, assim, uma nova alternativa para o desenvolvimento da Filosofia Cristã (MARCONDES, 1998, p. 126).

Com efeito, a purificação da alma, em Platão, e a sua ascensão libertadora, até elevar-se à contemplação das ideias, transformaram-se, em Santo Agostinho, na elevação ascética até a figura de Deus, culminando no êxtase místico ou na felicidade, que não poderia ser alcançada neste mundo. Porém, Santo

Agostinho se afasta do pensamento grego antigo ao sublinhar o valor da experiência pessoal, da interioridade, da vontade e do amor. Vale ressaltar que a ética agostiniana se contrapõe, assim, ao racionalismo ético dos gregos.

Desse modo, a **Ética Tomista** coincidiria, em linhas gerais, com a de Aristóteles, quando cristianiza a sua moral como sua Filosofia. A figura divina, para São Tomás, seria o bem objetivo ou fim supremo, cuja posse causa gozo ou felicidade, que seria um bem subjetivo, afastando-se neste momento de Aristóteles, para quem a felicidade é o fim último. Entretanto, como em Aristóteles, a contemplação, o conhecimento, enquanto visão de Deus, seriam o meio mais adequado para alcançar este fim último e, por este aspecto intelectualista, aproximar-se-ia do pensamento aristotélico (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2000, p. 246).

A religião cristã, como originária do Judaísmo, surge e se desenvolve no contexto helênico, e é precisamente da síntese entre o Judaísmo, o Cristianismo e a cultura grega que se origina a tradição cultural ocidental de que somos herdeiros. Por essa razão, é de grande importância entendermos o processo de mediação que leva à formação dessa tradição, assim como ao papel da Filosofia (MARCONDES, 1998, p. 105).

Desse modo, com o Cristianismo, por intermédio de São Tomás de Aquino e Santo Agostinho, o ideal filosófico dos gregos relacionado à *polis* e à sociabilidade humana perdeu força para a ideia de que o único comportamento realmente virtuoso estaria relacionado com Deus. Portanto, a figura divina foi considerada a única mediadora entre os indivíduos, sendo as principais virtudes fé, esperança e caridade.

Ética Tomista, ou Tomismo

Doutrina filosófica inaugurada por São Tomás de Aquino, que emprestou o nome a essa parte da Filosofia Moral. Foi adotada pela Igreja Católica com o objetivo de conciliar os postulados aristotélicos e neoplatônicos à Filosofia Moral-Cristã, advinda dos textos bíblicos (Sagradas Escrituras). Também conhecida como Escolástica, esta visão filosófica constituiu um grande marco no pensamento ocidental, tendo sido realizada no período medieval, no qual a fé religiosa cristã se encontrou com a reflexão filosófica.

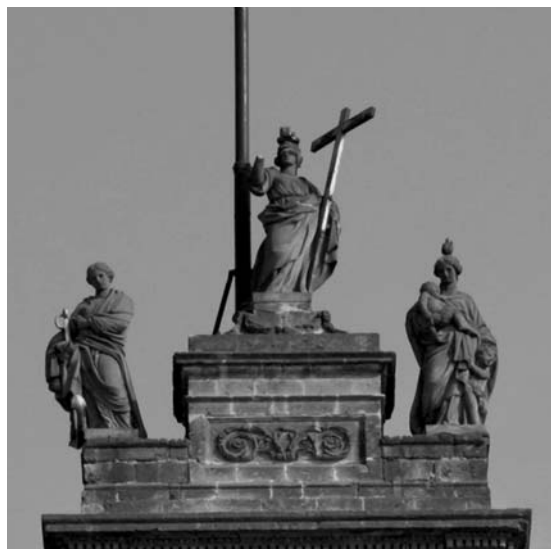


Figura 6.1: A fé, a esperança e a caridade representadas na escultura de Manuel Tolsá, Catedral do México.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Fe_esperanza_y_caridad.jpg



Para tentarmos entender melhor esse postulado, podemos afirmar que a religião cristã está articulada com a Ética, a partir do pressuposto do “livre-arbítrio”. Entretanto, o princípio da liberdade para a moral cristã está dirigido para o “mal”, ou seja, para o “pecado”. Isso porque o ser humano é, em sua essência, um pecador e, conseqüentemente, dividido entre o “bem” e o “mal”. Para atingir o ideal cristão, que seria a grande busca do ser humano (e do cristão, em particular), o comportamento ideal é aquele que está em consonância com as leis divinas. De acordo com o Tomismo, então, a Ética estabeleceria três tipos de conduta: moral ou ética (com base no dever), a imoral ou antiética e a indiferente à Moral (amoral).

Vale ressaltar que o Cristianismo se tornou a religião oficial de Roma (século IV), impondo o seu predomínio durante dez séculos. Seguiu-se, à decadência do chamado mundo antigo, uma série de transformações. A escravidão cedeu o seu lugar ao regime de servidão e, sobre sua base, organizou-se esta “nova” sociedade, enquanto um sistema de dependências e de vassalagens que lhe conferiu um aspecto estratificado e hierárquico no mundo medieval. Nesta sociedade, a religião cristã ganhou um enorme poder espiritual e monopolizou toda a vida intelectual. A moral concreta, efetiva, e a ética como doutrina moral estão impregnadas uma na outra. Vamos encontrar conteúdo religioso em todas as manifestações da vida medieval.

Nesse sentido, a Ética Cristã é constituída por um conjunto de verdades reveladas acerca de Deus, assim como das relações do ser humano com o seu criador e do modo de vida prático

que o ser humano deveria seguir para obter a salvação no outro mundo, ou seja, é o ideal da “salvação divina”. Para tanto, Deus é considerado o “supremo criador do universo” e também do ser humano, que, como o postulado cristão afirma, foi criado segundo à Sua imagem e semelhança. Este “criador supremo” possuiria poderes extra-humanos e, por esta razão, o homem não poderia compreendê-lo. Seria preciso, então, ter “fé”, acreditar em Sua onisciência, onipotência e onipresença, e guiar sua conduta pessoal e social por Suas leis para garantir a chegada *post mortem* ao paraíso.



A Ética Cristã medieval não condena a desigualdade social, chegando, inclusive, a justificá-la. A igualdade e a justiça seriam transferidas para um mundo ideal, enquanto no mundo real se manteria e se sancionaria a desigualdade social. Na Idade Média, a igualdade só poderia ser espiritual. Por essa razão, podemos dizer que a mensagem cristã possui um conteúdo essencialmente moral. Todavia, a Ética Cristã tenderia a regular o comportamento dos seres humanos com vistas a outro mundo (a uma ordem sobrenatural), colocando o seu fim ou valor supremo fora do ser humano, ou seja, na figura de Deus (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2000, p. 245).

Com relação à política, o espaço público no Cristianismo é recusado em nome do espaço privado, do recinto, do coração e da consciência, sendo que todas as metáforas e palavras que indicam a autoridade no mundo cristão pertencem ao espaço privado, ou seja, é o “pai”, é o “senhor”, é o “pastor”, o “rebanho”. Assim, o poder cristão ou daquilo que poderíamos denominar *o poder teológico-político* se dá na esfera privada; portanto, o espaço do poder é um espaço privado, sendo fundamental a pessoa do governante.

duta racional (razão/reflexão). Os gregos defendiam a esfera pública. O fazer político era fundamental na conduta do indivíduo, diferentemente das concepções medievais presentes em Santo Agostinho e, posteriormente, em São Tomás de Aquino, que mantiveram o conteúdo moral, mas excluíram a esfera pública. O comportamento ético adequado seria, então, a harmonização da relação com a figura divina cristã, Deus.

O universo ético no mundo moderno e contemporâneo

“Até agora os filósofos se limitaram a interpretar o mundo. Cabe-lhes agora transformá-lo” (Karl Marx, 11ª Tese sobre Feuerbach, in *Teses sobre Feuerbach*).

Até aqui, você pôde observar que o caminho feito pela Filosofia em direção à Ética tanto no mundo antigo (grego e romano) quanto no medieval (europeu), propõe o controle moral do indivíduo. Os postulados, em geral, procuram estabelecer uma boa conduta social, definindo critérios e comportamentos para o alcance de uma melhor convivência e manutenção do *status quo*, ou seja, da ordem estabelecida. Contudo, é a partir da Idade Moderna que as bases desse pensamento moral são profundamente abaladas, principalmente com a relevante contribuição do economista e filósofo Karl Marx.

Não obstante, é com o Renascimento e a chegada da Idade Moderna, juntamente com a criação da imprensa, que se dá o re-estudo do mundo antigo, a difusão da cultura – na Idade Média, quase todos os letrados ou simplesmente alfabetizados eram clérigos –, o enriquecimento da burguesia. E, com o fortalecimento dos Estados nacionais, surgiram novos estudos morais, tanto sobre os aspectos individuais quanto sobre os sociais e estatais, sendo nesse contexto histórico que são produzidas obras de Nicolau Maquiavel, Jean-Jacques Rousseau, Baruch de Spinoza e Immanuel Kant.

A Ética moderna colocaria em voga, então, o conceito de que os seres humanos deveriam ser tratados sempre como fim da ação, e nunca como meio para alcançar seus interesses. Tal tese é fortemente definida por Immanuel Kant, um dos principais filósofos da modernidade. Segundo ele, para nos tornarmos seres morais, seria necessário nos submetemos ao dever. Vale ressaltar que tal postulado descende da Idade Média, pois é nessa época que os cristãos difundiram a ideologia de que o homem era incapaz de realizar o “bem” por si próprio.

Por outro lado, o universo ético que pode ser entendido como contemporâneo nos informa que o conceito de Ética teria se fundido com as correntes de pensamento *praxista* e *programática*. Na visão da “Ética Praxista”, o homem teria a capacidade de julgar, sendo que ele não seria totalmente determinado pelas leis da natureza, nem possuiria uma consciência totalmente livre. O homem teria uma corresponsabilidade em relação às suas ações e, com raízes na apropriação de coisas e espaços, na propriedade, a “Ética Programática” teria como desafio transformar o “Ter”, o “Saber” e o “Poder” em recursos éticos para a solidariedade, contribuindo para a igualdade entre os homens.

Surge, então, a visão do homem como um sujeito histórico-social, sendo que a sua ação não pode ser mais analisada externamente à coletividade. Por tal razão, a Ética ganhou um outro dimensionamento político, ou seja, uma ação eticamente “boa” é também politicamente “boa”. Este postulado visa contribuir para o aumento da justiça e a distribuição igualitária do poder entre os homens.

Dessa maneira, os valores morais são compreendidos de uma forma diversa. É Nietzsche quem atribui à origem dos valores éticos a emoção, e não a razão. Para ele, o homem forte é aquele que não reprime seus impulsos e desejos, que não se submete à moral demagógica e repressora. E, para coroar essa mudança radical de conceitos, surge Freud com a descoberta do “inconsciente”, instância psíquica que controlaria o homem, que, como vimos nas aulas anteriores (Aulas 4 e 5), burla sua consciência para trazer

à tona a sexualidade reprimida e que o neurotizaria. Cabe destacar que Freud em momento algum afirma que o homem deve agir de acordo com suas paixões, mas apenas buscar e conciliar o “id” com o “superego”; isto é, o ser humano deveria ousar tentar combinar o uso da paixão e da razão.

Mas um espectro ronda a Filosofia... Eis que surge Karl Marx, com sua contribuição no campo da Ética, relacionando todo comportamento humano à economia e acentuando as relações econômicas que sempre interferem sobre o agir ético. Esse argumento serviu para abrir novas perspectivas, mas também trouxe dois novos problemas: *em que medida podemos definir o que é o ético e o que é o econômico* em um dado comportamento concreto? Na verdade, Marx propõe que a exploração do homem pelo homem, que seria um desvio ético, só se dará no momento de superação do capitalismo, já que, com a abolição da propriedade privada, os homens seriam de fato livres, tendendo a buscar o bem comum no socialismo. O socialismo, então, seria uma etapa superior de civilização, na qual as necessidades humanas seriam devidamente saciadas com base na produção e distribuição de bens e riquezas.

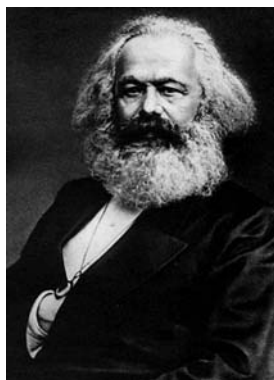


Para que você conheça um pouco mais sobre Karl Marx e sua contribuição para as diversas áreas das Ciências Humanas, tais como a Sociologia, a Educação e a Economia, transcrevemos, a seguir, alguns trechos do texto “Marx e a Sociologia da Educação”, de autoria do filósofo e professor Leandro Konder (2006, p. 11-2).

Uma das dificuldades que aparecem no nosso caminho quando nos dispomos a abordar as idéias do pensador alemão Karl Marx (1813-1883) está no fato de que poucas pessoas assumem que não conhecem nada sobre a filosofia dele e muita gente acha que conhece “alguma coisa” a respeito do famoso autor de “O capital.” Marx se tornou uma celebridade, é difícil encontrar quem o desconheça totalmente. Transformado em guru do

movimento comunista mundial, em ícone dos partidos socialistas, sua imagem de olhar energético e barba hirsuta ficou associada à crítica radical do capitalismo e à mobilização revolucionária dos trabalhadores. Algumas das suas frases – ou de frases atribuídas a ele – têm sido repetidas *ad nauseam*: “Proletários de todos os países, uni-vos”; “Os filósofos têm se limitado a interpretar o mundo, trata-se, porém de transformá-lo”; “Transformar a classe em si em classe para si”; “Ser radical é pegar o problema pela raiz” etc. (...) Na acolhida que os escritos de Marx tiveram após a sua morte, a dimensão filosófica do seu pensamento ficou, em geral, bastante prejudicada. A dialética foi posta de lado e os dirigentes, ativistas e militantes do movimento socialista fizeram dos textos do autor de “A Miséria da Filosofia” uma leitura que combinava as suas teorias (sobretudo uma concepção do homem e sua concepção de história) com teorias evolucionistas, positivistas, economicistas e cientificistas.

Percebemos nesses trechos que Marx foi um teórico social muito importante, tendo em Friedrich Engels o seu maior amigo e parceiro em grande parte de suas obras. Marx foi até jornalista, fundando o jornal *Gazeta Renana* em 1841, quando ficou impossibilitado de tornar-se professor. Sua teoria social, política, econômica e filosófica varreu o mundo e produziu uma série de eventos políticos que redundaram em verdadeiras transformações sociais, como a Revolução Russa em 1917 e a Revolução Cubana de 1959. Entretanto, assim como informa Konder (2006) em relação à sua teoria, sua proposta política de evitar



a exploração dos homens pelos homens foi esquecida, fazendo do chamado “socialismo real” apenas um precaríssimo arremedo do ideal socialista/comunista marxista.

Karl Marx

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d4/Karl_Marx_001.jpg

A partir de Marx, vários pensadores se dedicaram a desnudar o capitalismo, como Gramsci, Rosa Luxemburgo, Claus Offe. Estes autores se somaram para tentar explicar e compreender como a ideologia (sistema de ideias e valores sociais, políticos e econômicos) faz com que os homens não se apercebam de que estão dominados e divididos em classes sociais (trabalhadores e burgueses) e que a classe dominante (burguesia) os faça caminhar conforme seus padrões estéticos (cultura de massa) e morais.

Para tanto, cabe a afirmação de Marx: é necessário transformar o mundo, porque eticamente ele não é válido, está extremamente violado. Por essa razão, os homens devem também ser considerados seres pensantes, para que alcancem a compreensão histórica e, assim, adotem uma práxis que tenha um sentido de coletividade, que leve a um intenso processo de mudança social e política e que os conduza a um comportamento verdadeiramente ético.



Acesse o *site* YouTube e assista ao interessante vídeo intitulado MANIFESTOON, Manifesto do Partido Comunista. Produção de Jesse Drew. Vídeo em Quadrinhos. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=EaVbYky-Bw&url=http%3A%2F%2Fwww%2Euj%2Eorg%2Ebr%2Fportal%2Findex%2Ephp%3Fview%3Darticle%26catid%3D37%253Avideos%2Dda%2Dujs%26id%3D119%253Amanifesto%26option%3Dcom&feature=player_embedded>. Acesso em: 24 ago. 2009.

Conclusão

Você pôde observar que a caminhada da Ética é longa e diversa. Muitos pensadores se debruçaram sobre o tema e deixaram grandes contribuições à humanidade. Aqui nesta aula, apenas apresentamos alguns.

Comentário

Você deveria argumentar que os mundos moderno e contemporâneo procuraram superar a moral cristã presente na Filosofia até então, no sentido de compreender a Ética não apenas como um “dever ser”, mas como uma ferramenta de interpretação do mundo social. Assim, o postulado marxista presta grande contribuição ao trazer a ideia de que há uma exploração histórica que dividiu os homens em duas classes (trabalhadores e burgueses), que nada tem a ver com um comportamento ético. Isso traz, para Marx, a necessidade de uma transformação social e, portanto, ética.

Resumo

De acordo com um entendimento mais geral, a Ética teria surgido com Sócrates, já que investiga e explica as normas morais, pois levaria o homem a agir não só por tradição, educação ou hábito, mas principalmente por convicção e inteligência.

Para Sánchez Vásquez (2000), a Ética seria teórica e reflexiva, ou seja, uma construção conceitual, mas também uma ação que exigiria a reflexão por parte do indivíduo. Conforme Chauí (2004), é a partir dos textos de Platão e Aristóteles que a Ética ou a Filosofia Moral se inicia com Sócrates no Ocidente. Essa autora afirma que, para Sócrates, o conceito de Ética iria além do senso comum de seu momento histórico. Assim, o corpo seria a prisão da alma, imutável e eterna. Podemos depreender, então, que existiria um “bem em si”, próprio da sabedoria da alma e que poderia ser rememorado pelo aprendizado. A Ética moderna colocaria em voga o conceito de que os seres humanos deveriam ser tratados sempre como fim da ação, e nunca como meio para alcançar seus interesses. Tal tese está fortemente definida por Immanuel Kant, um dos principais filósofos da modernidade. Com efeito, para nos tornarmos seres morais, seria necessário nos submetermos ao dever. Vale ressaltar que tal postulado descende da Idade Média, pois é nesta época que os cristãos difundiram a ideologia de que o homem era incapaz de realizar o “bem” por si próprio. E, a partir de Marx, vários pensadores se dedicaram a desnudar o capitalismo, como Gramsci, Rosa Luxemburgo, Claus Offe. Estes autores se somaram para tentar explicar e com-

preender como a ideologia (sistema de ideias e valores sociais, políticos e econômicos) faz com que os homens não se apercebam de que estão dominados e divididos em classe sociais (trabalhadores e burgueses) e que a classe dominante (burguesia) os faça caminhar conforme seus padrões estéticos (cultura de massa) e morais.

7

Turismo e sustentabilidade na construção de uma nova ética

Meta da aula

Apresentar um breve histórico a respeito da preocupação ambiental até o desenvolvimento sustentável, enfocando transformações que influenciam um novo pensar na sustentabilidade e na construção de uma sociedade mais justa, bem como a inserção do turismo nesse contexto.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1 identificar a evolução dos fatos relacionados à questão ambiental com influências nos aspectos econômico e social;
- 2 reconhecer documentos influenciadores de uma nova ética na sociedade;
- 3 explicar conceitos de desenvolvimento e turismo sustentável, critérios e categorias de sustentabilidade relacionadas;
- 4 relacionar os conceitos e critérios relativos à sustentabilidade com a construção de uma sociedade mais justa.

Introdução

Você deve ouvir muitos comentários sobre sustentabilidade focada nas questões ambientais evidenciando a situação de risco em que se encontra o planeta. Embora a sustentabilidade ambiental esteja presente na mídia em geral, é necessário compreender que as questões ambientais não são independentes das questões econômicas e socioculturais. E, se ficarmos preocupados apenas com o lixo que produzimos e onde o descartamos, pouco contribuiremos para reverter o caos em que a Terra se encontra. Este caos não é unicamente ambiental – é um caos social e econômico. A lógica do modo de produção precisa ser reconstruída de forma que equidade social, oportunidade econômica e justiça ambiental estejam presentes e sejam igualmente compartilhadas, pois, para construir uma sociedade mais justa, é necessário influenciarmos mudança da moral constituinte por meio da validação de novos princípios e valores éticos.

Esta aula está estruturada de forma que, a partir da abordagem da evolução das questões ambientais que ocasionaram o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, você perceba a mudança de aspectos sociais e econômicos ao longo dos anos. Assim, poderemos nos perguntar se uma sociedade mais justa é possível e como os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade a partir da perspectiva do turismo podem contribuir para uma sociedade com maior equidade social.

Breve histórico da preocupação com a questão ambiental

Para que você entenda a abordagem desta aula, relacionando-a com o desenvolvimento sustentável, faremos um breve histórico sobre alguns aspectos importantes que fazem referência a determinadas épocas e são considerados marcos na evolução das discussões sobre a questão ambiental.

Em 1864, George Perkins Marsh escreveu *Man and Nature* (Homem e natureza), em que manifestou a preocupação com os recursos naturais. Naquele momento da história, no contexto da Revolução Industrial, em que a sociedade e os modos de produção passavam por profundas transformações que incidiram diretamente sobre o uso dos recursos, já havia um despertar sobre a preocupação com os recursos naturais e as mudanças provocadas pelo homem.

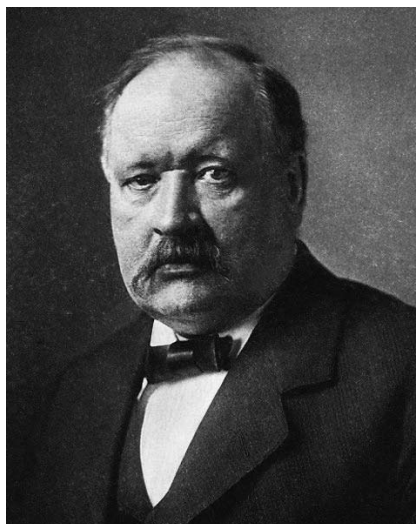


Fonte: <http://www.eoearth.org/image/Georgeperkinsmarsh.jpg>

George Perkins Marsh (1801-1882) foi um naturalista americano, advogado, diplomata e empresário que, por meio de sua consciência ecológica, alertou a humanidade sobre o impacto que acontecia na Terra.

Sua contribuição consistiu na possibilidade de compreensão da Terra e de seus processos, pois ele foi o primeiro a documentar sistematicamente o modo como a atividade humana poderia ter um efeito cumulativo e destrutivo sobre os ecossistemas e sobre a capacidade destes para apoiar a cultura humana.

Alguns anos depois, em 1896, Svante Arrhenius demonstrou o efeito estufa em laboratório, e sabe-se que nessa época já havia estudos a respeito dos gases que contribuiriam para esse efeito, prevendo que a Terra poderia passar por alterações de temperatura.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Svante_Arrhenius

Em 1896, o cientista Svante Arrhenius (1859-1927) levantou a hipótese de que a queima de combustíveis fósseis poderia potencializar o aquecimento global ao propor uma relação entre concentração de dióxido de carbono e temperatura. A base de sua inspiração foi a enorme quantidade de chaminés que observava, em plena época da Revolução Industrial. Segundo seus cálculos, o dobro da concentração de dióxido de carbono causaria um aumento de 5°C. Esse tema permaneceu esquecido durante muitas décadas, pois naquela época supunha-se que os efeitos da atividade humana eram insignificantes em relação à contribuição de efeitos naturais. Ganhou o Prêmio Nobel de Química em 1903.



Este *link* dá acesso a um pequeno documentário elaborado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE – sobre os impactos do aquecimento global na natureza e as atividades humanas. Acesse o endereço eletrônico http://www6.cptec.inpe.br/~grupoweb/Educacional/MACA_MAG/ e assista!

Mais tarde, em 1948, foi criada a União Internacional para Proteção da Natureza, com a missão de “influir sobre as sociedades do mundo inteiro, encorajá-las e ajudá-las a conservar a integridade e a diversidade da natureza (...)” (<http://www.iucn.org/about/>).

Ainda em 1948, foi adotada e proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que prioriza assuntos como liberdade, igualdade, segurança, trabalho, saúde, educação e moradia.



Declaração Universal dos Direitos Humanos

Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum;

Considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão;

Considerando essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações;

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla;

Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a desenvolver, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos humanos e liber-

dades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades;

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso;

A Assembléia Geral proclama

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Veja a Declaração na íntegra em:

http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm

Em 1949, foi realizada a 1ª Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização dos Recursos Naturais, com a finalidade de analisar a gestão dos recursos naturais em âmbito mundial.

Na década de 1960, surgiu nos Estados Unidos a primeira organização não governamental (ONG) ambiental, o Fundo para a Vida Selvagem, em 1961.

Nesse período, ocorreram vários fatos importantes. Em 1962, Rachel Carson lançou o livro *Primavera silenciosa*, trazendo à tona a discussão acerca do uso de pesticidas e sua interferência na vida humana e demais espécies, a ponto de os pássaros deixarem de cantar na primavera. Em 1964, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD –, em que foram debatidos assuntos sobre “as relações entre comércio e industrialização, onde a questão do uso das águas marítimas fora colocada do ponto de vista econômico e não como de um recurso natural a ser preservado” (<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./agua/doce/index.html&conteudo=./agua/>

doce/artigos/historico.html). Ainda neste período, 1968, foi fundado o Clube de Roma, que contribuiu significativamente para a reflexão sobre problemas importantes que estariam relacionados ao desenvolvimento da humanidade.

Na década seguinte, nos anos 1970, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em Estocolmo, também conhecida como Estocolmo-72, momento em que foi produzida a Declaração de Estocolmo Sobre Ambiente Humano, que versa sobre diversos assuntos, dentre eles liberdade, igualdade, cuidado com os recursos naturais, responsabilidade individual e coletiva, desenvolvimento econômico e social e o repasse de tecnologia entre os países – dos desenvolvidos para os subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

Neste ano, 1972, também foi divulgado o relatório resultante do trabalho do Clube de Roma, denominado *The Limits of Growth* (ou *Os limites do crescimento*). Este trabalho, liderado por Donella Meadows, levantou questões sobre o aumento populacional, a pressão sobre os recursos naturais e o tema da poluição.

Em 1974, em Bucareste, aconteceu a Conferência das Nações Unidas sobre População, resultando no Plano de Ação de Bucareste, que convidava os países a adotarem políticas populacionais, no contexto do desenvolvimento socioeconômico, e indicava, ainda, a importância e o apoio para uma cooperação internacional.

Na década de 1980, século XX, foi lançado o relatório *Nosso futuro comum*, apresentando o conceito de desenvolvimento sustentável e abordando a questão da utilização dos recursos de maneira sustentável.



O Relatório Brutland, publicado em 1987, também conhecido como *Nosso Futuro Comum*, foi coordenado pela primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, indicada pela ONU para chefiar os trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O relatório trouxe o conceito de desenvolvimento sustentável, concebido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”, além de reafirmar a visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados, ou seja, pelo modo de produção capitalista, que utiliza excessivamente os recursos naturais. Nesse sentido, os padrões de produção e consumo do capitalismo atual são incompatíveis com o conceito de desenvolvimento sustentável.

Em 1988, foi criado o Painel Intergovernamental Mudanças Climáticas – IPCC –, com a finalidade de reunir governos, cientistas e pessoas para pesquisar e monitorar as causas e consequências da mudança climática, assim como sugerir a adoção de medidas para gerenciar as mudanças.

Nos anos 1990, foi realizada a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – UNCED –, no Rio de Janeiro (RIO-92 ou ECO-92), vinte anos após a realização de Estocolmo-72, uma conferência de repercussão mundial que teve como objetivo discutir meios para conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. A ECO-92 também consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável e aprovou o acordo sobre biodiversidade, e estabeleceu-se a Agenda 21.

Em 1995, aconteceram o III Seminário Internacional sobre Problemas Ambientais nos Centros Urbanos e a Conferência Mundial sobre Mudanças Climáticas. Em 1997, foi elaborado o Protocolo de Quioto, e os países que assinaram esse documento

assumiram o compromisso de reduzir a produção de gases que aceleram o efeito estufa.



O Protocolo de Quioto é um documento que foi adotado em dezembro de 1997 e que estabelece metas de redução de emissão de gases de efeito estufa e mecanismos adicionais de implementação para que essas metas sejam atingidas. As metas de redução são diferenciadas entre as Partes, em consonância com o “princípio das responsabilidades comuns (...)”, adotado pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima – CQNUMC –, que deverão ser atingidas no período compreendido entre 2008 e 2012 (BRASIL, 2004, p. 12).

Para saber mais sobre o Protocolo de Quioto e o posicionamento do Brasil em relação às mudanças climáticas, acesse: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4006.html#lista>.

Em 1999, foi criado o Dow Jones Sustainability Index – DJSI, comercializando e valorizando as ações de empresas que comprovam seu compromisso com a sustentabilidade, ou seja, o mercado começa a incorporar ações para propagar o conceito de desenvolvimento sustentável e sua aplicação nas empresas.



Dow Jones Sustainability Index – DJSI

São os primeiros índices globais de monitoramento do desempenho financeiro das principais empresas orientadas para a sustentabilidade mundial. O DJSI tem uma abordagem empresarial e avalia cada empresa nos aspectos econômico, ambiental e social. Após a avaliação, as empresas recebem uma quantidade de pontos em função do atendimento dos critérios de sustentabilidade do DJSI, e, a partir desse resultado, elas são classificadas e suas ações são valorizadas pela inclusão na carteira de empresas que têm compromisso com a sustentabilidade econômi-

ca, ambiental e social. O fato de pertencer ao DJSI pode ser considerado um apelo a ser utilizado nas estratégias de marketing da empresa, uma vez que esse índice permite que as empresas utilizem o rótulo “Membro do DJSI”.

Em 2002, a Organização das Nações Unidas divulgou as Metas para o Milênio com a finalidade de orientar políticas públicas de âmbito internacional, nacional e local. Dentre as metas, podemos citar: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal.



Metas para o Milênio

1. erradicar a extrema pobreza e a fome;
2. atingir o ensino básico universal;
3. promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
4. reduzir a mortalidade infantil;
5. melhorar a saúde materna;
6. combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças;
7. garantir a sustentabilidade ambiental;
8. estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

Fonte: <http://www.pnud.org.br/odm/>

Ainda em 2002, foi divulgada a Carta da Terra, a qual apresenta os seguintes princípios:

1. RESPEITAR E CUIDAR DA COMUNIDADE DA VIDA

- 1) Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.
- 2) Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.
- 3) Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.
- 4) Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.

II. INTEGRIDADE ECOLÓGICA

- 5) Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida.
- 6) Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução.
- 7) Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.
- 8) Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido.

III. JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA

- 9) Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.
- 10) Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma eqüitativa e sustentável.
- 11) Afirmar a igualdade e a eqüidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas.
- 12) Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.

IV. DEMOCRACIA, NÃO VIOLÊNCIA E PAZ

- 13) Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões, e acesso à justiça.

14) Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.

15) Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.

16) Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz.



Para ver a Carta da Terra na íntegra, acesse
[www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/
carta_terra.doc](http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.doc)

Em 2002, também aconteceu a Rio + 10, em Joanesburgo, África do Sul. Em 2004, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, a Ratificação de Quioto e a Millenium Ecosystem Assessment foram criadas para analisar as consequências da mudança climática para a humanidade. Em 2007, Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos, recebe o Prêmio Nobel da Paz em função da sua campanha pela preservação do planeta e pelo documentário *Uma verdade inconveniente*, vencedor do Oscar de Melhor Documentário, que mostra que estudos científicos apontam para o aquecimento global e para as mudanças climáticas, podendo ocasionar o fim da vida na Terra como a conhecemos, caso as emissões de dióxido de carbono e outros gases não sejam reduzidas. Al Gore foi o negociador dos Estados Unidos para o Protocolo de Quioto no governo de Bill Clinton.

Você deve estar se perguntando o que esses fatos têm a ver com ética, não é? Sua dúvida é bem-vinda! Tais acontecimentos tiveram impacto na sociedade em determinados momentos da nossa história e influenciaram o modo de produção, o trabalho, as relações com a natureza e com o próprio homem, e isso passa pela ética, pois as repercussões sociais são inúmeras e influenciam, inclusive, as normas morais que regem a sociedade.

Você deve ter notado nesse breve relato a relação entre as questões ambientais e os problemas econômicos e sociais, tanto que nas Conferências sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizadas ao longo das décadas, são abordados os aspectos para desenvolvimento social, econômico e sua relação com o meio ambiente.

Outro elemento que está relacionado à questão ambiental integrada aos aspectos econômicos e sociais é a Declaração dos Direitos Humanos, pois neste documento explicita-se a preocupação com a discriminação oriunda de uma construção cultural que exclui mulheres, crianças e raças. Esta construção cultural discriminatória foi sempre validada e ratificada pela sociedade. Por exemplo: os salários inferiores que as mulheres recebem quando comparados aos dos homens que exercem as mesmas funções. Uma prática que ainda persiste na sociedade.



Atividade

Atende aos Objetivos 1 e 2

1. A questão ambiental está diretamente relacionada aos aspectos sociais e econômicos que, ao longo dos anos, principalmente no século XX, passaram por mudanças significativas, alterando a relação homem-natureza e homem-homem, incluindo as relações de trabalho. Com base na afirmação anterior, identifique e justifique alguns aspectos que influenciaram tais mudanças e como o turismo participa desse contexto. Leia o texto a seguir para embasar sua resposta. Ele é parte do material intitulado “Turismo e Sustentabilidade”, publicado pelo Ministério do Turismo em 2007.

Aspectos da sustentabilidade turística

Ambiental

Construir uma sociedade sustentável é um sério desafio para os governos, que têm papel fundamental no fomento ao desenvolvimento sustentável, definindo políticas que modifiquem a visão de que se deve perseguir o crescimento econômico a qualquer custo. É preciso que se busque conciliar a necessidade de crescimento com a diminuição dos

impactos negativos que ele pode causar, quando perseguido sem planejamento. Todo o dinheiro que o turista deixa na região deve reverter em benefício da comunidade, deve servir para melhorar a qualidade de vida das pessoas da região, dar-lhes ânimo. Se o ambiente for preservado por tempo indeterminado, por muito tempo, os atrativos turísticos irão representar desenvolvimento para a região, porque a circulação de divisas trazidas pelos turistas passa a ser revertida em progresso e, como consequência, há desenvolvimento social e econômico para todos. Isso é sustentabilidade ambiental (...).

Para que haja a compreensão da relação entre meio ambiente e turismo, é necessário estimular, tanto no turista como na comunidade receptora, a capacidade de perceber o ambiente que os cerca. A compreensão do meio ambiente pode levar a ações transformadoras, mas para que isso ocorra é necessário participar de forma ativa e não somente observar passivamente (...).

Econômico

O conceito de sustentabilidade econômica é ligado ao da eficiência econômica, competitividade e lucratividade. (...) Simultaneamente à característica de eficiência e competitividade, a sustentabilidade econômica pressupõe um tipo de desenvolvimento econômico que também contempla aspectos ambientais e sociais. As várias dimensões que formam o desenvolvimento sustentável estão entrelaçadas e devem ser consideradas quando tratamos da sustentabilidade econômica. (...) A atividade turística possui características que a torna única dentre as atividades econômicas de um país, especialmente naqueles em vias de desenvolvimento como o Brasil. E o que a torna especial? São vários os fatores. A seguir são relacionados alguns deles:

- *Prioridades às pequenas e médias empresas*
- *Inclusão das classes menos favorecidas da sociedade*
- *Forma mais barata de gerar empregos*
- *Capacidade de reduzir as desigualdades de renda*
- *Capacidade de gerar divisas*
- *Elemento de integração nacional*

Sociocultural

O conceito de sustentabilidade sociocultural associa-se aos princípios de uma sociedade humanizada, que possibilita às pessoas uma vida digna (direito ao trabalho, instrução, liberdade, participação, tal como posto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948), no processo de construção de uma sociedade sustentável e produtiva – que produz e preserva riquezas e não somente acumula lucros. (...) Evidencia-se que essa dimensão da sustentabilidade é particularmente importante para o desenvolvimento do turismo regional e só será alcançada se, ao longo do processo, for valorizado o patrimônio cultural e histórico, preservados os costumes locais e incentivado o resgate das tradições e da cultura popular, incluindo manifestações artísticas, como a música, o folclore, as danças, o teatro e o artesanato, entre outras (...).

Perpassa o conceito de sustentabilidade sociocultural do turismo a noção de cidadania e de horizonte ético na intervenção social. Não é suficiente o reconhecimento do olhar externo, seja do gestor, do pesquisador, do viajante, do turista, do jornalista, sobre os atrativos turísticos de um local, de um espaço.

Deve-se levar em consideração, antes de tudo, o reconhecimento, valorização e respeito dessa riqueza por parte da comunidade receptiva, essencial para que o visitante também valorize estas particularidades socioculturais e ambientais que constituem o produto turístico, referências para o desenvolvimento de novas ofertas (...).

Assim, o turismo deve ser entendido como um veículo para a conservação de ecossistemas, paisagens, valores, tradições e culturas locais e regionais, considerado como fator determinante para a inserção de grupos e comunidades receptivas em sua cadeia produtiva (...).

Político-institucional

Para entendermos a importância da sustentabilidade político-institucional, é preciso que se compreenda que por trás de qualquer iniciativa política existem pessoas, cujos compromissos e visões de mundo podem ou não estar de acordo com os princípios da sustentabilidade. Nesse sentido, um dos instrumentos gerenciais mais utilizados para estimular a sustentabilidade político-institucional é a

política da instituição que promove ou realiza alguma ação. A política da instituição rege seus regulamentos, seu compromisso social e até orienta o comportamento que ela espera dos seus integrantes, diante da sociedade e entre eles mesmos. É um dos instrumentos mais tradicionais e utilizados por qualquer organização pública ou privada. Os partidos políticos, por exemplo, têm políticas internas que regem a ideologia e o comportamento ético de seus membros (...). Para que a política da instituição estimule a sustentabilidade, basta que ela seja regida, aprovada e publicada dentro e fora da instituição. Assim, ela se compromete frente à sociedade com fundamentos éticos e políticos.

Quando uma instituição de turismo redige e aprova sua política, com a participação de todos os seus associados, esse documento se torna um parâmetro para as futuras decisões políticas da instituição (...). É preciso estimular o desenvolvimento do turismo a partir de uma perspectiva integrada, onde instituições governamentais e não governamentais comprometidas trabalhem em parceria para garantir a sustentabilidade político-institucional, elemento essencial para o desenvolvimento competitivo, planejado e sustentável das regiões turísticas brasileiras. Nesse novo relacionamento, espera-se que a sociedade civil assuma uma postura participativa e colaborativa e que o governo a perceba como uma verdadeira parceira, capaz de contribuir com eficácia e bom desempenho de suas funções (BRASIL, 2007, p. 28-41).

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Resposta Comentada

Veja a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Esse documento foi e é necessário porque existiram e ainda existem milhares de pessoas que não possuem o mínimo de condição para uma vida digna. Por isso, a Declaração aborda temas como dignidade, direitos iguais, liberdade de palavra, de crença, de se viver a salvo, justiça, paz e desenvolvimento de relações amistosas. Como todos os Estados-membros da Organização das Nações Unidas – ONU – se comprometeram a seguir a Declaração Universal dos Direitos Humanos, esse compromisso passa a ser incorporado em suas políticas públicas e a ser um agente ativo em relação à construção de uma nova ética.

O documento Metas para o Milênio, por exemplo, vem reforçar determinados aspectos que ainda são identificados em nossa realidade, pois erradicar a extrema pobreza e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças já foram contemplados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Com isso, queremos dizer que, embora tais documentos orientem a construção de uma nova ética, ela só será construída caso se transforme em atitude, caso o compromisso assumido entre os Estados-membros viabilize a prática do estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Quanto às duas últimas metas, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento, serão influenciadoras de uma nova ética, se a solidariedade for colocada em prática, pois quando se diz “parceria” se entende que existe um grupo de pessoas com interesse comum que une esforços em relação a determinado aspecto.

O turismo, nesse contexto, agregará valores caso incorpore os objetivos e princípios dos documentos citados, viabilizando a prática de ações que envolvem os aspectos ambientais, econômicos, socioculturais e político-institucionais.

Considerando o aspecto ambiental, devem-se propor políticas públicas que viabilizem a preservação e conservação do ambiente natural ao mesmo tempo que possibilitem melhoria da qualidade de vida para as populações locais.

No aspecto econômico, é importante que o turismo não reproduza ou acentue os resultados do modo de produção capitalista, fato difícil de controlar, uma vez que o turismo também é uma atividade econômica imbuída dos valores deste modo de produção.

No entanto, a gestão do turismo pode priorizar as pequenas e médias empresas; incluir as classes menos favorecidas da sociedade; gerar empregos a um custo menor; reduzir as desigualdades de renda; gerar divisas e ser um elemento de integração nacional.

No aspecto sociocultural, o turismo deve ser entendido como um veículo para a conservação de ecossistemas, paisagens, valores, tradições e culturas locais e regionais, considerado como fator determinante para a inserção de grupos e comunidades receptivas em sua cadeia produtiva, pois com essa valorização teremos condições mais propícias para envolver as comunidades e ter seu apoio na construção de um turismo inclusivo socialmente.

No que se refere ao aspecto político-institucional do turismo, a respeito da sustentabilidade, é necessário estar comprometido com os fundamentos éticos e políticos da sociedade, garantindo que o turismo seja estimulado a partir de uma perspectiva integrada, em que instituições governamentais e não governamentais comprometidas trabalhem em parceria para garantir a sustentabilidade político-institucional, elemento essencial para o desenvolvimento competitivo, planejado e sustentável das regiões turísticas brasileiras.

O desenvolvimento sustentável

Todos os fatos relacionados anteriormente fazem parte de um contexto social pós-Revolução Industrial, momento em que o capitalismo se estabelece como modelo de produção, com sua lógica voltada para o crescimento econômico.



O conceito de Revolução Industrial, para os estudos históricos, está associado a transformações profundas na estrutura da sociedade: economia, política, cultura, relações cotidianas; enfim, ao falarmos de Revolução Industrial, estamos nos referindo a um conjunto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que se iniciaram na Europa nos séculos XVII e XVIII e que tiveram influência, mais tarde, em várias partes do mundo. Um dos pontos centrais para o desencadeamento dessas transformações foi a utilização da máquina na produção, substituindo, em parte, o trabalho humano. A descoberta de novas fontes de energia, a produção em larga escala e o aperfeiçoamento dos meios de transporte e de comunicação contribuíram para enfraquecer os valores da sociedade medieval, dando lugar às sociedades industrializadas (MEES; GUIMARÃES, 2009, p. 82).

A partir da industrialização, as cidades ficam aglomeradas, mais e mais pessoas se deslocam da zona rural para a zona urbana, invertendo a concentração populacional; alteram-se os hábitos de vida e os costumes; o espaço que antes era referência para o trabalho e o lazer passa a ser outro e diferem-se as relações de trabalho e as tecnologias também.

Os impactos decorrentes do modelo de produção capitalista chamam a atenção dos especialistas, pesquisadores, ambientalistas, organizações internacionais e não governamentais sobre a situação da população, dos recursos naturais e do próprio planeta.

O movimento em prol dos recursos naturais fortalece a necessidade de mudança de paradigma no sentido de se refletir a relação homem-natureza e homem-homem, pois na modernidade o modo de produção que se apropria dos recursos naturais contribui para a construção social em que o homem é o “todo-poderoso” e a natureza existe para servi-lo. Pode-se perceber também que a relação homem-homem é afetada e acaba por se degradar, uma vez que a ânsia pelo ter em vez do ser faz com que a miséria humana seja exacerbada e as diferenças se acentuem.

As conferências e os movimentos de sensibilização e reflexão em âmbito mundial ganham força, tendo em vista a situação crítica pela qual a humanidade e o planeta passam. Documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos são ratificados por diversos países. A Carta da Terra e as Metas para o Milênio são documentos que se complementam no esforço da construção de uma nova ética que considere a equidade social, que auxilie a combater a pobreza e a fome, que faça valer o direito à saúde, à educação, que diminua a desigualdade entre os sexos, que garanta o repasse da tecnologia existente nos países desenvolvidos para os menos desenvolvidos, de maneira a contribuir para a melhoria da qualidade de vida de milhares de pessoas.

Tem início, então, uma nova maneira de pensar e buscar formas de continuar o crescimento econômico sem agredir tanto o planeta e exaurir ainda mais os recursos naturais, pois, para

ser sustentável, é necessária a manutenção dos recursos não renováveis para as gerações vindouras.

Para Brüseke (1995, p. 33), o desenvolvimento sustentável passa pela “interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política e chama também atenção para uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os membros contemporâneos da sociedade atual”.

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável e, de maneira geral, os fatos que contribuíram para discussão e alerta sobre as questões econômicas, sociais e ambientais indicam uma preocupação crescente com a sobrevivência da vida na Terra, e, para isso, é preciso considerarmos a “dimensão ética da sustentabilidade”.



O que é a dimensão ética da sustentabilidade? Segundo Ekins (2000), citado por ROMERO (2004, p. 6):

A forma pela qual a sociedade usa o meio ambiente é decorrente de sua visão sobre o mundo e sobre o status do homem em relação às demais formas de vida. Assim, a sociedade formula seus conceitos de justiça ambiental relativos às formas de vida não humanas, às gerações futuras e às gerações atuais, atribuindo valor e tomando decisões sobre o meio ambiente.

Nesse contexto, a sustentabilidade poderá contribuir para a discussão dos valores da sociedade atual, instigando a reflexão sobre a situação presente e o que queremos para nossa sociedade, para nossos filhos, netos e o que esperamos da vida no planeta.

Ao discutir sustentabilidade, identificamos que os preceitos do capitalismo ou a ética capitalista, que considera que o bom é o “que permite acumular mais com menos investimento e em menos tempo possível” (BOFF, 2003, p. 41), e a moral capitalista, que está diretamente vinculada ao “empregar menos gente possível, pagar

menos salários e impostos e explorar melhor a natureza para acumular mais meios de vida e riqueza” (BOFF, 2003, p. 41) passam a ser questionados ao mesmo tempo que introduzem novas questões que permeiam a sustentabilidade ambiental, econômica, social e política, destacando-se a necessidade da reconstrução da sociedade.

A partir dessas considerações, podemos observar algumas mudanças surgidas no decorrer do século XX, como a valorização cultural de grupos étnicos (os quilombolas e indígenas, por exemplo) que sofreram discriminação ao longo dos séculos. Tais mudanças são influências dos documentos que já mencionamos (Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração de Estocolmo e Metas do Milênio), do conceito de desenvolvimento sustentável e da aspiração de uma sociedade pautada em princípios mais éticos.

O turismo também foi influenciado pelo contexto social no qual está inserido e busca um reposicionamento em relação ao turismo de massa associado a uma imagem em que esta atividade social é perversa a ponto de destruir lugares e culturas. Essa imagem é decorrente de um período em que a preocupação com as questões sociais e ambientais não tinha muito espaço nas políticas públicas e na sociedade como um todo. No aspecto ambiental, a legislação brasileira é de 1981, enquanto no aspecto cultural a incorporação do conceito de patrimônio cultural imaterial nos documentos oficiais do Ministério da Cultura e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional data do ano 2000.

O turismo não foi o único agente causador dos impactos negativos. Outras atividades também o fizeram. Você tem conhecimento do caso de Cubatão, no estado de São Paulo, na década de 1980? A existência de uma barreira natural, a serra do Mar, e a direção dos ventos – tudo isso aliado à análise insuficiente do projeto em relação a estes fatores e à falta de legislação ambiental permitiram que o polo industrial de Cubatão fosse implantado e ocasionasse poluição do ar, da água e do solo. No ar, a dispersão dos gases na atmosfera foi dificultada pelos aspectos físicos. O ambiente foi

impactado e os reflexos dos impactos, influenciaram diretamente na vida das pessoas que moravam nas proximidades.

Mais uma triste consequência da poluição gerada pelo polo industrial foi detectada na Mata Atlântica, na encosta da serra do Mar, que foi aniquilada pela chuva ácida. Números alarmantes de incidência de câncer e outras anomalias, como o nascimento de crianças acéfalas, foram algumas situações decorrentes da ética e da moral capitalista apresentada por Boff (2003).

Após a ocorrência de tragédias, começam a surgir mudanças na legislação, mas não antes que muitas pessoas tenham sido afetadas pelo poder econômico, que não considerou a vida humana nem de outras espécies. No entanto, o lugar que um dia foi chamado “Vale da Morte” (as figuras não são de Cubatão, mas correspondem à história do município), hoje, é uma unidade de conservação com exuberância de vida, e o turismo, aliado à educação ambiental, neste novo momento da sociedade, é visto como prática positiva que contribui para a recuperação e conservação de lugares.



Figura 7.1: Polo industrial com poluição do ar, como aconteceu em Cubatão.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1103549>



Figura 7.2: A vida volta ao mangue.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/47919>

A partir do momento em que se consagra o conceito de desenvolvimento sustentável, a Organização Mundial de Turismo – OMT – também se mobiliza e adota o conceito de “turismo sustentável”.

O turismo sustentável

(...) atende às necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e, ao mesmo tempo, protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro. Concebe-se como um caminho para a gestão de todos, de forma que possam satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas, respeitando, ao mesmo tempo, a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida (OMT, 1999, p. 32).

A partir desse conceito, revisado pela OMT em 2004, veja o que mais foi dito sobre turismo sustentável:

As práticas de gerenciamento e manual de desenvolvimento de turismo sustentável são aplicáveis em todos os tipos de destinações, incluindo turismo de massa e os vários nichos de

segmentos de turismo. Princípios de sustentabilidade referem-se aos aspectos “ambientais, econômicos e socioculturais do desenvolvimento do turismo, e um equilíbrio apropriado deve ser estabelecido entre estas três dimensões para garantir a sustentabilidade a longo prazo” (OMT apud TRENTIN, 2005, p. 46).

Turismo e sustentabilidade

Com a revisão do conceito de turismo sustentável constituindo uma definição para a OMT, fica explícito que a sustentabilidade não exclui o turismo de massa.

A OMT, como entidade internacional vinculada à Organização das Nações trabalha com o turismo em âmbito internacional e é orientadora das políticas relacionadas ao turismo. Assim, pode influenciar a incorporação do discurso do turismo sustentável, fazendo com que tais políticas, em cada um dos países, contribuam para que o turismo se estabeleça pautado nos princípios da sustentabilidade, considerando os aspectos econômico, ambiental, social e político-institucional, estimulando uma nova ética no turismo que se distancie da ética e moral capitalista apresentada por Boff (2003).

Para facilitar a compreensão sobre os estudos de sustentabilidade, ela é desmembrada nas categorias a seguir, de acordo com o Ministério do Turismo (2007, p. 20):

Sustentabilidade ambiental: assegura a compatibilidade do desenvolvimento com a manutenção dos processos ecológicos essenciais à diversidade dos recursos.



Figura 7.3: Contemplação de tartaruga marinha.

Fonte: http://www.icmbio.gov.br/tamar/index.php?id_menu=114

Sustentabilidade sociocultural: assegura que o desenvolvimento aumente o controle das pessoas sobre suas vidas, preserve a cultura e os valores morais da população e fortaleça a identidade da comunidade. Tem por objetivo construir uma civilização mais igualitária com relação à distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.



Figura 7.4: Manifestação cultural.

Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/riotur/pt/album/popfotos.php?Pagina=52&CodMidia=152433>

Sustentabilidade econômica: assegura que o desenvolvimento seja economicamente eficaz, garanta a equidade na distribuição dos benefícios advindos desse desenvolvimento e gere os recursos de modo que possam suportar as necessidades das gerações futuras.



Figura 7.5: Representação da falta de equidade econômica.
Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/173727>

Sustentabilidade político-institucional: assegura a solidez e continuidade de parcerias e compromissos estabelecidos entre os diversos agentes e agências governamentais dos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e nas três esferas de poder (Executivo, Legislativo e Judiciário), além daqueles atores situados no âmbito da sociedade civil.



Figura 7.6: Ilustrando a ideia de parceria.

Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1028813>

Com relação ao significado de cada uma dessas categorias, temos os critérios de sustentabilidade que, segundo o autor L. France (1997), citado na publicação do Ministério do Turismo “Turismo e Sustentabilidade” (2007), considera que o turismo deve:

Ser ecologicamente suportado e economicamente viável, simultaneamente.

Distribuir eqüitativamente seus benefícios.

Observar a ética e ser socialmente aceito pela comunidade receptora.

Integrar-se com todos os aspectos do ambiente, de modo a respeitar áreas frágeis e a capacidade de suporte das áreas visitadas.

Incentivar a participação de todos os atores envolvidos, pois a conservação da herança cultural e natural envolve cooperação, planejamento e manejo.

Garantir a satisfação do turista e, concomitantemente, direcionar o seu comportamento, no sentido da conservação dos ambientes e respeito à cultura local.

Estar integrado com a economia local e promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras.

Ser necessariamente planejado e aplicar os princípios de sustentabilidade a todos os componentes do produto turístico (desde os transportes utilizados, a harmonia das instalações construídas com o ambiente, a questão do saneamento, o uso eficiente de energia etc.).

Realizar *marketing* responsável.

Pesquisar e monitorar a atividade turística de modo a garantir que o desenvolvimento dessa atividade aconteça de acordo com os princípios e critérios da sustentabilidade, de maneira que os avanços sejam mantidos e evitando retrocessos.



Atividade

Atende aos Objetivos 2 e 3

2. Relacione desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e ética com a prática social denominada turismo. Para fazer a relação solicitada, leia o texto a seguir:

A relação do turismo com o meio natural é de dependência do primeiro com relação ao segundo. Isso porque a natureza se constitui como uma das principais estruturas sobre as quais está apoiada a atividade turística. Por isso, a degradação do ambiente não interessa ao turismo porque este tem o espaço como principal objeto de consumo. A degradação do meio natural vai ao encontro da lógica de reprodução da atividade. Por isso, o turismo possui grande interesse na preservação e conservação da natureza, inclusive como premissa básica para a continuidade dessa atividade.

Sendo assim, a relação entre turismo e ética ambiental se torna extremamente estreita. A atividade turística possui forte interesse na propagação de valores éticos referentes ao meio natural, pois, dessa forma, a atividade tem mais um aliado no processo de continuidade da mesma. Podemos perceber, inclusive, que o turismo, quando planejado de forma consciente e com valores ambientais de preservação e conservação, pode criar instrumentos de auxílio na proteção do meio ambiente.

Isso acontece com o chamado ecoturismo (ou turismo ecológico), pois essa modalidade de turismo se diferencia bastante do chamado turismo de massas, geralmente grande causador de impactos negativos no ambiente. As características do ecoturismo são totalmente distintas das do turismo convencional (ou de massas), desde o propósito da viagem até os equipamentos utilizados na atividade. Como exemplo, podemos citar algumas diferenças entre as necessidades dessas duas modalidades de turismo. Enquanto o turismo de massa exige uma infraestrutura muito mais elaborada, com equipamentos como aeroportos, energia elétrica, telefonia, hotéis, resorts, a atividade ecoturística não exige grandes equipamentos de infraestrutura, e quando os exige geralmente tem uma menor concentração espacial (...) (SANTOS, 2006, p. 10).

Resposta Comentada

Desenvolvimento sustentável “é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.” A sustentabilidade está relacionada ao desenvolvimento sustentável porque é uma qualidade do que é sustentável. Para facilitar a compreensão dos aspectos envolvidos no desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade é categorizada em ambiental, sociocultural, econômica e político-institucional, lembrando que essas categorias são adotadas pelo Ministério do Turismo, pois existem outros autores, como Ignacy Sachs e Roberto Guimarães, que a categorizam de maneira diferente.

Assim, a sustentabilidade ambiental busca compatibilizar o desenvolvimento respeitando os processos ecológicos e a capacidade dos recursos renováveis, enquanto a sustentabilidade sociocultural deve assegurar que o desenvolvimento proporcione a valorização da cultura e os valores morais da população, fortalecendo a identidade da comunidade, além de promover a equidade na distribuição de renda e de bens, reduzindo o abismo social entre as classes. A sustentabilidade econômica está relacionada à distribuição dos benefícios advindos desse desenvolvimento, como a geração de emprego e riqueza social sem dependência externa; e a sustentabilidade político-institucional está diretamente relacionada às parcerias e aos compromissos estabelecidos entre os diversos agentes e agências governamentais.

Considerando que desenvolvimento sustentável está relacionado às várias categorias de sustentabilidade, entende-se que, se todas forem colocadas em prática, é possível aplicar a dimensão da sustentabilidade modificando a visão sobre o mundo e sobre o status do homem em relação às demais formas de vida. Assim, a sociedade formulará seus conceitos de justiça ambiental relativos às formas de vida não humanas, às gerações futuras e às gerações atuais, atribuindo valor e tomando decisões sobre o meio ambiente.

Nesse contexto, o turismo possui forte interesse na propagação de valores éticos referentes ao meio natural, pois, dessa forma, a atividade tem mais um aliado no processo de continuidade da mesma.

Influenciado pelo conceito de desenvolvimento sustentável, o Brasil acentuou os esforços no sentido de promover e desenvolver o ecoturismo como forma alternativa ao turismo de massa e com a finalidade de utilizar os recursos naturais disponíveis no país de maneira sustentável e de valorizar a cultura local. Assim, o turismo incorpora o discurso da sustentabilidade e busca, nos lugares onde está inserido, proporcionar a conservação ambiental, a valorização cultural, oportunizar a equidade social e influenciar as atitudes na construção de uma sociedade mais ética, ou seja, mais justa.

A abordagem feita até este momento está diretamente relacionada à reconstrução dos valores sociais pautados em princípios de justiça social, ambiental, propiciando oportunidade de trabalho, renda, saúde, educação e cidadania a todos os povos, independentemente de raça, cor, credo. E sabemos que essa reconstrução está ligada ao caráter da moral, que é social e pessoal, conforme você viu nas aulas anteriores.

Assim, provavelmente você já questionou qual a sua contribuição para a construção de uma nova ética pautada nos princípios de equidade social, eficiência ambiental e econômica. Cada um é capaz de propor uma moral constituinte a partir da experiência vivida e influenciar a moral constituída.

Você pode pensar que o que está ao seu alcance é muito pouco e talvez não tenha efeito porque uma “andorinha voando sozinha não faz verão”. Mas pense: se cada andorinha que voar sozinha encontrar outras que também começaram o voo de forma isolada, certamente formarão um bando e irão fazer verão!

Seguindo esse raciocínio, você pode fazer coisas como reduzir o consumo de recursos (água, energia elétrica) em sua casa, fato que se reflete não apenas no meio ambiente, mas em economia de dinheiro para você e sua família; ao fazer compras, adquirir produtos cujas embalagens sejam recicláveis; em vez de comprar um produto em várias unidades, comprar um frasco maior que utilize apenas uma embalagem; comprar roupas, sapatos e outros produtos quando realmente necessitar e não quando a moda ditar; usar um equipamento eletrônico até o fim de sua vida útil e não trocá-lo a cada novo modelo.

Parece pouco, mas, se milhões de pessoas fizerem isso, a quantidade de lixo produzido será menor e a quantidade de recursos naturais a serem utilizados nos processos de produção serão menores também.

Este é o momento de repensarmos o modo de produção e dar início a outro que seja influenciado pela sustentabilidade ambiental, sociocultural, econômica e político-institucional, pois é por meio delas que validaremos o uso dos recursos naturais de maneira que haja manutenção da diversidade e equidade na distribuição econômica de bens; que a justiça social seja efetiva e a parceria e os compromissos entre governo, iniciativa privada e organizações não governamentais sejam cumpridos.

O turismo sustentável pode ser um agente desse processo, na medida em que contribui para a valorização do ambiente natural e da cultura local como atrativos turísticos. Por outro lado, a atividade turística gera oportunidades para as pessoas se inserirem no processo produtivo e obterem retorno econômico a partir dos conhecimentos que têm a respeito das tradições locais e da relação entre memória, identidade e localidade.



A pegada ecológica é uma metodologia para avaliação dos hábitos que compõem o estilo de vida das pessoas demonstrando qual seria a quantidade de terra e água necessária para sustentar a vida no planeta. Faça

a sua pegada ecológica e responda às questões disponíveis no endereço eletrônico <http://www.pegadaecologica.org.br/> e descubra de quantos planetas você precisa para viver com o seu estilo de vida atual.

Fonte: http://www.stockxpert.com/browse_image/view/31167801/?ref=sxc_hu



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Ao discutir sustentabilidade, podemos identificar os preceitos do capitalismo ou a ética capitalista, que consideram que o bom é o “que permite acumular mais com menos investimento e em menos tempo possível” (BOFF, 2003, p. 41), e a moral capitalista, que está diretamente vinculada ao “empregar menos gente possível, pagar menos salários e impostos e explorar melhor a natureza para acumular mais meios de vida e riqueza” (BOFF, 2003, p. 41).

Em sua percepção, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as Metas para o Milênio, o turismo a partir da incorporação dos conceitos de sustentabilidade ambiental, sociocultural, econômica, político-institucional e dos critérios de sustentabilidade podem construir uma nova ética, ou seja, diferente da ética e moral capitalista apresentada por Leonardo Boff? Justifique.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Resposta Comentada

Considerando que a ética é o conjunto de normas constituídas e que somos sujeitos morais capazes de propor a moral constituinte, por exemplo, ao validarmos os conceitos de sustentabilidade ambiental, sociocultural, econômica e político-institucional, assim como o turismo sustentável, influenciaremos o surgimento de novas atitudes que serão, ao longo do tempo, incorporadas e farão parte da mo-

ral constituída. Os princípios são os preceitos que, se colocados em prática, agirão como influenciadores na validação de novas normas morais regidas pela preocupação com os aspectos ambiental, socio-cultural, econômico e político-institucional aceitos pela sociedade. Assim, entende-se que, por meio da validação de princípios que utilizem os recursos naturais de maneira que haja manutenção da diversidade e por meio da justiça social e da equidade na distribuição econômica de bens, além do fortalecimento da parceria e dos compromissos entre governo, iniciativa privada e organizações não governamentais, haverá a construção de novas atitudes articuladas com uma nova ética para a sociedade.

No que se refere ao turismo sustentável, este pode ser um agente do processo na medida em que contribui para a valorização do ambiente natural e da cultura local como atrativos turísticos, gerando oportunidade para as pessoas se inserirem no processo produtivo e obter retorno econômico a partir dos conhecimentos que têm a respeito das tradições locais e da relação de memória e identidade com a localidade.

Resumo

Alguns fatos importantes serão citados quando o assunto for a questão ambiental, relacionada ao turismo ou não, dentre eles: a Declaração Universal dos Direitos do Homem; o relatório *Os limites do crescimento*; A conferência realizada em Estocolmo em 1972; O relatório *Nosso futuro comum*; a ECO-92; a Agenda 21; o Protocolo de Quioto; a Carta da Terra e as Metas para o Milênio. E, nesse contexto, o surgimento do turismo sustentável contempla os aspectos econômicos, social, ambiental e político-institucional, assim como os benefícios que podem gerar para as populações que vivem nos destinos turísticos. Foi considerado o que Romero (2004, p. 6) apresenta como a dimensão ética da sustentabilidade, ou seja:

A forma pela qual a sociedade usa o meio ambiente é decorrente de sua visão sobre o mundo e sobre o *status* do homem em relação às demais formas de vida. Assim, a sociedade formula seus conceitos de justiça ambiental relativos às formas de vida não humanas, às gerações futuras e às gerações atuais, atribuindo valor e tomando decisões sobre o meio ambiente.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, estudaremos a ética no contexto do turismo e sua relação com a comunidade local.

8

Turismo e comunidade local: relações permeadas por uma nova ética

Meta da aula

Apresentar uma reflexão sobre o conceito de comunidade e seu uso no contexto do turismo, tendo em vista a análise de algumas situações que inibem a participação pública no turismo.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1 identificar o conceito de comunidade e o significado atribuído a este termo no contexto do turismo;
- 2 reconhecer alguns dos motivos que impedem a participação pública no turismo;
- 3 reconhecer a importância da participação da comunidade no contexto da democratização do país e sua relação com o turismo;
- 3 analisar a relação entre participação, comunidade e turismo;

Introdução

A identidade brota entre os túmulos das comunidades, mas floresce graças à promessa da ressurreição dos mortos (BAUMAN, 2003, p. 20).

Para compreendermos a temática desta aula, faremos uma explanação sobre o que entendemos por comunidade local, assim como sua relação com o turismo.

Gostaríamos que você pensasse se algum dia já utilizou a palavra “Comunidade” e em que contexto a empregou, pois muitas vezes fazemos uso de determinadas palavras sem pensar em seu real significado.

Assim, nossa reflexão objetiva o momento a partir do qual passamos da transição do turismo de massa para um turismo pautado nos princípios de sustentabilidade em que a comunidade local ganha destaque nos discursos relacionados ao turismo. E por que isso acontece? Dentre outros motivos, porque migramos de um regime político ditatorial para outro, democrático, modificando as bases que regem determinados princípios na sociedade, como a descentralização política e um novo papel dos municípios na escala administrativa. Assim, a administração passou a gerir questões relativas ao turismo por meio da municipalização como estratégia de desenvolvimento e organização do setor e envolvendo a participação da comunidade local.

Nesse sentido, é importante fazer referência à primeira metade da década de 1990, quando um programa da Política Nacional de Turismo (1996-1999), denominado Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT –, dá início ao processo de municipalização e consagra o discurso do envolvimento da comunidade.

Mas o discurso sobre comunidade não se dá ao acaso; ele está relacionado à influência do conceito de desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade ambiental, sociocultural e eco-

nômica (assunto da aula anterior), em que a comunidade deve ser valorizada do ponto de vista cultural, e não há como conseguir tal valorização sem engajá-la no turismo.

Assim, é pertinente questionarmos quem é a comunidade para o turismo, pois é comum encontrarmos textos que apresentam os agentes sociais da seguinte forma: poder público, iniciativa privada, terceiro setor e comunidade.

É fácil identificarmos que o poder público é a representação do executivo local; que a iniciativa privada é caracterizada pelas organizações do mercado; que o terceiro setor nos remete à existência de organizações não governamentais e à comunidade.

O poder público, a iniciativa privada e o terceiro setor falam por si mesmos, o que são e o que representam, fato que nos permite ter maior clareza de seus papéis em relação ao turismo. Quem é a comunidade e o que cabe a ela no turismo? Esse questionamento também é oriundo das ações do PNMT, pois uma etapa integrante deste programa foi a constituição do Conselho Municipal de Turismo – Comtur, que seria composto por membros do poder público, da iniciativa privada, do terceiro setor e da comunidade local, mas poucos foram os conselhos que tiveram representantes da comunidade local.

No caso da composição do Comtur, não há dúvidas com relação a quem seriam os representantes da iniciativa privada, tendo em vista que sempre foi significativamente representada por associações e sindicatos relacionados ao *trade* turístico, como as associações de hotéis, os sindicatos de bares, restaurantes e similares, os sindicatos de transportes rodoviários e outros meios de transportes, a associação das agências de viagens; os sindicatos de guias de turismo, e, às vezes, a associação de artesãos. Por outro lado, não se tem clareza quando se pensa na representação da comunidade. Assim, quem poderia representar, no Comtur, os interesses da comunidade local?

Nesse sentido, entendemos que é necessário adotar um conceito de comunidade para trabalharmos no contexto do turismo e não nos utilizarmos do discurso vago que tem como obje-

tivo impressionar o público em geral sem uma real intenção de colocá-lo em prática. Veremos a seguir alguns conceitos atribuídos à palavra “comunidade”:

O significado do termo “comunidade”

Para o Ministério do Turismo – MTUR, o entendimento de comunidade se dá a partir do conceito de identidade, conforme a publicação *Turismo e sustentabilidade*, a seguir:



Podemos entender o termo “comunidade” remetendo-nos a atributos, práticas e interesses comuns a várias pessoas, a um grupo ou a diversos grupos. Partindo dessa idéia, é possível compreender que aquilo que esses grupos têm em comum lhes conferem uma “identidade”. Os interesses comuns que definem uma comunidade e a identidade que lhe é correspondente podem ser atribuídos por um olhar interno ou externo a ela. Em se tratando de turismo, a mediação entre esses dois olhares é fundamental. Uma comunidade receptiva deve ser, portanto, um espaço representado por um grupo minimamente consensual em torno da valorização de seus recursos (BRASIL, 2007, p. 37).

Embora o Ministério do Turismo adote um conceito de comunidade relacionado a uma identidade, baseado no que se tem em comum, deve-se refletir também sobre essa colocação, pois, para Young (1999, p. 164), citado por Bauman (2003, p. 20), “precisamente quando a comunidade entra em colapso, a identidade é inventada”.

Por outro lado, ao analisarmos o significado do verbete no *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, temos que “comunidade” significa:

Qualidade ou estado do que é comum; comunhão; Concordância, conformidade, identidade; O corpo social; a sociedade; (...) 5. Qualquer grupo social cujos membros habitam uma região determinada, tem um mesmo governo e estão

irmanados por uma mesma herança cultural e histórica; (...) 6. Qualquer conjunto populacional considerado como um todo, em virtude de aspectos geográficos, econômicos e/ou culturais comuns; (...) 7. Grupo de pessoas considerado, dentro de uma formação social complexa, em suas características específicas e individualizantes; (...) 8. Grupo de pessoas que comungam uma mesma crença ou ideal; (...) 9. Grupo de pessoas que vivem submetidas a uma mesma regra religiosa; (...) 12. Agrupamento que se caracteriza por forte coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos (FERREIRA, 2004, p. 513).

Os significados encontrados no dicionário são abrangentes e permitem que empreguemos a palavra “comunidade” em um sentido amplo, considerando, inclusive, a ideia de identidade em concordância com o MTUR.

Outra questão que deve ser esclarecida é que comunidade não é sinônimo de coletividade social e, para Tönnies (1887), a ideia de comunidade inclui um sentimento muito forte de pertencimento e compromisso mútuo baseado em uma cultura homogênea, experiência em comum e acentuada interdependência.

Para Tönnies (1887), citado por Boudon e Bourricaud (1993):

Comunidade se opõe à sociedade, como se só houvesse dois tipos de situação em que os homens pudessem estabelecer suas relações. À sociedade fundada na estrita individualidade de interesses, que evoca a concepção do choque de egoísmos, simbolizando os laços impessoais, anônimos, contratuais e amorais característicos da sociedade industrial moderna, opõe-se a comunidade, representada pela comunidade integrada, pré-industrial, em pequena escala, baseada em parentesco, amizade e vizinhança, em que as relações sociais são íntimas, duradouras e multiintegradas, além de estabelecidas na identidade substancial de vontades, assinaladas umas às outras pela mesma origem e destino.

Ou seja, para Tönnies, a comunidade foi substituída pela sociedade. Já para Buber (1987), este não é um processo irrever-

sível, ou seja, é possível reconstruir a comunidade que supere a estrita individualidade em favor do que Ander-Egg (1980, p. 45) chama de:

um agrupamento organizado de pessoas que se percebem como unidade social, participam dos mesmos interesses, objetivos e funções comuns, com consciência de pertencimento, situados em uma determinada área geográfica, na qual há pluralidade de pessoas que interagem mais intensamente entre si que em outro contexto.

Entendemos que esse conceito é apropriado para uso pelo turismo uma vez que nos remete à ideia de pertencimento restrito a uma determinada área geográfica com pluralidade de pessoas. A pluralidade nos permite inferir que existe também pluralidade de ideias que “desenvolvem ‘comunidade de indivíduos que acreditam’ que é preciso comparar, fazer escolhas, fazê-las repetidamente, reconsiderar escolhas já feitas em outras ocasiões, tentar conciliar demandas contraditórias e frequentemente incompatíveis” (BAUMAN, 2005, p.17).

Por sua vez, Eric Hobsbawm (1994) nos alerta sobre o uso da palavra “comunidade”, que “nunca foi utilizada de modo tão indiscriminado e vazio quanto nas décadas em que as comunidades no sentido sociológico passaram a ser difíceis de encontrar na vida real”.

Assim, é necessário esclarecer o significado de comunidade todas as vezes que a empregamos no turismo, pois é a partir dele que entenderemos a quem estamos nos referindo, impedindo que uma ideia generalista se propague, pois, se não definirmos quem é a comunidade a que se referem os documentos oficiais do turismo, como iremos medir algum resultado sobre esta comunidade, sobre sua participação do turismo?



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Pergunte a pessoas próximas a você (familiares, vizinhos) qual é o significado de comunidade e veja se coincide com algum dos conceitos apresentados.

Comentário

É importante observar se nas respostas surge algo relacionado a pertencimento a um determinado local, mobilização em prol de interesse comum. Após coletar as respostas, relate-as, apontando as correlações com os aspectos apresentados. Utilize os conceitos apresentados no texto e indique a aproximação entre eles e as respostas obtidas.

Comunidade no contexto do turismo

O turismo é uma prática social que consome espaço (CRUZ, 2001), ou seja, envolve deslocamentos de pessoas para determinados territórios, que estabelece relações e transformações, que tem interferência direta na vida das pessoas que habitam tais localidades.

Quando o turismo se instala em determinados territórios, tende a apropriar-se dele, demandando planejamento em concordância com os aspectos legais vigentes (Lei de Uso do Solo, Lei Orgânica, Legislação Ambiental etc.), para que seus efeitos positivos sejam maximizados e, conseqüentemente, os negativos sejam minimizados.

Tais efeitos podem ser ambientais, econômicos, sociais e político-institucionais. Os ambientais parecem merecer destaque e certa prioridade em função da influência do discurso da sustentabilidade ambiental (aula anterior), mas os efeitos socioculturais também são tão importantes quanto, pois os efeitos culturais positivos ou negativos se refletem nas relações entre as pessoas, entre moradores locais e entre estes e os turistas, proporcionando trocas culturais mútuas.

Durante muito tempo, o turismo influenciado pela dinâmica do modo de produção capitalista não considerou a população local como beneficiária deste fenômeno. Ela, a comunidade, apenas tinha contato com pessoas que, por algum motivo, desconhecido, talvez, fosse visitar sua cidade, sem ter consciência de quem era o turista e o que era o turismo. Quando se fala em envolver a comunidade no turismo, queremos, entre outros motivos, reverter essa realidade.

Nesse sentido, surge um desafio, pois se em um momento tem-se o discurso do envolvimento da comunidade no turismo, como deverá ser esse envolvimento? Ele é bem-vindo? Como a comunidade pode ser envolvida?

No Brasil, com o regime democrático de governo, alguns princípios em relação à governança foram modificados, e um deles é a participação pública como forma de legitimação das ações do governo, possibilitada pela tecnologia e pelos mecanismos de representação.

No início da década de 90 do século XX, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, além de trabalhar para que a gestão do turismo acontecesse em âmbito municipal, por meio da sensibilização da população, da constituição do Conselho Municipal de Turismo, do Fundo Municipal do Turismo e da elaboração de um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, busca por meio da sensibilização envolver a comunidade.

E colocar em prática, fazer acontecer a participação da “comunidade local”, foi em alguns momentos considerado um gar-

galo do PNMT, pois nos casos em que houve mobilização das pessoas foi possível a organização e, conseqüentemente, a participação no turismo. Porém, a participação preconizada no PNMT não foi unanimidade no território nacional; variou em função do trabalho realizado em cada unidade da Federação, além dos elementos culturais que facilitam ou não tal mobilização. Pode-se verificar isto a partir da observação dos diplomas legais que instituem os Conselhos Municipais de Turismo, pois neles são definidas as representações do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada.

A participação da comunidade local foi, de certa forma, limitada por motivos como a cultura da não participação, em que se espera que os representantes do poder público decidam o que é melhor; pelas formas de divulgação e tentativas de sensibilização equivocadas, que não contribuíram para que o objetivo fosse alcançado; e, em outras situações, há o interesse na não participação da comunidade para que o risco de dividir o poder seja menor. Com isso, queremos dizer que, em muitas ocasiões, a participação da comunidade não é bem-vinda e é encarada com um risco para quem sempre esteve no poder. Com a participação da comunidade, podem existir mais questionamentos e pode haver necessidade de transparência; isso seria considerado negativo, trabalhoso, delicado para quem quer se manter no poder e não evoluir para uma nova forma de gerir na sociedade contemporânea.

Mas esta situação não é exclusiva do Brasil. Observe a experiência em New South Wales, na Austrália, em que Jenkins (1993), citado por Hall (2001, p. 56-57), identificou alguns impedimentos à participação pública no planejamento turístico, a saber:

O público geralmente tem dificuldade em compreender questões de planejamento complexas e técnicas;

O público nem sempre está ciente do processo de tomada de decisões, nem o compreende;

A dificuldade em obter e manter representatividade no processo de tomada de decisões;

A apatia dos cidadãos;

O aumento dos custos financeiros e de pessoal;

O prolongamento do processo de tomada de decisões;

Efeitos negativos sobre a eficiência da tomada de decisões.

Nesse sentido, as oficinas de sensibilização e mobilização do Programa de Regionalização do Turismo, como veremos mais adiante, parecem ser uma forma de modificar alguns dos impedimentos de participação pública.

Para que esse contexto fique mais claro, vamos relatar uma experiência que tivemos em um determinado município turístico, quando participamos de uma **audiência pública** para discutir o plano de desenvolvimento turístico.

Para nossa surpresa, apareceram apenas alguns empresários do setor e representantes do poder público. A comunidade não se fez representar.

Intrigaram-nos os fatores que poderiam ter contribuído para que os participantes fossem apenas o poder público e a iniciativa privada. Assim, um aspecto que relacionamos com a pouca representatividade foi o horário, às 12 horas, não muito apropriado para uma audiência pública, com participação voluntária. Outro fator pode ter sido a falta de conhecimento e esclarecimento do que vem a ser uma audiência pública e quais seus objetivos, além da ausência de divulgação. Por último, podemos entender que a realização de uma audiência pública sem representatividade significativa da comunidade, com apenas alguns interessados, é uma estratégia política para não dividir o poder.

A falta de divulgação foi descartada tendo em vista que um dos organizadores afirmou ter solicitado a um jornal local que publicasse uma nota sobre a realização da audiência pública, ao mesmo tempo convidando as pessoas para participarem. Também houve divulgação na emissora de rádio do município. Então, perguntamos: Como será que a mensagem foi escrita e falada? As pessoas que ouviram teriam compreendido do que se

■ **Audiência pública**

Forma de participação popular como maneira de facilitar a troca de informação entre o poder público e os cidadãos.

tratava? Mais: elas teriam tido algum sinal de que faziam parte desse grupo ou dessa comunidade reunida em torno de ideias sobre o turismo que poderiam ter despertado seu interesse em participar? Teriam tido algum sinal de que pertenciam a esse grupo que pensa e decide o turismo na localidade?

São vários os fatores e as intenções que existem quando se fala em audiência pública e em participação pública, e, uma vez que os organizadores cumpriram o papel de divulgar o evento no jornal de circulação local e na emissora de rádio, seria muito cômodo decidir e, se fosse o caso, argumentar que a comunidade foi convidada, mas não participou.

E para quê e por que a população é chamada a participar das audiências públicas ou de outras formas de envolvimento? Em primeiro lugar, porque é um princípio e um direito do cidadão garantido pela Constituição Federal de 1988. Em segundo, porque as políticas públicas e os planos afetam profundamente a vida cotidiana e o futuro de cada um que vive no território contemplado por tais políticas e planos; em terceiro, pela transparência nos processos políticos, recolhimento de informações e equacionamento de conflitos.

De acordo com Leroy; Soares (1998), citados por Irving (2003, p. 174):

Participação plena ou participação cidadã é vista como um processo capaz de gerar uma nova dinâmica de organização social, fomentando a intervenção da população nas políticas públicas. Não se esgota dentro do projeto, mas se relaciona diretamente com questões amplas, tais como democratização, equidade social, cidadania e defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, requer a democratização do poder sobre o uso dos recursos financeiros e sobre a definição e implementação de políticas públicas.

Outro conceito que corrobora a ideia de Leroy é de Arnstein (1969, p. 216), que, num contexto social amplo, define participação como sendo “a distribuição de poder que permite que os cidadãos marginalizados, presentemente excluídos do processo

político e econômico, sejam deliberadamente incluídos no futuro”. E a redistribuição de poder está relacionada à redemocratização que ocorreu no Brasil e em outros países da América Latina após o término do regime militar.

Outro aspecto que podemos destacar com relação ao discurso que defende a participação popular diz respeito ao fato de que as políticas públicas estariam mais voltadas para os interesses coletivos em vez de determinados grupos, como aconteceu ao longo de décadas.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. Leia as notas 1 e 2 a seguir:

Nota 1

Comissão de Turismo faz audiência pública em Estrela do Sul

Em sua primeira reunião no interior neste ano, a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo da Assembléia Legislativa de Minas Gerais faz audiência pública na próxima sexta-feira (13/3/09), em Estrela do Sul, Alto Paranaíba. O objetivo é discutir o potencial turístico da cidade e região, bem como a reivindicação pelo título de cidade natal de Dona Beja. A audiência, requerida pelo deputado Tenente Lúcio (PDT), presidente da comissão, acontece na Câmara Municipal, na Praça Chico Brasileiro, 73, às 11 horas.

Com uma população de 6.664 habitantes, de acordo com dados de 2005 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Estrela do Sul fica a 498 quilômetros de Belo Horizonte. Segundo a Secretaria de Estado da Cultura, a cidade foi fundada pelo bandeirante paulista João Leite da Silva Ortiz, com o nome de povoado de Bagagem, em meados do século XVIII. Com a descoberta do diamante “Estrela do Sul”, em 1852, a cidade passa a adotar este nome. O diamante pesava 254,5 quilates e foi lapidado na Europa. Sua fama se deve à propriedade que tem de mudar de cor, do branco ao cor-de-rosa, quando em exposição à luz. A última

informação que se tem é de que ele esteve em leilão na 22ª Bienal de Paris, no Museu do Louvre, de 15 a 22 de setembro de 2004.

Dentre vários aventureiros que se instalaram na cidade, em busca do sonho de riqueza, está Anna Jacintha de São José, a famosa cortesã do Brasil-Império conhecida como Dona Beja. Em Estrela do Sul, ela viveu por mais de 20 anos, até o seu falecimento em 1873, segundo informações encontradas no *site* da prefeitura municipal.

Estrela do Sul conta com rico patrimônio histórico e ecológico, destacando-se como pontos turísticos: o morro da Bagaginha, o balneário da Beja e os escombros de sua casa, a igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, o morro Vermelho, garimpos de diamantes, além de inúmeras cachoeiras e cascatas formadas pelo rio Bagagem.

Convidados – Foram convidados para a audiência pública: a secretária de Estado de Turismo; o presidente do Sindicato dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Minas Gerais, o presidente da Federação dos Conventions e Visitors Bureau de Minas Gerais, o secretário de Turismo de Uberlândia, a prefeita de Abadia dos Dourados e o prefeito de Araguari.

Responsável pela informação: Assessoria de Comunicação
-31-2108 7715 <https://webmail.uff.br/horde/imp/message.php?Horde=042kpvmbtvdmg0m9p3l3st8p3&index=3166>

Nota 2

16/10/2008 14h08min

Audiência Pública debate potencial turístico de Ilha Grande

O Nordeste brasileiro hoje é o grande foco para futuros investimentos turísticos

Do GP1

Acontece hoje (16), a partir das 9 horas, Audiência Pública, na Comissão de Infra-Estrutura e Política Econômica da Assembleia Legislativa, solicitada pelo deputado João de Deus (PT), para discutir o potencial turístico dos municípios de Ilha Grande e Parnaíba, com o objetivo de novos investimentos para o desenvolvimento do turismo na região.

De acordo com pesquisas realizadas pela Associação para o Desenvolvimento Imobiliário e Turístico do Nordeste Bra-

sileiro (ADIT Nordeste), cerca de 80 empreendimentos estão em fase de operação ou construção no litoral piauiense, além de licenciamento ou planejamento de outros projetos nesse setor.

Conforme estudos do Governo Federal, o Nordeste brasileiro, hoje, é o grande foco para futuros investimentos na rede do turismo internacional. O Nordeste, especialmente o litoral do Piauí, oferece ao turista estrangeiro grande diversidade cultural e ambiental, neste instante.

Estados como Ceará, Alagoas e Sergipe já vêem o resultado desses investimentos, através do impulso na economia, e a geração de emprego e renda, com mão de obra qualificada.

Convidados – Foram convidados a participar da audiência pública: Dalton Macambira, secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Romildo Mafra, superintendente do Ibama, Kelson Lages, do Ministério Público, Maria Carmen Almeida, curadora do Meio Ambiente, Emir Martins, procurador-geral do Ministério Público, Júlio Medeiros, coordenador técnico do empreendimento Ecocity.

Também estarão presentes ao debate o representante do Complexo Barramares, gerente da ADRS, Apa do Delta, presidente da Associação Industrial do Piauí, Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, Fundação Rio Parnaíba, ABAV, prefeita eleita de Ilha Grande. Participarão da audiência outros representantes do setor empresarial e promotores de eventos.

Fonte: Alepi.

<http://www.gp1.com.br/noticias/audiencia-publica-debate-potencial-turistico-de-ilha-grande-47689.asp>

a) Indique três motivos que impedem a participação pública no turismo e a partir deles reflita sobre a realidade do seu município no sentido de identificar se a comunidade local não participa do turismo e quais são os impedimentos que ela enfrenta. Você percebe alguma semelhança em sua cidade?

b) Existe alguma informação que permite que a comunidade local entenda que está convidada a participar da audiência pública? Teriam as pessoas algum sinal de que pertencem ao grupo dos convidados?

c) Escreva uma nota para um jornal convidando a comunidade a participar de uma audiência pública para dialogar sobre turismo em sua cidade.

Respostas Comentadas

a) Para responder esta questão, utilize os motivos apresentados na aula. Os motivos se relacionam a aspectos como: o poder público ter dificuldade em planejar, as pessoas ainda não terem consciência sobre os processos de tomada de decisão que sejam participativos, apatia das pessoas e necessidade de mais tempo para o processo de tomada de decisões.

b) Não, pois está explícito quem são os convidados. Não deixa nenhuma margem para que ela subentenda que está convidada para participar da audiência pública. Pelo perfil dos convidados, não há como a comunidade perceber que pertence a este grupo e que deveria ter sido convidada.

c) Você pode utilizar as notas 1 e 2, complementando para que a comunidade perceba que o convite também é para ela. Ou escrever outro, desvinculado das notas 1 e 2. Em ambos, deixe claro o assunto, qual o objetivo da audiência pública, quem são os convidados e enfatize a importância da participação de cada cidadão.

Tendo este cenário como “pano de fundo”, faz-se necessário pensar em estratégias que tragam resultados mais interessantes no sentido de envolver a população local no turismo.

Assim, o Plano Nacional do Turismo (2003-2007), por meio do Programa de Regionalização do Turismo, prevê a realização de nove oficinas de capacitação:

- 1 sensibilização;
- 2 mobilização;
- 3 institucionalização da instância turística;
- 4 elaboração do plano estratégico de desenvolvimento regional do turismo;
- 5 implementação do plano estratégico de desenvolvimento regional do turismo;
- 6 sistema de informações turísticas;
- 7 roteirização turística;
- 8 promoção e apoio à comercialização;
- 9 sistema de monitoria e avaliação do programa.

Mas são as duas primeiras que nos interessam, pois estão diretamente voltadas para trabalhar com a sensibilização e a mobilização da população em relação ao turismo.

E o que se entende por sensibilização? Conforme definição adotada pelo MTUR, sensibilizar é

oferecer, às pessoas da comunidade ou da região, os meios e os procedimentos que as façam perceber novas possibilidades e lhes permitam enfrentar as mudanças e as transformações necessárias quando se adota uma nova postura frente ao turismo (BRASIL, 2008, p. 39).

Para o MTUR, aqueles que devem ser sensibilizados são:

1. Os que trabalham e lidam com equipamentos de hospedagem, de alimentação, de agenciamento, de transporte e de lazer;
2. Estudantes e professores;
3. Profissionais liberais;

4. Artesãos;
5. Atendentes dos comércios turísticos convencionais;
6. Representantes de cada região, tanto do setor público como do privado, e da sociedade civil;
7. Representantes das Câmaras Temáticas Estaduais de Regionalização, criadas pelo Estado, e que alimentam os Fóruns Estaduais de Turismo, que podem ter, também, representantes;
8. Representantes de reconhecida liderança nas organizações sociais das comunidades locais;
9. Representantes de instituições públicas e privadas de ensino técnico e superior – especialmente da área de turismo;
10. Representantes dos empreendedores e empresários do mercado turístico.

Analisando o público a ser sensibilizado, talvez fosse oportuno exemplificar que tipos de organização são as que representam as comunidades locais.

Quanto à mobilização, o MTUR entende que ela é necessária para motivar e integrar os atores envolvidos com o turismo. Por isso, definiu-a como

um procedimento que deve ser usado em qualquer circunstância que busque exercitar os preceitos de cidadania, democracia e produtividade, para atingir um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados (BRASIL, 2008, p. 81).

Para trabalhar com a mobilização, o MTUR (2008, p. 82-83) elegeu alguns objetivos com a finalidade de estimular o contato entre pessoas, instituições, empresas e comunidade, para que ocorram o envolvimento, a participação e o comprometimento desses atores; ampliar a participação dos agentes locais relacionados ao poder público, empresários, sociedade civil e instituições de ensino; motivar constantemente a comunidade envolvi-

da em todas as etapas e fases do processo de regionalização, de modo que eles participem e se comprometam permanentemente com a implementação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil e com as ações que visam ao desenvolvimento da região; entre outras.

Para que os objetivos sejam alcançados, o MTUR (2008, p. 83) adotou as seguintes estratégias:

- Desenvolver atividades constantes, para garantir permanentemente a participação e o comprometimento da população interessada no processo; identificar e analisar os processos já existentes nas regiões turísticas, integrando-os quando possível e lembrando que alguma coisa sempre pode ser melhorada.
- Identificar, por meio de conversas formais e informais com aqueles que já participam do processo, pessoas e empresas que podem colaborar com o desenvolvimento desejado, mas que ainda não estão participando: esses são atores importantes para somar esforços em favor do desenvolvimento turístico da região.
- Divulgar informações acerca do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil a todos os que se interessam pela atividade turística por meio do Sistema de Apoio a Distância e da Rede Nacional de Regionalização.

Se despertar a motivação dos atores envolvidos com o turismo é uma forma de chamá-los ou fomentar a sua participação, devemos também nos questionar quais são as formas de participação da comunidade.

A Constituição Federal de 1988 prevê a participação da comunidade ou participação da população em alguns artigos como: 5º, XXXIII, LXXI e LXXIII, 10, 74, §2º, 187, 194, VII, 198, III, 204, II, 206, VI, e 216, § 1º.

A participação pode acontecer de várias formas. Dentre elas estão as associações que representam grupos de interesse específicos, como de bairros, unidades de vizinhança, usuários

de determinados serviços, como associações de pais e alunos, presença de ouvidores nos órgãos públicos, criação de “disque-denúncia”, audiências públicas e consultas públicas, orçamento participativo, participação em conselhos.



Para mais informações sobre formas de participação pública, visite o *site* do Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

<http://www.ibam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=243&sid=13>



Atividade

Atende ao Objetivo 3

3.

a) Como a sensibilização e a mobilização podem influenciar as pessoas a participarem de eventos relacionados ao turismo?

b) Faça uma pesquisa sobre seu município e identifique quais as formas de participação da comunidade.

Respostas Comentadas

a) Com a sensibilização, as pessoas terão o mínimo de conhecimento para compreender o turismo e as possibilidades que ele traz. A mobilização pode fazer com que os membros da comunidade local reúnam esforços no sentido de agir e participar do turismo. A mobilização é uma forma de estimular, induzir a organização da comunidade para que ela seja inserida na cadeia produtiva do turismo. Por

meio da sensibilização e da mobilização, surgem ações de fomento ao cooperativismo, incluindo o associativismo, proporcionando melhores condições para empreender o turismo.

b) Faça uma pesquisa e relate se na sua cidade já aconteceu alguma audiência pública. Caso tenha havido, qual foi o assunto, as pessoas participaram e como foi o convite à comunidade se existem associações de bairros ativas, associações de pais e alunos, alguma ouvidoria na prefeitura, criação de “disque-denúncia”, algum tipo de consultas públicas, orçamento participativo, participação em conselhos, enfim, algum canal da população com o poder público.

O turismo no contexto da comunidade

O turismo, quando se estabelece em determinado território, ocasiona transformações espaciais, sociais, ambientais e econômicas. Por isso, é importante que a participação da comunidade, entendida conforme a definição de Ander-Egg (1980), seja efetiva, pois ela é quem receberá e vivenciará tais transformações.

Neste sentido, a comunidade deve ser despertada, educada para participar do processo decisório a respeito das diretrizes das políticas públicas que incidem sobre o território a que pertence com a finalidade de atender às necessidades da população em detrimento único e exclusivo do turismo/turista.

Quando o planejamento do turismo tem como objetivo principal o desenvolvimento econômico, os aspectos sociais e ambientais correm o risco de ser ignorados em nome da geração de emprego e renda para a população, o que nem sempre acontece.

Por sua vez, a sustentabilidade sociocultural permite que se trabalhe no sentido de valorizar o patrimônio cultural e histórico, preservar os costumes locais e incentivar o resgate das tradições e da cultura popular, incluindo manifestações artísticas, como a música, o folclore, as danças, o teatro e o artesanato, entre outras (BRASIL, 2006, p. 12).

Um desafio a ser enfrentado pelos gestores do turismo é não só envolver, mas incluir a comunidade local com o saber fazer próprio e não apenas “formatar” a mão de obra para trabalhar em meios de hospedagem, agências de viagens, eventos. Podemos pensar que gerar emprego em meios de hospedagem, por exemplo, seria bom para moradores locais. Mas uma conversa que tivemos com um jangadeiro, em Muro Alto, Porto de Galinhas/PE, nos fez perceber outro aspecto. Ele nos disse que já havia trabalhado em um *resort*, mas preferia trabalhar com sua jangada, pois se sentia mais livre para conversar com as pessoas, não tinha horário muito rígido, uma vez que começava quando aparecessem os turistas na praia e acabava ao pôr do sol ou se a maré estivesse alta, e além do mais fazia o que sabia.

O depoimento do jangadeiro nos sensibilizou para um novo olhar, o olhar do nativo. A relação que ele tem com o lugar, com o saber, que é herança da família, do grupo de pescadores ao qual pertence, e o fato de ele não se adaptar às atividades laborais no *resort* não significam que ele não possa trabalhar com o potencial de sua região. E mais, ele não é preguiçoso ou descompromissado porque tem uma relação diferenciada com trabalho e com os meios de trabalho. Apenas tem um jeito diferente de entender o exercício de uma atividade.

Observe a seguir alguns impactos socioculturais positivos e negativos que podem surgir do turismo.

Quadro 8.1: Impactos socioculturais positivos e negativos do turismo

Fatores associados ao turismo	Impacto positivo	Impacto negativo
O uso da cultura como atração turística	Maior apoio para as culturas tradicionais e expressões de identidade étnica. Revitalização de artes, festivais e linguagem tradicionais.	Mudanças nas atividades e artes tradicionais para adequar-se à produção para turistas. Desagregação e aglomeração em atividades tradicionais. Invasão de privacidade.
Contato direto entre moradores e turistas	Quebra de estereótipos negativos, aumento das oportunidades sociais.	Reforço de estereótipos negativos, aumento do comercialismo. Introdução de doenças.
Mudanças na estrutura empregatícia e econômica resultantes das transformações dos papéis sociais	Novas oportunidades econômicas e sociais que diminuem a desigualdade social.	Conflito e tensão na comunidade. Aumento da desigualdade social. Perda de linguagem.
Desenvolvimento de instalações turísticas	Maiores oportunidades recreativas.	Impossibilidade de acesso a locais e atividades recreativas.
População maior, em função do turismo e do desenvolvimento associado	Apoio a instalações médicas, educacionais e outras que melhoram a qualidade de vida.	Superpopulação e congestionamento viário. Aumento da delinquência.

Fonte: OMT (2003a, p. 161).

Para que você compreenda o conteúdo do **Quadro 8.1** vamos comentá-lo, considerando algumas situações que acontecem no turismo.

Assim, vamos analisar por que ocorrem impactos negativos e positivos com relação ao fator 1, o uso da cultura como atração turística. Quando o planejamento do turismo tem preocupação com os aspectos socioculturais e trabalha o envolvimento efetivo da comunidade, as políticas públicas de turismo passam a implementar ações no sentido de proporcionar maior apoio para as culturas tradicionais e expressões de identidade étnica, assim como a revitalização de artes, festivais e linguagem tradicionais, promovendo a sustentabilidade sociocultural, pois:

O turismo sem sustentabilidade acelera o processo de modificação de culturas locais – portadoras de outros hábitos e crenças – transformando as relações tradicionais. Transformam-se costumes por aculturação e geram-se novas necessidades de consumo, aceleram-se as diferenças entre

visitantes e prestadores de serviços, causando influências e impactos no modo de vida das pessoas do lugar (BRASIL, 2006, p. 27).

Um exemplo que temos é o estado da Paraíba, que por meio de um programa de artesanato cadastrou artesãos, classificou o artesanato pela relação cultural – indígena, de tradição, habilidades manuais, entre outros – e por tipo de material – couro, barro, fibras, madeira, metais e pedras. O Programa de Artesanato da Paraíba atua na organização, produção, capacitação-associativismo, repasse do fazer; melhoria do produto, desenvolvimento de novos produtos, embalagens, técnicas de vendas, promoção e comercialização, contribuindo para a estruturação da cadeia produtiva do artesanato local.



Faça uma visita ao site do Programa de Artesanato da Paraíba www.gestaosocial.org.br/sistema/imagens/arquivos/MESA%203%20-%20ROSA%20TANIA.pdf/download

É também por meio do turismo que mudanças na estrutura empregatícia e econômica, resultantes das transformações dos papéis sociais, acontecem. Isso porque surgem novas demandas de trabalho em função de toda a dinâmica do turismo relacionada à infraestrutura, como meios de hospedagem, agências de viagens, equipamentos de alimentação, entretenimento, meios de transportes, prestação de serviços de guias de turismo, museus, centros culturais, organização e operação de eventos, ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural, uma infinidade de novas oportunidades econômicas e sociais que podem contribuir para a diminuição da desigualdade social.

Nesse momento, é necessário fazermos um alerta no sentido de que estes benefícios do turismo para a comunidade local não são apenas com o envolvimento direto na prestação de ser-

viços. Pode acontecer por meio de aprimoramento do sistema de arrecadação fiscal relativo ao turismo que propicie a permanência no município das divisas ali geradas, possibilitando o aumento de instalações médicas, educacionais e outras que podem melhorar a qualidade de vida dos moradores.

Agora é necessário fazermos um alerta no sentido de que este benefício será maior se a quantidade de empreendimentos turísticos for do local, ou seja, se for multinacional, por exemplo, um percentual significativo da arrecadação do empreendimento será remetido para suas matrizes administrativas e esses são alguns dos impactos socioculturais positivos.

Porém, se o turismo não for bem planejado, implementado e monitorado, poderá ocasionar alguns impactos negativos.

No aspecto sociocultural é um dos impactos negativos do turismo ocorre quando não há um esforço dos planejadores no sentido de trabalhar a autoestima da população e valorizar o trabalho realizado por eles, obrigando-os a mudar de ofício para ter algum retorno econômico, ou quando eles se sentem deixados de lado e o olhar da administração pública se volta mais para o turista em detrimento da população local. A população terá, então, motivos para ver o turista como invasor do seu espaço.

Outros conflitos estão relacionados ao reforço de estereótipos negativos tanto da população local em relação ao turista quanto do turista em relação à população local. Já vimos isso acontecer quando, certa vez, visitamos uma cidade no interior do Mato Grosso do Sul e um turista da região Sudeste do Brasil portou-se de forma preconceituosa em relação aos “caipiras” daquela localidade, forma como o turista se referia à população nativa. Também com relação à introdução de doenças, podem acontecer casos indesejáveis se, por exemplo, as autoridades sanitárias não estiverem atentas, como já ouvimos falar sobre a gripe aviária e a dengue no estado do Rio de Janeiro.

Quando a população local não é envolvida direta ou indiretamente com o turismo, não usufruindo dos benefícios econômicos, sociais e ambientais, o turismo estará atuando como uma

atividade econômica segundo a ética do capitalismo, conforme apresentado por Boff (Aula 7), e será inevitável que ocorra o aumento da desigualdade social.

Considerando que o turismo é uma atividade econômica regida pelos princípios do capitalismo, ninguém quer abrir um negócio para fazer caridade, mas isso não justifica que a população local seja impossibilitada de ter acesso a locais e atividades recreativas. Em Bonito, MS, há uma infinidade de atrativos turísticos que estão localizados à beira dos rios. Até duas gerações atrás, as pessoas tinham o hábito de tomar banho nos rios sem que houvesse problema com os proprietários, fato que não ocorre hoje, pois o uso dos rios para o turismo fez com que fosse estipulado um controle sobre o número de visitantes e isto está atrelado à geração de receita pelo empreendimento.

Por outro lado, a população teve seu acesso restrito em função da mudança na relação e uso dos recursos naturais. A Prefeitura comprou uma área determinada para lazer e a recreação da população local e oferece gratuidade, desde que se comprove ser morador do município. Será que esta conduta é suficiente para resolver conflitos como este? Será que os empresários e proprietários dos atrativos não poderiam facilitar o acesso da população e de alunos de escolas locais? Conhecemos atrativos que têm preocupação ambiental, que desenvolvem trabalho de educação ambiental com escolas municipais e recebem alunos no empreendimento sem cobrar taxa de visitação.

A superpopulação, o congestionamento viário e o aumento da delinquência passam a ocorrer em função da aglomeração e dos deslocamentos motivados por esperança de trabalho, pois o turismo leva com ele a ideia de progresso, geração de emprego e renda, fatos que atraem pessoas na busca de uma oportunidade no mercado de trabalho.

Para finalizarmos esta aula, tomemos como base alguns conceitos da aula anterior, como desenvolvimento sustentável, sustentabilidade ambiental, sociocultural, econômica e político-institucional, e que a ética vista na Aula 7 está diretamente re-

lacionada a este conteúdo, uma vez que é por meio da sensibilização, da mobilização e da educação para a participação que teremos uma ação efetiva, não apenas para o turismo, mas como resultado da construção da cidadania (Aula 9).

Por meio dos mecanismos de participação popular e da conscientização sobre seus papéis na sociedade em que vivem, as pessoas terão influência nas políticas públicas de maneira que suas necessidades sejam melhor atendidas. Votar é uma forma de participação pela representação, mas o papel da população local não é restrito apenas ao voto. Se assim fosse, seria muito medíocre esta forma de democracia. No entanto, é cômodo para os que estão no poder o não envolvimento da população. Até quando vamos ficar esperando que olhem por nós?

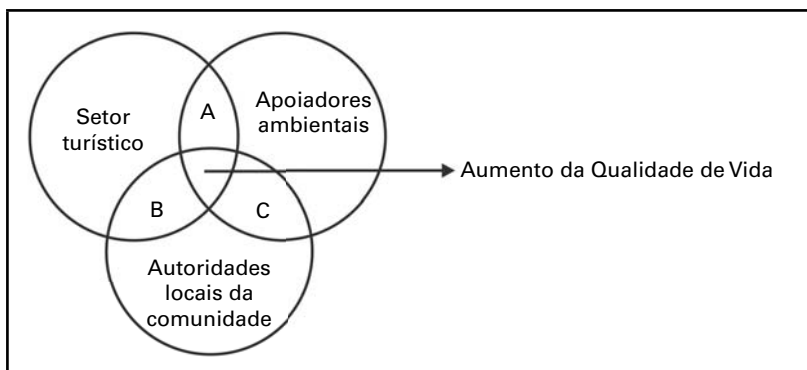
A ética aplicada a esta aula relaciona-se a todas as ações no sentido de sensibilizar, mobilizar, articular, promover a participação da comunidade, valorizar a cultura local, incluir e não excluir aquele que receberá em seu território o outro turista, trabalhar o respeito entre visitante e o visitado, poder público e comunidade local e vice-versa. Trazer a ética para o contexto do turismo contribui para a construção da cidadania e da reconstrução da comunidade, conforme Buber (1987).



Atividade Final

Atende ao Objetivo 4

Aspectos relacionados ao turismo que interferem na comunidade.



A atividade turística busca um ambiente de negócios saudável com:

- Segurança financeira;
- Força de trabalho treinada e responsável;
- Atrativos de qualidade capazes de garantir o fluxo constante de visitantes – que permaneçam mais tempo e façam visitas mais frequentes.

Aqueles que se interessam pelas questões relativas ao ambiente natural, à cultura e ao patrimônio buscam:

- A proteção do meio ambiente através da prevenção, das melhorias, da correção de danos e da restauração;
- Motivar pessoas a tornarem-se mais conscientes e, assim, zelarem pelos recursos em vez de os esgotarem.

Os membros da comunidade buscam um lugar saudável para morar que tenha:

- Comida, água limpa e própria para consumo, cuidado com a saúde, trabalho recompensado e pagamento justo, educação e recreação;
- Respeito às tradições culturais;
- Oportunidades para tomar decisões acerca do futuro.

Entre algumas preocupações comuns, estão:

- Questões de acesso, como, por exemplo, quando, onde e como os turistas visitam e se deslocam de um lugar para outro;
- Questões relativas aos anfitriões e aos hóspedes, como impacto cultural e o uso comum da infraestrutura;
- Questões quanto ao uso da terra, como caça/hábitat da vida selvagem, agricultura/recreação, preservação/desenvolvimento.

Fonte: OMT (2003, p. 35).

a. Quais são as questões relacionadas à sua comunidade?

b. Como é possível aumentar o número de grupos que podem se envolver no processo de planejamento e de tomada de decisão?

c. Faça o levantamento das organizações que representam o poder público, a iniciativa privada, as organizações não governamentais e a comunidade no setor turístico.

d. Como você, licenciado em Turismo, atuaria para estimular o envolvimento do turismo com a comunidade local?

Respostas Comentadas

a. Para responder esta questão, você deve ter alguma percepção da comunidade local que permita fazer uma relação com os aspectos apresentados no quadro anterior, referentes à questão financeira, ao ambiente natural e cultural, aos membros da comunidade.

b. Por meio da sensibilização e da mobilização, pois a população precisa ser educada para participar das decisões políticas que interferem diretamente em suas vidas.

c. Poder público é representado por meio, via de regra, do Executivo (Prefeitura, Secretarias, Coordenadorias, subchefias); iniciativa privada, sindicatos de bares, restaurantes e similares, associações de meios de hospedagem, associação de agências de viagens, associação de guias de turismo, associações de meios de transportes turísticos, associação de artesãos, associações de bairros, entre outras, conforme a realidade de cada lugar.

d. Seria bom começar refletindo sobre como realizar um projeto de sensibilização de alunos e pais em relação ao turismo; promover oficinas e debates sobre turismo; apontar caminhos para a participação no turismo a partir do conhecimento de cada um ou das atividades que cada um desenvolve; sugerir formas de envolvimento direto e indireto por meio da inserção em atividades que venham a surgir em função do turismo; estimular o empreendedorismo; buscar formas de viabilizar projetos que tragam retorno econômico, social e ambiental para a comunidade.

Resumo

O turismo torna-se importante para a comunidade porque proporciona emprego, renda, valorização da cultural local, conservação ambiental, melhoria da qualidade de vida, desde que gerido para esta finalidade.

A comunidade recebe em seu território, além da infraestrutura física, todas as relações decorrentes do turismo, que podem ser positivas ou negativas. Assim, ela é parte interessada no processo de planejamento, gestão, implementação, monitoramento e avaliação das ações relacionadas ao desenvolvimento do turismo.

No entanto, para que seus interesses sejam considerados no âmbito das decisões acerca do turismo, deve posicionar-se como agente atuante nos canais de participação que lhe são garantidos como Conselhos Municipais de Turismo e audiências públicas. Para isso, os processos de sensibilização e mobilização são imprescindíveis no sentido de informar e educar as pessoas para exercerem seus papéis de cidadãos.

Informação sobre a próxima aula

O assunto da próxima aula será a ética expressa por meio da relação do turismo na construção da cidadania.

9

O turismo e sua contribuição para a construção da cidadania

Meta da aula

Apresentar o conceito de cidadania e cidadão, um breve histórico da cidadania no Brasil e como o turismo pode contribuir para a construção da cidadania nos municípios em que está inserido.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

- 1** identificar o conceito de cidadania e cidadão;
- 2** identificar as conquistas relacionadas à construção da cidadania no Brasil;
- 3** reconhecer as relações entre turismo e cidadania.

Introdução

Esperamos que você esteja aprendendo com o conteúdo da disciplina Ética no Turismo. Nesta aula, o foco é a “cidadania”. Você já se perguntou o que é cidadania? Como o turismo pode contribuir para a construção da cidadania? Muitas vezes, somos induzidos a pensar no turismo pelo viés econômico, relacionando-o à geração de emprego e renda, e à alocação de infraestruturas básicas e turísticas, como saneamento e meios de hospedagens, por exemplo.

No entanto, o turismo é mais que a geração de emprego, renda e alocação de infraestruturas. Ele pode ser um instrumento com capacidade de viabilizar melhorias ambientais (Aula 7), articular a comunidade (Aula 8), contribuir para a cidadania (esta aula) e, como será visto nas próximas aulas, influenciar a adoção de práticas socioambientais em empreendimentos e cidades turísticas, promover a inclusão social e ser um instrumento de alívio da pobreza.

Todos os assuntos dessas aulas são veiculados diariamente na mídia, mas nem sempre o são vinculados ao turismo. Mesmo na academia, há necessidade de abordagens do turismo como um fenômeno capaz de gerar benefícios para a sociedade, não apenas malefícios ou acentuado impacto negativo nos aspectos ambientais e sociais. Nesta aula, apresentaremos alguns exemplos de como o turismo contribui para a cidadania.

Buscando o significado de cidadania e cidadão

Sonhar com cidadania plena em uma sociedade pobre, em que o acesso aos bens e serviços é restrito, seria utópico (PINSKY, 2008, p. 13).

Para compreendermos o significado do termo “cidadania”, recorremos ao texto em que Pedro Paulo Funari relaciona o sentido moderno de cidadania à Revolução Francesa e o remete à influência da Grécia e de Roma no entendimento de cidadania e cidadão. Assim:

No sentido moderno, cidadania é um conceito derivado da Revolução Francesa (1789) para designar o conjunto de membros da sociedade que tem direitos e decidem o destino do Estado. Essa cidadania moderna liga-se de múltiplas maneiras aos antigos romanos, tanto pelos termos utilizados como pela própria noção de cidadão. Em latim, a palavra *ciuis* gerou *ciuitas*, “cidadania”, “cidade”, “Estado”. Cidadania é uma abstração derivada da junção dos cidadãos e, para os romanos, cidadania, cidade e Estado constituem um único conceito – e só pode haver esse coletivo se houver, antes, cidadãos. *Ciuis* é o ser humano livre e, por isso, *ciuitas* carrega a noção de liberdade em seu centro. Cícero, pensador do final da República romana, afirmava no século I a.C. que “recebemos de nossos pais a vida, o patrimônio, a liberdade, a cidadania” (...) Se para os gregos havia primeiro a cidade, *polis*, só depois o cidadão, *polites*, para os romanos era o conjunto de cidadãos que formava a coletividade. Se para os gregos havia cidade e Estado, *politeia*, para os romanos a cidadania, *ciuitas*, englobava cidade e Estado (FUNARI, 2008, p. 49).

No relato de Funari, podemos perceber a correlação entre cidade, cidadania e cidadão, pois cidadão está relacionado ao fato de ser *CITADINO*, ou seja, presume a existência da cidade. Na cidade, os cidadãos exerciam seus direitos e deveres, e participavam das decisões políticas. Porém, nem todos que habitavam a cidade eram cidadãos. Para os gregos, o cidadão era aquele que participava da vida da *polis*. Assim, não eram considerados cidadãos as mulheres, crianças, escravos (KARNAL, 2008).

Como podemos entender o significado da palavra “cidadão” na atualidade? Os autores Carvalho (2008), Heerdt (2005), Covre (2007) e Karnal (2008) concordam que cidadão é aquele

Cidadino

Aquele que habita
a cidade.

que exerce seus direitos civis, políticos e sociais. Utilizando a definição de Pinsky (2008, p. 9), entendemos que ser cidadão é:

(...) ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho justo, à saúde, a uma velhice tranqüila.

Um dos direitos políticos do cidadão é poder votar e ser votado. No entanto, Gastal e Moesch (2007) entendem que o exercício da cidadania não é apenas o direito ao voto. Para as autoras:

O pleno exercício da cidadania supõe direitos civis, direitos políticos (participação no poder por meio do direito de associação, de livre expressão e de práticas políticas), direitos sociais (regulação do trabalho, aposentadoria, alimentação, habitação, saúde e educação) e direitos culturais (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 31).

Diferentemente de Pinsky (2008) e Karnal (2008), Gastal e Moesch incluem ao conceito de cidadania os direitos culturais.

De acordo com Heerdt (2005), existem algumas condições para a cidadania, dentre elas: os aspectos econômicos e sociais, caracterizados pela distribuição de renda, salários justos e menos desiguais, terra, moradia, trabalho, educação e saúde; os aspectos políticos, que compreendem a participação das organizações civis e populares, como sindicatos, conselhos, associações, acompanhamento do orçamento e funções públicas; os aspectos culturais, como sexo, tradições, minorias étnicas, sem criar divisões ou isolamentos.

De acordo com a Coordenadoria dos Direitos da Cidadania (2008), a cidadania:

Expressa a igualdade dos indivíduos perante a lei, pertencendo a uma sociedade organizada. É a qualidade do cidadão de poder exercer o conjunto de direitos e liberdades políticas, socioeconômicas de seu país, estando sujeito a deveres que lhe são impostos. Relaciona-se, portanto, com a participação consciente e responsável do indivíduo na sociedade, zelando para que seus direitos não sejam violados (http://www.codic.pr.gov.br/codic/modules/conteudo/conteudo_cid.php?conteudo=8).

Nesse sentido, “admitir o conceito de cidadania como um processo de inclusão total é uma leitura contemporânea” (KARNAL, 2008, p. 144). É também por meio do exercício da cidadania que validamos a democracia estabelecida no regime de governo brasileiro.

Cidadania no Brasil

Duas grandes revoluções influenciaram o processo de construção da cidadania: a Revolução Americana, em 1776, e a Revolução Francesa, em 1789. Essas revoluções romperam a ordem vigente até então e orientaram a estruturação dos direitos dos cidadãos. A partir desses marcos, muitas lutas aconteceram com o intuito de ampliar não apenas o conceito, mas a prática da cidadania, por meio dos direitos adquiridos por pessoas antes excluídas da sociedade, como mulheres, crianças, negros e outras minorias étnicas.



Figura 9.1: *Declaração da Independência dos Estados Unidos*, óleo de J. Trumball.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_americana



A Revolução Americana foi um marco na construção da cidadania, por ter envolvido pessoas de religiões diferentes e classes sociais distintas na busca da liberdade, que foi um significativo elemento de integração nacional para a época. A Revolução trouxe o discurso de que “todos os homens são iguais” (KARNAL, 2008, p. 145), e o espírito de coletivo era proclamado.

No Brasil, vamos abordar a construção da cidadania pela cronologia vinculada aos períodos históricos, conforme é apresentado por Carvalho (2008) em seu livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho*.

Segundo Carvalho (2008, p. 9), cidadania é constituída pelos direitos civis, que “são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei”. Os direitos civis podem ser entendidos como a garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, organizar-se, ter seu lar e correspondência respeitados e, no caso de prisão, que seja feita pelas autoridades competentes.

Os direitos políticos, de acordo com Carvalho (2008, p. 9), “se referem à participação do cidadão no governo da sociedade”. Essa participação pode se dar em associações, sindicatos, audiências públicas, consultas públicas ou por outro meio pelo qual o cidadão expresse seus pensamentos e suas necessidades. O direito de votar e ser votado também é uma forma de participação popular.

Enfim, os direitos sociais são aqueles que “permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de de-

sigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos” (CARVALHO, 2008, p. 10).

Vamos iniciar pelo período compreendido entre 1822 e 1930, subdividido entre 1822 e 1889, quando foi promulgada a República do Brasil; e de 1889 a 1930, período da primeira República. Do Descobrimento, em 1500, a 1822, não havia nenhuma característica na sociedade brasileira que configurasse a existência de cidadãos, pois, se os direitos civis incluíam poucas pessoas, os direitos políticos incluíam menos ainda. Corroboram com essa informação Carvalho (2008) e Gomes (2008).

Em 1824, foi promulgada uma nova Constituição para o país e foram estabelecidos os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Essa Constituição foi influenciada pela Constituição francesa (1791), que já havia incorporado as ideias da Revolução Francesa (1789) e que trazia os direitos à liberdade, à igualdade e à fraternidade que sintetizaram a configuração do cidadão, na França do século XVIII (ODALIA, 2008).

A partir da Constituição de 1824, o voto foi instituído e “todos os homens com 25 anos ou mais podiam votar desde que tivessem renda mínima de 100 mil réis (...). Os libertos podiam votar na eleição primária” (CARVALHO, 2008, p. 29-30). Já as mulheres e os escravos não votavam, uma vez que não eram considerados cidadãos. Embora o voto constitua um indicador dos direitos políticos, naquela época não havia consciência do instrumento político, que era o ato de votar, e quem apresentasse alguma consciência podia correr riscos, pois era considerado uma ameaça aos que estavam no poder.

No entanto, em 1881, foi introduzido o voto direto para cidadãos que comprovassem renda de 200 mil réis, e os analfabetos não podiam votar.

Quando os negros foram libertos aqui no Brasil, não foram assistidos com acesso a educação, emprego ou terras, como aconteceu nos Estados Unidos (CARVALHO, 2008), por exemplo. Nesse contexto:

A população negra teve que enfrentar sozinha o desafio da ascensão social, e freqüentemente precisou fazê-lo por rotas originais, como a do esporte, a música e a dança. Esporte, sobretudo o futebol, música, sobretudo o samba, e dança, sobretudo o carnaval, foram os principais canais de ascensão social dos negros até recentemente (CARVALHO, 2008, p. 53).

Outro aspecto está relacionado à grande propriedade privada que, via de regra, é relacionada ao poder econômico e político de seus proprietários. Em função desses poderes, ainda persiste a ideia de aplicação da lei de maneira diferenciada entre os cidadãos, chegando ao ponto de haver espanto e sentimento de revanchismo quando alguém com poder econômico e influência política é julgado e condenado. Para tal situação, Carvalho (2008, p. 57) ilustra algumas expressões relativas à não aplicação da lei para todos os cidadãos: “Para os amigos, pão; para os inimigos, pau.” Ou então: “Para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei.”

Um fato relevante para a construção da cidadania no Brasil está diretamente relacionado à constituição da classe operária e à sua organização e reivindicação de direitos, como o de fazer greve, e à criação de leis que regulassem o horário de trabalho e a aposentadoria.

Entre 1930 e 1964, aconteceram vários avanços nos aspectos sociais. Dentre eles, destacam-se os avanços relacionados à legislação trabalhista. Em relação aos direitos políticos, foi um período de instabilidade caracterizada pela ditadura militar e promulgação de três constituições. Nesse período, houve conquistas democráticas, como o voto secreto e a justiça eleitoral, além da cidadania conquistada pelas mulheres, que votaram pela primeira vez no país em 1933.

Entre 1964 e 1985, período caracterizado pela ditadura militar, segue a tendência estabelecida entre 1937 e 1964, com a restrição de direitos civis e políticos e alguns avanços em relação aos direitos sociais, com destaque para a Legislação Trabalhista, que atendeu, num primeiro momento, os trabalhadores das

idades. A partir de 1964, essa legislação passa a contemplar os trabalhadores rurais. Entre 1968 a 1974, estão compreendidos os anos “mais sombrios da história do país, do ponto de vista dos direitos civis e políticos” (CARVALHO, 2008, p. 158). E, entre 1974 e 1979, com o presidente Ernesto Geisel, e de 1979 a 1985, com o presidente João Baptista Figueiredo, pode-se dizer que foi a preparação para a transição para a democracia, que terminou com a eleição indireta de Tancredo Neves, em 1985.

Por último, a cidadania após a redemocratização do país. Em 1988, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, conhecida como Constituição Cidadã, devido ao fato de ser a mais liberal e democrática que o país já teve.

Veja no box a seguir trechos da Constituição de 1988 em que são contemplados aspectos que contribuíram, e contribuem, para a construção da cidadania no Brasil.



Art. 5.º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Art. 6.º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (EC nº 26/2000).

Art. 7.º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (EC n.º 20/98 e EC n.º 28/2000).

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou

veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1998).

Outros artigos da Constituição importantes para esta aula são os que guardam o princípio da participação popular na gestão da Administração Pública, como os artigos 10, 187, 194, 194, VII; 198, III; 204, II; 206, VI; e 216, § 1º.



Para consultar a Constituição da República Federativa do Brasil, acesse o seguinte endereço eletrônico: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>

Com relação aos direitos sociais, a Constituição de 1988, de acordo com Carvalho (2008), fixou em um salário mínimo o limite inferior para as aposentadorias e ordenou o pagamento da pensão de um salário mínimo a todos os deficientes físicos e a todos os maiores de 65 anos; contemplou a licença-paternidade e a aposentadoria de trabalhadores rurais.

Em termos civis, os direitos de expressão e de imprensa foram restabelecidos conforme o artigo 220 e foi regulamentada a Lei de Defesa do Consumidor.

As organizações não governamentais proliferaram após a ditadura militar e contribuem com a sociedade articulando-se jun-

to ao poder público federal, estadual e municipal, fato que tem auxiliado na resolução de problemas sociais, inclusive no turismo.

Outras medidas recentes relacionadas à cidadania no Brasil são a Lei 11.770, de setembro 2008, que amplia o prazo de licença-gestante, que passou de 120 para 180 dias.

No governo Lula, é importante apresentarmos o programa denominado Territórios da Cidadania, que tem como objetivo “promover o desenvolvimento regional e universalizar programas básicos de cidadania em regiões mais vulneráveis, especialmente no meio rural” (<http://www.mds.gov.br/noticias/governo-federal-amplia-territorios-da-cidadania>).

O programa contempla 60 territórios em todas as regiões do país e inclui ações como a construção de cisternas, o combate ao trabalho infantil, o fomento aos Programas de Atenção Integral à Família (PAIF) e de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), além do Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC) – pagamento de um salário mínimo mensal a pessoas idosas, a partir de 65 anos, e a pessoas com deficiência incapazes de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família (<http://www.mds.gov.br/noticias/governo-federal-amplia-territorios-da-cidadania>).

Quadro 9.1: Ações do Programa Territórios da Cidadania no Brasil

Direitos e Desenvolvimento Social	
1	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)
2	Capacitação e Formação em Políticas Públicas para Mulheres Rurais
3	Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas
4	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa Idosa
5	Programa Bolsa-Família – Benefício Bolsa-Família
6	Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência
7	Serviço Socioeducativo do PETI
8	Programa de Atenção Integral à Família
9	Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS
10	Programa Bolsa-Família – Índice de Gestão Descentralizada

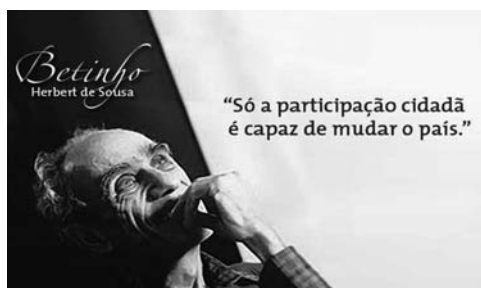
Organização Sustentável da Produção	
11	Apoio a Projetos de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para Inserção Social
12	Crédito Pronaf
13	Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais
14	ATER/Agricultores Familiares
15	Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Quilombolas
16	Organização Produtiva das Mulheres Trabalhadoras Rurais
17	Biodiesel
18	PAA – Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar
19	Qualificação do Jovem para o Mercado de Trabalho
Saúde, Saneamento e Acesso à Água	
20	Ampliação da Cobertura Vacinal da População dos Territórios da Cidadania
21	Ampliação do Acesso da População dos Territórios à Atenção Básica por meio da Estratégia Saúde da Família
22	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
23	Ampliação da Cobertura do Trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde à População dos Territórios da Cidadania
24	Ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica
25	Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Indígenas
26	Ampliação do Acesso da População dos Territórios da Cidadania à Atenção à Saúde Mental por meio da Implantação dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS
27	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos
28	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 hab., exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
29	Ampliação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) – Programa Brasil Sorridente nos municípios dos Territórios da Cidadania que cumpram os critérios para os Centros de Atenção Especializada em Odontologia
30	Ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil
Educação e Cultura	
31	ProInfo Rural e Urbano
32	Construção de Escolas no Campo
33	Construção de Escolas em Comunidades Indígenas
34	Escola Ativa
35	ProJovem – Saberes da Terra

36	Programa Dinheiro Direto na Escola
37	Construção de Escolas em Comunidades Quilombolas
38	Salas de Recursos Multifuncionais
39	Operação do Sistema de Acesso Banda Larga
40	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária
41	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social
Infraestrutura	
42	Programa Luz Para Todos
Apoio à Gestão Territorial	
43	Apoio à Gestão dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)
Ações Fundiárias	
44	Programa Nacional de Crédito Fundiário

Fonte: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/xowiki/120Territorios>



Para conhecer os territórios contemplados pelo programa Territórios da Cidadania, acesse: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/xowiki/120Territorios>



Fonte: <http://www.aids.gov.br/betinho/>



Herbert José de Souza, o Betinho, nasceu em 3 de novembro de 1935, em Minas Gerais. Coursou Sociologia e Política e Administração Pública na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais. Exerceu funções de coordenação e assessoria no Ministério da Educação e Cultura e na Superintendência de Reforma Agrária, além de elaborar estudos sobre a estrutura social brasileira para a Comissão

Econômica para a América Latina (Cepal), da ONU. Data desse período também a sua presença nos movimentos operários brasileiros. Foi exilado no início dos anos 1970, morou no Chile e foi assessor do presidente Allende. Exerceu os cargos de diretor do Conselho Latino-Americano de Pesquisa para a Paz (Ipra), de consultor para a FAO sobre projetos e migrações na América Latina e de coordenador do Latin American Research Unit (Laru). Foi professor efetivo no doutorado de Economia da Divisão de Estudos Superiores, na Faculdade de Economia da Universidade Nacional Autônoma do México, e diretor do Brazilian Studies, no Canadá. Retornou ao Brasil em 1979 e envolveu-se inteiramente nas lutas sociais e políticas, sempre se propondo a ampliar a democracia e a justiça social.

Betinho é, sem dúvida, o símbolo da determinação e do trabalho incansável pela cidadania, pela restauração da verdadeira democracia participativa, pela valorização da solidariedade e dos direitos humanos em uma sociedade injusta. Por essa constante postura desempenhou um importante papel em relevantes momentos da história recente do país e em vários movimentos de mobilização social, entre eles: a articulação da Campanha Nacional pela Reforma Agrária, em 1983, congregando entidades de trabalhadores rurais; a organização, em 1990, do movimento Terra e Democracia; a liderança, em 1992, do Movimento pela Ética na Política, que culminou com o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello, em setembro do mesmo ano. Terminada a batalha do *impeachment*, Betinho dedicou-se à Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida. A campanha contra a fome ganhou as ruas em 1993 e chegou ao final daquele ano com total aprovação da sociedade – 96% de concordância, segundo o Ibope. Sua figura humana adquiriu, então, notoriedade definitiva como o incansável coordenador da “Ação pela Cidadania contra a Fome e a Miséria”, que pretendia ir além de um movimento social de caráter assistencialista, para aglutinar outros movimentos e iniciativas individuais e comunitárias em todo o país. A “Campanha do Betinho” foi tão polêmica quanto popular e o seu sentido político maior, razão principal da polemização em torno de suas ações, tinha por objetivo final a promoção da cidadania, do

direito ao emprego e da luta pela terra, etapa final do programa de ação planejado e o maior legado público da vida deste brasileiro humanista.

No ano de 1994, lançou a Campanha “Natal sem Fome”, que arrecadou, no primeiro ano, 600 toneladas de alimentos. Em agosto do mesmo ano, fez um pronunciamento na ONU, na reunião preparatória para a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Social. Houve, ainda, dois momentos marcantes: a Caminhada pela Paz do Movimento Reage Rio, em novembro de 1995; e o desfile no carnaval de 1996, quando Betinho foi enredo da Escola de Samba Império Serrano, no Rio de Janeiro, cujo tema foi: “E verás que um filho teu não foge à luta.” Em suas últimas iniciativas, entre os anos de 1996/1997, apresentou uma proposta para a Agenda Social Rio 2004 ao Comitê Olímpico Internacional, quando a cidade do Rio de Janeiro empenhou-se em sua candidatura à sede olímpica, em 1996; lançou, via Ibase, a Agenda Social Rio 2000, tentativa de lutar pela melhoria da qualidade de vida no Estado do Rio de Janeiro, por meio da implantação das metas sociais por ele idealizadas; e, em julho de 1997, num encontro com empresários de todo o país, lançou a campanha de adesões ao Balanço Social, uma espécie de balanço financeiro onde os indicadores são os investimentos sociais feitos por empresas (SOUZA, 2009a).



Atividade

Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Leia o texto “Poder do cidadão”, de Herbert de Souza, o Betinho, e depois responda às Questões 1 e 2.

Cidadania é a consciência de direitos democráticos, é a prática de quem está ajudando a construir os valores e as práticas democráticas. No Brasil, cidadania é fundamentalmente a luta contra a exclusão social e a miséria e mobilização concreta pela mudança do cotidiano e das estruturas que beneficiam uns e ignoram milhões de outros. É querer mudar a realidade a partir da ação com os outros, da elaboração de propostas, da crítica, da solidariedade e da indignação com o que ocorre entre nós. (...) Cidadania é, portanto, a condição da democracia. O poder

democrático é aquele que tem gestão, controle, mas não tem domínio nem subordinação, não tem superioridade nem inferioridade. Uma sociedade democrática é uma relação entre cidadãos e cidadãs. É aquela que se constrói da sociedade para o Estado, de baixo para cima, que estimula e se fundamenta na autonomia, independência, diversidade de pontos de vista e, sobretudo, na ética – conjunto de valores ligados à defesa da vida e ao modo como as pessoas se relacionam, respeitando as diferenças, mas defendendo a igualdade de acesso aos bens coletivos. O cidadão é o indivíduo que tem consciência de seus direitos e deveres e participa ativamente de todas as questões da sociedade (Texto publicado no encarte da revista Democracia, nº 113, 1995, e reproduzido no seguinte endereço eletrônico: http://www.conversascombetinho.org.br/com_a_palavra/cidadania_fome.htm).

a. É comum afirmar-se que todos os habitantes de uma nação são, automaticamente, cidadãos. Será que os habitantes de uma nação são cidadãos de fato? Quais os elementos que caracterizam o exercício da cidadania?

b. Você se reconhece como um cidadão? Exerce seus direitos políticos, civis e sociais? Caso exerça, indique quais e relacione-os a esses três contextos.

Respostas Comentadas

a. Para ser cidadão, são necessários os direitos civis, políticos e sociais, tais como o direito de ir e vir, ao trabalho, ao salário justo, à moradia, à educação, à saúde, à participação política, de votar e ser votado, ter sua integridade respeitada em caso de prisão, ter sua cultura respeitada pela sociedade sem exclusão ou isolamentos. O fato de ter alguns direitos garantidos por meios legais não é suficiente

para que uma pessoa seja um cidadão, pois, para ser um cidadão, é preciso ser sujeito ativo na validação e no exercício da cidadania.

b. Indique se você se reconhece como cidadão. Para responder, pense: Quando podemos dizer que uma pessoa é cidadã de fato? Se você pensou e concluiu que uma pessoa é cidadã quando exerce seus direitos e cumpre seus deveres, parabéns! Indique como exerce os direitos civis, políticos e sociais. Para os direitos políticos, se você respondeu que vota, pense se apenas o ato de votar faz de uma pessoa um cidadão. Caso chegue à conclusão de que não é suficiente, aponte de que outras formas você exerce seus direitos políticos (participação em conselhos, em audiências públicas e consultas públicas).

Turismo e construção da cidadania

A relação do turismo e cidadania é diretamente influenciada pela forma como a cidadania foi contemplada nas Constituições brasileiras, em especial na Constituição Cidadã de 1988.

Considerando o exposto nesta aula, de que a cidadania é constituída pelos direitos civis, políticos e sociais, o turismo será abordado a partir da sua relação com estes direitos e como pode ser trabalhado no sentido de estimular, promover e fomentar a construção da cidadania nos municípios em que está inserido.

Nesse sentido, retomamos alguns direitos civis, como a garantia de ir e vir, que está diretamente relacionada ao turismo e sem a qual os deslocamentos seriam impedidos. O direito de ir e vir também está presente no Código Mundial de Ética para Turismo desde o texto introdutório (“o direito ao turismo e à liberdade dos deslocamentos turísticos”) e nos Artigos 7 – Direito ao Turismo e 8 – Liberdade do Deslocamento Turístico, respectivamente:

7.1 A possibilidade de acesso direto e pessoal ao descobrimento das riquezas de nosso mundo constituirá um direito aberto por igual a todos os habitantes de nosso planeta. A participação cada vez mais difundida no turismo nacional e internacional deve ser entendida como uma das melhores expressões possíveis do contínuo crescimento do tempo livre, e a ele não se colocará obstáculo nenhum (...).

8.1 Os turistas e visitantes se beneficiarão, respeitando-se o Direito Internacional e as legislações nacionais, da liberdade de circulação, quer no interior do seu país, quer de um Estado para outro, em conformidade com o artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos; e poderão ter acesso às zonas de trânsito e de estada, bem como aos locais turísticos e culturais, sem exageradas formalidades e sem discriminações.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, também em seu artigo XIII, apresenta dois itens que nos remetem ao direito civil de ir e vir ao afirmar que: “1. Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado; 2. Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.”

O Código Mundial de Ética para o Turismo e a Declaração Universal dos Direitos Humanos corroboram que as pessoas têm direito de deslocar-se, desde que respeitem os acordos internacionais que versam sobre o assunto. Porém, no âmbito do próprio país, não há restrições legais ao deslocamento interno, salvo situações de crise como a ocorrência de doenças e catástrofes naturais.

Quanto aos direitos políticos, que tratam da participação do cidadão no governo e na sociedade, têm sido um instrumento para articular e promover essa participação no âmbito de municípios brasileiros. A partir dos anos 1990, com a redemocratização do país e o processo de descentralização e municipalização do turismo, o discurso do planejamento participativo foi incorporado nos documentos oficiais de turismo e tem-se tentado trabalhar de maneira que os cidadãos participem das decisões relacionadas ao turismo, mas nem sempre é o que acontece (como você viu na Aula 8).

No que se refere aos direitos sociais, ou seja, aqueles que permitem uma redução entre as desigualdades sociais, o turismo pode contribuir para minimizá-las.

Considerando os períodos retratados na seção anterior, o turismo será relacionado no contexto da cidadania a partir dos anos 1940, quando foi homologado o primeiro diploma legal que versa sobre o turismo (CRUZ, 2001).

Dos anos 1940 aos 1990, o turismo seguiu o regime de governo vigente e, em termos de política pública, visava aos interesses orientados pelas constituições em vigor e não contemplava, entre os direitos políticos, a participação nos processos de planejamento do turismo e tampouco nos governos.

Dos anos 1990 até os dias atuais, a construção da cidadania no Brasil tem considerado os direitos civis, políticos e sociais. É nesse momento também que o turismo tem recebido maior preocupação e espaço no âmbito dos governos federais, estaduais e municipais.

Nesse contexto, a Política Nacional de Turismo – PNT (1996-1997) – contemplou aspectos como a preservação dos bens culturais e naturais e a “valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento turístico” (BRASIL, 1996) em uma de suas diretrizes.

Vinculado a essa política, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT – consagrou o discurso do desenvolvimento sustentável e do envolvimento da comunidade (direito político) previsto na Constituição de 1988.

Uma vez que os municípios tiveram certa organização em relação ao turismo, surgiu a necessidade de alocação de infraestruturas e prestação de serviços em meios de hospedagens, restaurantes, transportes, agências de viagens, entretenimento, guiamento e outros mais ligados à operação do turismo.

Tendo em vista o discurso do envolvimento da comunidade por meio do planejamento participativo, várias associações foram criadas no âmbito da sociedade com a finalidade de participar, de maneira ordenada, dos Conselhos Municipais de Turismo que surgiram a partir da metodologia do PNMT. Além da participação por meio da representação nos conselhos, foram realizadas também oficinas de planejamento (direito político) com

o intuito de construir, a partir de uma visão coletiva, a realidade local e o mapeamento das necessidades e expectativas com relação ao que se quer para o futuro das pessoas que vivem nos municípios. Outra forma de participação pública se deu a partir da realização de audiências públicas.

Com esse cenário, foram gerados empregos para os quais se exigiam recursos humanos com o mínimo de conhecimento técnico para trabalhar nas infraestruturas. Assim, foram realizados inúmeros cursos de capacitação profissional (direito social vinculado à educação para o trabalho) por todo o território nacional.

Com o desenvolvimento do turismo nos municípios e a chegada de turistas, aumenta a demanda por suvenires (que representam características locais), com a finalidade de materializar os momentos vivenciados na localidade e também de presentear amigos e familiares. Assim, os artesãos dão continuidade ou começam a buscar materiais locais para produzirem o artesanato e serem incorporados no sistema turístico. Muitas vezes, o artesanato representa o retorno às origens, ao saber-fazer tradicional, que após um período de desvalorização é revalorizado.

Quanto às rendeiras do Nordeste, quero compartilhar uma experiência que tive em dezembro de 2000, quando visitei Morro Branco, no litoral do Ceará. Em um determinado ponto, próximo das falésias, deparei-me com uma senhora que aparentava mais de 65 anos e trabalhava em uma toalha de bandeja utilizando almofada, linhas e bilros. Comecei um diálogo com a senhora com finalidade de conhecê-la e saber um pouco da vida em Morro Branco. Assim, indaguei-a sobre as peças que criava, o tempo que demorava em cada uma das peças, o valor que cobrava, se mais alguém da família tinha esse ofício etc.

A senhora, muito humilde e hospitaleira, acolheu-me e começamos a dialogar. Pude perceber que ela gostava e orgulhava-se do que sabia fazer com perfeição; no entanto, pairou uma tristeza em seu olhar ao dizer que, na família, a geração mais nova não queria saber de ser rendeira, e logo o saber-fazer seria perdido. A senhora explicou que o motivo que desestimulava as novas

gerações estava relacionado à não valorização do trabalho, pois, para fazer uma colcha para cama de casal, ela demorava cerca de três meses e o seu retorno financeiro era por volta de R\$ 120,00 (em 2000). Confesso que, além de ter meu coração “partido”, senti-me impotente diante daquela situação, porque estava lá como turista e, mesmo comprando um produto feito pela senhora, não mudaria sua vida nem o desinteresse das novas gerações pelo ofício de rendeira.



Figura 9.2: Rendeira, almofada e bilros na produção de renda.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/12/Rendeira2.jpg>

Por outro lado, percebi o quanto o turismo tinha para crescer e construir a cidadania pelo Brasil afora. Hoje, quase dez anos depois dessa experiência, fico feliz em saber que, por meio do turismo, muitas pessoas e comunidades tiveram seus saberes valorizados (direitos culturais). Mais que valorizados, foram trabalhados de maneira a fazerem parte da cadeia produtiva do turismo.

A experiência positiva que vivi em relação ao artesanato aconteceu ao visitar a Casa do Artesão, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, no ano de 2007. Lá conheci o Programa de Artesanato, fomentado no âmbito do Governo do Estado.



Figura 9.3: Mapa dos municípios que integram o Programa de Artesanato e Arte Popular na Paraíba.

Fonte: Arquivo pessoal.

Conversei com uma das artesãs que estavam de plantão naquele domingo, pois os artesãos se revezam no atendimento ao público. O atendimento ao público não era apenas dizer o valor das peças, era uma apresentação que me permitiu interpretar e valorizar a riqueza cultural que aquelas peças expressavam. Aprendi sobre o artesão, o local onde as peças foram produzidas e o material utilizado. Ao ver um lindo vestido de noiva de renda renascença, a atendente logo percebeu meu encanto e me contou que aquele vestido estava ali porque os noivos se conheceram em uma das ações do Programa de Artesanato. Passado algum tempo, os dois começaram a namorar, casaram-se e disponibilizaram o vestido simbolizando a história deles, que está vinculada a uma ação do Governo da Paraíba em relação ao artesanato produzido no estado.



Figura 9.4: Vestido de noiva de renda renascença.
Fonte: Fábila Trentin (2007).

Embora essa ação tenha reflexos econômicos (retorno financeiro da comercialização e exportações dos produtos), políticos (organização cooperativa e associativa), sociais (geração de emprego) e culturais (valorização da cultura, do saber-fazer, melhoria da autoestima e sentimento de pertencimento), ela atende ao artigo 225 da Constituição Brasileira, conforme apresentado na primeira parte da aula.

No que se refere ao aspecto econômico e social, é importante indicar que, por meio da arrecadação, o turismo pode contribuir para a melhoria dos serviços de saúde nos municípios turísticos.

Os benefícios que o turismo pode proporcionar à comunidade local estão além da geração de emprego e renda, uma vez que a partir da arrecadação por meio dos impostos gerados pelo turismo o gestor municipal terá como investir em infraestrutura de saúde, educação, lazer e cultura, disponibilizando-as à população local.

Outra forma que o turismo tem de contribuir para a cidadania está relacionada à formação de profissionais nos cursos técnicos, tecnológicos e de graduação. Nesse sentido, Sheldon

(2008) defende que a formação dos profissionais deve contemplar alguns valores fundamentais para a gestão da educação do turismo e da hospitalidade, tais como uma administração voltada para a sustentabilidade, a responsabilidade e que atenda à comunidade; a produção do conhecimento por meio do pensamento crítico, inovação, criatividade e trabalho em rede; o profissionalismo que desenvolve a liderança, a praticidade e os serviços. Outros fatores também são relevantes: atualização, trabalho em equipe e parcerias, a ética que deve contemplar a honestidade, a transparência, a autenticidade e o autêntico, além do respeito pela diversidade, atenção em relação à promoção da inclusão e da equidade.

A formação profissional no Ensino Superior é uma forma de contribuir para a cidadania, se os profissionais assimilarem, valorizarem e entenderem que podem ser sujeitos ativos na construção da cidadania no local em que cada um interage, como empresas, escolas, órgãos públicos e organizações não governamentais.

Na figura a seguir, são apresentadas algumas maneiras de construir a cidadania por meio do turismo.

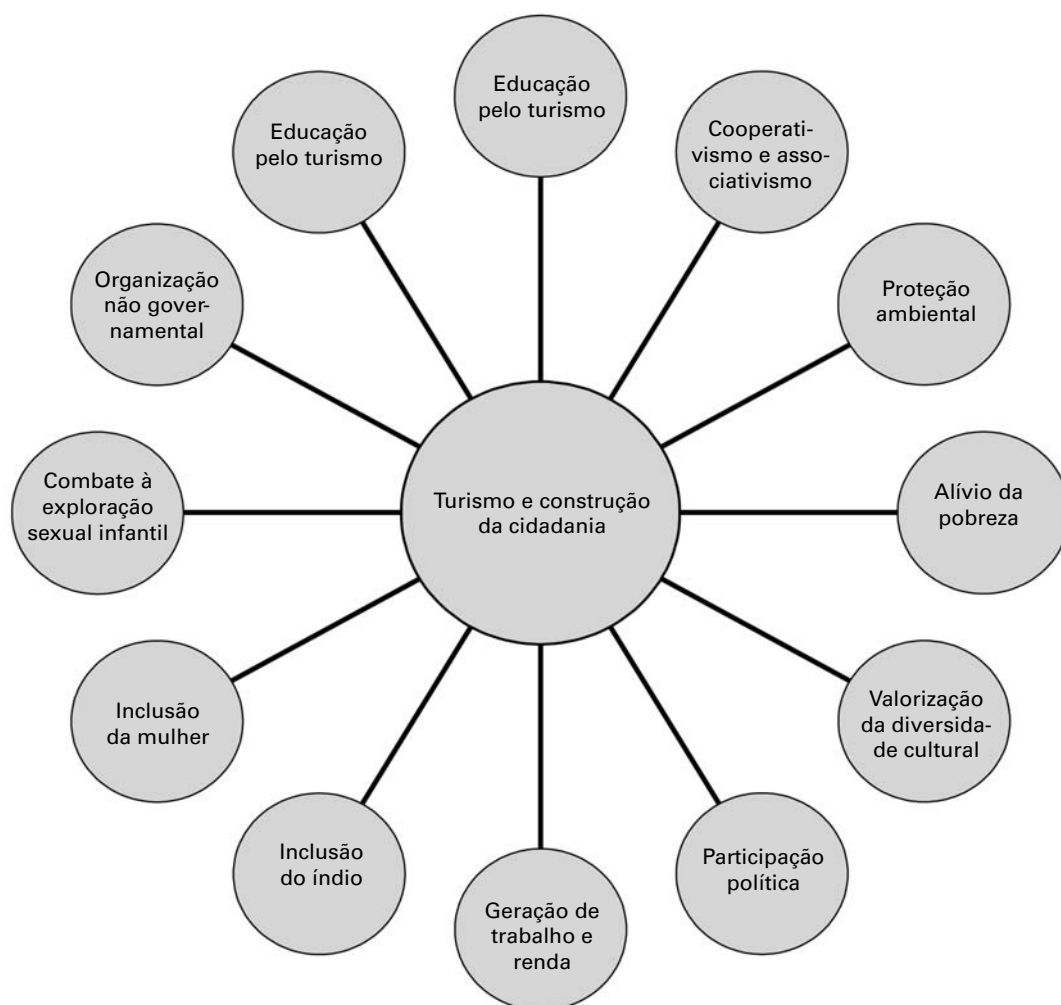


Figura 9.5: Turismo e alguns caminhos para a construção da cidadania.
Fonte: A autora.

Muitas vezes, o turismo é apresentado como um vilão e causador de degradação ambiental e cultural em favor dos benefícios econômicos. No entanto, temos que considerar que o turismo possui muitos aspectos positivos que serão ressaltados ou não em função da forma como será planejado, implementado e gerido.



Atividades Finais

Atendem aos Objetivos 1, 2 e 3

1. Como o processo de construção da cidadania no Brasil influenciou e possibilitou ao turismo intervir positivamente em relação à cidadania no Brasil?

2. Escolha três aspectos apresentados na **Figura 9.5** e diga como o turismo pode contribuir na construção da cidadania.

Respostas Comentadas

1. O processo de construção da cidadania garantiu, por meio da Constituição de 1988, os direitos civis, políticos e sociais que permitem ao turismo trabalhá-los no âmbito dos municípios. Assim, o turismo tem contribuído para a educação das pessoas no sentido de exercerem o direito de participação política garantido na Constituição, assim como os direitos sociais relacionados à educação para o trabalho e ambiental para e pelo turismo, provendo os municípios de infraestruturas que possibilitem não apenas melhoria da qualidade de vida, mas também o direito de ir e vir.

2. Reflita sobre como o turismo pode incentivar as pessoas a se apropriarem dos direitos garantidos na Constituição e despertá-las para o fato de que, exercendo-os, é possível validar seu papel de cidadão.

Resumo

A cidadania está pautada no exercício dos deveres e direitos civis, políticos e sociais. Por meio da divulgação, sensibilização e mobilização baseada nos direitos da população e garantidos no âmbito da Constituição Federal de 1988, pode-se trabalhar com o turismo no sentido de construir a cidadania validando os direitos civis no que se refere à liberdade de ir e vir; os sociais, contribuindo para a educação para e pelo turismo, promovendo melhores condições de saúde e disponibilizando à comunidade local infraestruturas de lazer; e os políticos, que são diretamente relacionados ao discurso incorporado pelo turismo no que diz respeito à participação pública. Neste sentido, o turismo será uma ferramenta para a construção da cidadania.

Informação sobre a próxima aula

O assunto da próxima aula será sobre Ética, Turismo e inclusão social.

Ética e Turismo

Referências

Aula 1

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 2003.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

DEFOURNY, Vincent, *Pluralismo moral no debate sobre células-tronco*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura: Unesco no Brasil. 28 maio 2008. Disponível em: <<http://www.brasilia.unesco.org/noticias/opiniaio/artigow/CelulasTronco>>. Acesso em: 29 maio 2009.

DELEUZE, Gilles. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NIETZSCHE, Friedrich. *Para além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

_____. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

SÁ, Antonio Lopes de. *Ética profissional*. São Paulo: Atlas, 2004.

SOUSA, Mauro Araújo. Introdução. In: NIETZSCHE, Friedrich. *Para além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Martin Claret, 2002. p. 13-28.

VERNANT, Jean-Pierre. O universo espiritual da polis. In: _____. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. p. 34-57.

Aula 2

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2006.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história: dos pré-socráticos a Wittenstein*. 2. ed.. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A genealogia da moral*. São Paulo: Escala, 2007.

SOUZA, Mauricio Rodrigues de. Por uma educação antropológica: comparando as ideias de Bronislaw Malinowski e Paulo Freire. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a09v1133.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2009.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

WEBER, Thadeu. *Ética e filosofia política: Hegel e o formalismo Kantiano*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. v. 87. (Filosofia)

Aula 3

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 2003.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

COMTE-SPONVILLE, André. A moral. In: _____. *Apresentação da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 17-26.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

_____. *Spinoza et le problème de l'expression*. Paris: Lês Éditions de Minuite, 1968. p. 252-267. Scribd. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/6570568/117-Deleuze-Espinoza-Nocoes-Comuns>>. Acesso em: 13 dez. 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GALLO, Sílvia. *Ética e cidadania: caminhos da filosofia*. Elementos para o ensino da filosofia. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

GODOY, Karla Estelita. *Formação humana no ciberespaço: os sentidos da presença na educação a distância*. 2009. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 18. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005. 117 p. (Coleção Antropologia Social).

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PLATÃO. *A república*. Brasília: Ed. UnB, 1996. p. 39-41.

SCHERER, Deoclécio Antonio. A Educação no tempo da Ética: conexões entre paradigmas divergentes. *Revista Diálogo Educacional*. Programa de Pós-graduação da PUC-RJ, v. 1, n. 1, jan./ jun. 2000. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=704&dd99=view>>. Acesso em: 22 ago. 2009.

SOUSA, Mauro Araújo. Introdução. In: NIETZSCHE, Friedrich. *Para além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Martin Claret, 2002. p. 13-28.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. Os Moralistas. In: _____. *As mentiras que os homens contam*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 41.

Aula 4

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 2003.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

GODOY, Karla Estelita. *Formação humana no ciberespaço: os sentidos da presença na educação a distância*. 2009. Tese (Doutorado em Programa de Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Aula 5

BRANDÃO, J. S. *Mitologia grega*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989. v. 3.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas de Turismo. *Programa de regionalização do turismo: roteiros do Brasil: Módulo Operacional 4: elaboração do plano estratégico de desenvolvimento do Turismo regional*. Brasília: Ministério do Turismo, 2007. Disponível em: <http://200.143.12.83/portalmtur/opencms/regionalizacao/modulos/operacionais/arquivos/elaboracao_plano_estrategico_desenvolvimento_turismo_regional.html>. Acesso em: 24 ago. 2009.

CASTELLS, M. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2004.

COSTA, Jurandir Freire. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FREUD, Sigmund. *Sobre o narcisismo: uma introdução*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. (Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 14).

GODOY, Karla Estelita. *Formação humana no ciberespaço: os sentidos da presença na educação a distância*. Rio de Janeiro: UERJ, 2009. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana)-Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.lpp-uerj.net/ppfh/teses.asp>>. Acesso em: 24 ago. 2009.

LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.P. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VETTORAZZO FILHO, Homero. O espelho, no mito de Narciso, em Machado de Assis e em Guimarães Rosa. *Revista IDE*, São Paulo, v. 30, n. 45, dez. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062007000200017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 ago. 2009.

WEBER, Max. *Ciência e política*: duas vocações. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

Aula 6

ARICÓ, Carlos Roberto. *Arqueologia da ética*. São Paulo: Ática, 1995.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2004.

KONDER, Leandro. Marx e a sociologia da educação. In: TURA, Maria de Lourdes Rangel (Org.). *Sociologia para educadores*. 4. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

MANIFESTOON, Manifesto do partido comunista. Produção de Jesse Drew. Vídeo em Quadrinhos. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=EaVbYyky-Bw&eurl=http%3A%2F%2Fwww%2Eujs%2Eorg%2Ebr%2Fportal%2Findex%2Ephp%3Fview%3Darticle%26catid%3D37%253Avideos%2Dda%2DUjs%26id%3D119%253Amanifesto%26option%3Dcom&feature=player_embedded>. Acesso em: 24 ago. 2009.

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia*: dos pré-socráticos a Wittenstein. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*: teses sobre Feuerbach. Tradução Sílvio D. Chagas. 9. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Aula 7

BOFF, Leonardo. *Ética e moral*: a busca dos fundamentos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas de Turismo. *Programa de regionalização do Turismo*: roteiros do Brasil: conteúdo Fundamental – Turismo e sustentabilidade. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. *Impactos do aquecimento global sobre a natureza e as atividades humanas*. Disponível em: <http://www6.cptec.inpe.br/~grupoweb/Educacional/MACA_MAG/> Acesso em 23 abr. 2009.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. *Protocolo de Quioto*. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4006.html#lista>>. Acesso em: 23 abr. 2009.

_____. Ministério da Justiça. *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 23 de abr. 2009

BRASIL. Senado Federal. *Protocolo de Quioto e legislação correlata*. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004. 88 p. (Coleção Ambiental, 3).

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo/Recife: Cortez/ Fundaj, 1995, p. 29-40.

BRUTLAND, Gro Harlem. *Nosso futuro comum: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento*. São Paulo: FGV, 1987.

ENCYCLOPEDIA of earth: content, credibility, community. Full Image View: George Perkins. Disponível em: <<http://www.eoearth.org/image/Georgeperkinsmarsh.jpg>>. Acesso em: 23 abr. 2009.

MARSH, George Perkins. *Man and Nature, or, Physical geography as modified by human action*. New York: Scribner, 1864.

MEES, Alexandre; GUIMARÃES, Valéria Lima. *História e Turismo*. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2009.

METAS para o Milênio. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm>>. Acesso em: 3 abr. 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO - OMT. *Guía para administraciones locales: desarrollo turístico sostenible*. Madrid: OMT, 1999.

PEGADA Ecológica. Disponível em: <<http://www.pegadaecologica.org.br>>. Acesso em 3 abr. 2009.

ROMERO, M. A. et al. Indicadores de sustentabilidade dos espaços públicos urbanos: aspectos metodológicos e atributos das estruturas urbanas. In: SEMINÁRIO – A QUESTÃO AMBIENTAL URBANA: experiências e perspectivas. Brasília, 2004. *Anais...* Brasília: UnB, 2004.

SANTOS, Adalton Almeida. Turismo e Ética Ambiental. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 4., Caxias do Sul, 2006. *Anais...* Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2006.

STOCK.XCHNG: the leading FREE stock photo site! Disponível em: <<http://www.sxc.hu>> Acesso em: 23 jul. 2009.

SVANTE Arrhenius. Disponível em: <http://homologa.ambiente.sp.gov.br/proclima/linha_tempo/linha_tempo.asp>. Acesso em: 23 Abr. 2009.

TRENTIN, Fábila. *Políticas públicas de turismo e meio ambiente e indicadores de desenvolvimento sustentável: um estudo sobre Bonito* – MS. 2005. 207 f. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2005.

UNIÃO Internacional para Proteção da Natureza. Disponível em: <<http://www.iucn.org/about/>> Acesso em: 23 abr. 2009.

Aula 8

ANDER-EGG, E. *Metodologia y pratica del desarrollo de la comunidad*. Tarragona: UNIEUROPE, 1980.

ARNSTEIN, S. Ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*. v. 35, p. 216-224, 1969. Disponível em: <<http://lithgow-schmidt.dk/sherry-arnstein/ladder-of-citizen-participation.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2009.

BAUMAN, Z. *Identidade*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo. *Roteiros do Brasil* – turismo e sustentabilidade. Brasília, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n.º 1/92 a 43/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.º 1 a 6/94. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

CRUZ, R. de C. A. *Introdução à geografia do turismo*. São Paulo: Contexto, 2001.

FERREIRA, A.B. de H. COMUNIDADE. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Ed. Positivo, 2004.

IBAM. *Participação popular no governo municipal*. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=243&sid=13>>. Acesso em: 3 abr. 2009

MITRAUD, Silvia (Org.). *Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília, DF: WWF Brasil, 2003.

OMT. *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookmann, 2003b.

_____. *Turismo internacional: uma perspectiva global*. 2. ed. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Bookmann, 2003a.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade. In: BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. *Dicionário crítico de sociologia*. Consultoria e revisão técnica Régis de Castro de Andrade; apresentação Gabriel Cohn; tradução Maria Letícia Guedes Alcoforado e Durval Ártico. São Paulo: Ática, 1993. 653p.

WILLIAM, Outhwaite e BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. 970p.

Aula 9

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 43/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. *Governo Federal amplia territórios da cidadania*. 20 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/noticias/governo-federal-amplia-territorios-da-cidadania>>. Acesso em: 27 ago. 2009.

COVRE, M. de L. M. *O que é cidadania?* São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos; 250).

FUNARI, P. P. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). *História da cidadania*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 49-79.

GASTAL, S.; MOESCH, M. M. *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: Aleph, 2007 (Coleção ABC do Turismo).

HEERDT, M. L. *Construindo ética e cidadania todos os dias*: reflexões sobre temas filosóficos, sociais, políticos, econômicos e históricos. Florianópolis: Sophos, 2005.

KARNAL, L. Estados Unidos, liberdade e cidadania. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). *História da cidadania*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 135-158.

ODALIA, N. A liberdade como meta coletiva. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Org.). *História da cidadania*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 159-169.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 6 jun. 2009.

ONU. OMT. *Código ético mundial para el turismo*. Disponível em: <http://www.unwto.org/ethics/full_text/en/pdf/Codigo_Etico_Espl.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2009.

PARANÁ (Estado). *Cidadão e cidadania*: o que é ser cidadão. Disponível em: <http://www.codic.pr.gov.br/codic/modules/conteudo/conteudo_cid.php?conteudo=8>. Acesso em: 5 maio 2009.

RODRIGUEZ, P. B. *Minding the roots*: incorporating values-based in distance tourism and hospitality management masters curricula. S.l.: International Society of Travel and Tourism Educators – ISTTE, 2008.

SHELDON, P. *Tourism Education Future Initiative* (TEFI). Summit II. Philadelphia, PA: School of Tourism and Hospitality Mangement. Temple Univertsity, 2008.

SOUZA, Herbert. *Betinho*: quem foi – perfil. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/betinho/perfil.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2009a.

SOUZA, Herbert. *O poder da cidadania*. Disponível em: <http://www.conversascombetinho.org.br/com_a_palavra/cidadania_fome.htm>. Acesso em: 15 maio 2009b.

ISBN 978-85-7648-630-5



9 788576 486305



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense

uff



UNIRIO



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

**Ministério
da Educação**



BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL